



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA PEDRÃO

**A PROFISSÃO DOCENTE NA PROVÍNCIA DO PARANÁ
DIVULGADA NO JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO
(1854-1870)**



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Londrina
2020

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA PEDRÃO

**A PROFISSÃO DOCENTE NA PROVÍNCIA DO PARANÁ
DIVULGADA NO JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO
(1854-1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato.

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

P371p Pedrão, Fernanda Cristina de Souza.
A profissão docente na província do Paraná divulgada no jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870) / Fernanda Cristina de Souza Pedrão. - Londrina, 2020.
158 f. : il.

Orientador: Tony Honorato.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Educação - História - Tese. 2. Professores - Paraná - Séc. XIX - Tese. 3. Imprensa - Tese. 4. Dezenove de Dezembro (Jornal) - Tese. I. Honorato, Tony . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

FERNANDA CRISTINA DE SOUZA PEDRÃO

**A PROFISSÃO DOCENTE NA PROVÍNCIA DO PARANÁ DIVULGADA
NO JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO (1854-1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Elaine Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profa. Dra. Marlene Rosa Cainelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Simone Burioli Ivashita
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 03 de abril de 2020.

Dedicatória

A Deus,
pelo Dom da vida.

Aos meus pais, Sirlei e José,
por nunca medirem esforços para que eu pudesse estudar e sempre me
incentivarem a buscar por novos conhecimentos, por todo apoio, dedicação e
carinho que tiveram comigo.

Ao meu marido, Anderson,
por sempre estar ao meu lado, me apoiando em todos os momentos e me
incentivando a estudar e buscar os meus sonhos..

Agradecimentos

Ao Professor Dr. Tony Honorato,
por toda dedicação e atenção no desenvolvimento desta pesquisa e por seus conhecimentos acadêmicos, pelas orientações, conversas e conselhos ao longo destes anos, além da oportunidade oferecida.

**Às Professoras Dr^a Elaine Rodrigues,
Dr^a Marlene Rosa Cainelli e Dr^a Simone Buriolli Ivashita,**
por todas as contribuições e conselhos atribuídos para o crescimento deste trabalho.

Aos professores do Mestrado,
agradeço por todos os ensinamentos e conhecimentos compartilhados, pelas discussões feitas durante as aulas.

Ao meu irmão e amigos,
pela amizade e por todo apoio e carinho.

Aos colegas do mestrado,
pelas vivências compartilhadas.

À Prefeitura Municipal de Cianorte,
por proporcionar meu afastamento para me dedicar aos meus estudos.

Às minhas companheiras de trabalho,
por todo carinho, compreensão e amor que sempre tiveram comigo ao longo de minha formação acadêmica.

A história é a narração de acontecimentos importantes, considerados verídicos, com o fim de colher do passado probabilidades para o futuro.

Cesar Cantu (1855, p.3)

PEDRÃO, Fernanda Cristina de Souza. **A profissão docente na província do Paraná divulgada no jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870)**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A dissertação de mestrado é sobre a profissão docente na província do Paraná durante o Império brasileiro. A província do Paraná, que antes foi a 5ª Comarca da província de São Paulo, emancipou-se político-administrativamente, como marco oficial, em 19 de dezembro de 1853 e, assim, teve de empreender mais ações na construção da identidade de um território e de sua população. Na construção do Paraná provincial, entre outras, ações voltadas à instrução pública foram desenvolvidas em nome do progresso prometido. Intentando ampliar conhecimentos sobre como ocorria a instrução pública paranaense na segunda metade do século XIX, inicialmente, elegeu-se a imprensa periódica como empiria, por entender ser um veículo de principal referência de comunicação dos grupos interessados no controle da sociedade oitocentista. No caso, foi eleito o jornal Dezenove de Dezembro, publicado entre 1854 e 1890, abrangendo todo período provincial do Paraná. Ao jornal, primeiramente, perguntou-se: o que foi a instrução pública na sociedade paranaense durante o período provincial? Para tanto, assumiu-se, como orientação metodológica, os pressupostos historiográficos (LUCA, 2006; CARVALHO, 2007; CRUZ & PEIXOTO, 2007; PINTO, 2017) que permitem o uso da imprensa como fonte para a escrita da história e da história da educação. O Dezenove de Dezembro (1854- 1890) totalizou 3.936 edições publicadas. Após a localização de suas edições no acervo digital da Biblioteca Nacional, a pesquisa exigiu o início da leitura na íntegra de edição por edição em busca de identificar, selecionar e catalogar registros sobre a instrução pública. Nesse processo, percebeu-se que os registros colocam, no centro do debate, as condições do professorado do século XIX, dessa forma, a investigação foi se delineando rumo ao seguinte problema de pesquisa: como foi a caracterização e estruturação da profissão docente na província do Paraná, segundo o jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870)? O recorte temporal foi em razão de o início de publicação do Jornal em 1854 e o término justifica-se com a instalação da Escola Normal do Paraná em 1870. Desse modo, foram consultadas 1.394 edições do jornal, resultando 2.409 registros catalogados sobre instrução pública nos primeiros 16 anos do Paraná provincial. As análises sobre história da profissão docente tiveram como referência produções de Antônio Nóvoa. Como resultado, considera-se que a profissão docente acontecia em interdependência com a institucionalização das escolas primária e secundária. Ela era caracterizada como possibilidade de regeneração social e de disseminação de valores sociais, políticos e civilizatórios de um território provincial recém-emancipado, que, na prática, deixava desejar - e muito - em matéria de instrução pública. O seu processo de estruturação, embora com muitas dificuldades enfrentadas, contou com recrutamentos (contratação, concursos), direitos (salário, licença, aposentadoria, jubilação), aquisição de materiais de ensino, espaços/instituições de ensino, conjuntos de práticas de exames, programas de ensino oficiais, regulamentos.

Palavras-chave: Profissão docente. História da Educação. Imprensa. Dezenove de Dezembro. Província do Paraná. Século XIX.

PEDRÃO, Fernanda Cristina de Souza. **The teaching profession in the province of Paraná published in the newspaper Dezenove de Dezembro (1854-1870)**. 159 p. Dissertation (Masters in Education). State University of Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The Master's dissertation is about the teaching profession in the province of Paraná during the Brazilian Empire. The province of Paraná, which was formerly the 5th District of the province of São Paulo, emancipated itself administratively as an official landmark on December 19, 1853 and thus had to undertake more actions in building the identity of a territory and its population. In the construction of the provincial Paraná, among others, actions aimed at public education were developed in the name of the progress promised. Intending to broaden the knowledge of how Paraná's public education occurred in the second half of the 19th century, the periodical press was initially chosen as *empíria*, because it understood that it was a vehicle of main reference of communication for groups interested in the control of the eighteenth century society. In this case, the newspaper *Dezenove de Dezembro* published between 1854 and 1890 was elected, covering the whole provincial period of Paraná. The newspaper was first asked: what was public education in Paraná society during the provincial period? For this, the methodological orientation was taken from the historiographic assumptions (Luca, 2006; Carvalho, 2007; Cruz & Peixoto, 2007; PINTO, 2017) that allow the use of the press as a source for the writing of history and the history of education. The *Dezenove de Dezembro* (1854-1890) totalled 3,936 published editions. And after locating their editions in the National Library's digital collection, the search required the beginning of the full reading of each edition in search of identifying, selecting and cataloguing records on public education. In this process, it was realized that the records put at the center of the debate the conditions of teachers of the nineteenth century, it was then that research was outlined towards the following research problem: how was the characterization and structuring of the teaching profession in the province of Paraná, according to the newspaper *Dezenove de Dezembro* (1854-1870)? The time cut was due to the beginning of the publication of the newspaper in 1854 and the end is justified with the installation of the Normal School of Paraná in 1870. Thus, 1,394 editions of the newspaper were consulted, resulting in 2,409 catalogued records on public education in the first 15 years of provincial Paraná. The analysis of the history of the teaching profession had as reference productions of Antônio Nóvoa. As a result, it is considered that the teaching profession was interdependent with the institutionalization of primary and secondary schools. It was characterized as a possibility of social regeneration and dissemination of social, political and civilizing values of a newly emancipated provincial territory, which in practice left much to be desired and much to be desired in terms of public education. Its structuring process, although with many difficulties faced, included recruitment (hiring, competitions), rights (salary, leave, retirement, retirement), acquisition of teaching materials, teaching spaces/institutions, sets of exam practices, official teaching programs, regulations.

Key-words: Teaching profession. History of Education. Press. *Dezenove de Dezembro*. Province of Paraná. 19th Century

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1:	Relação de alunos aprovados no exame 1869	76
Imagem 2:	Relação de alunos do liceu aprovados nos exames 1868	77
Imagem 3:	Relatório sobre investimentos com a instrução pública 1865-1866	102
Imagem 4:	Relatório sobre investimentos com a instrução pública 1865-1866- continuação.....	102
Imagem 5:	Finanças da província paranaense 1860-1866	103
Imagem 6:	Quadros comparativos de receitas e despesas entre 1865-1869	105
Imagem 7:	Materiais à venda	108
Imagem 8:	Anúncio de material à venda- Aritmética prática	109
Imagem 9:	Anúncio de material à venda- Grammatica da Língua Nacional	109
Imagem 10:	Relação de cadeiras em funcionamento	117
Imagem 11:	Relatório sobre as cadeiras de primeiras letras nas províncias do império	118
Imagem 12:	Regulamento do Colégio para as meninas	123
Imagem 13:	Relatório de faltas dos alunos do liceu.....	132
Imagem 14:	Doações para a Biblioteca Pública.....	137
Imagem 15:	Relação das cadeiras do colégio subvencionado da capital	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pesquisas relacionadas ao Jornal Dezenove de Dezembro	22
Tabela 2: Relatório de alunos que prestaram exames de primeiras letras.....	75
Tabela 3: Quadro comparativo de salários na província do Paraná- 1866.....	94
Tabela 4: Previsão de despesas para a província paranaense e relação com a instrução pública 1855-1869	98
Tabela 5: Relatório de cadeiras e alunos 1861-1867	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Notícias catalogadas no jornal Dezenove de Dezembro 1854-1870	29
Gráfico 2: Investimentos com a instrução pública 1855-1869.....	101

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1.1	A PROVÍNCIA DO PARANÁ E A PROFISSÃO DOCENTE: ALGUNS ESTUDOS.....	18
1.2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	20
2	A PROVÍNCIA DO PARANÁ E O PROFESSOR: EXIGÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DADAS À PROFISSÃO DOCENTE	32
2.1	A PROFISSÃO DOCENTE NO IMPÉRIO BRASILEIRO	32
2.2	UM PARANÁ PROVINCIAL	40
2.3	INSTRUIR E CIVILIZAR: TAREFAS DESTINADAS À PROFISSÃO DOCENTE	50
2.4	A MORALIDADE DO PROFESSOR: PERFIL E EXEMPLO PARA A SOCIEDADE	57
2.4.1	Os Bons Comportamentos E Os Castigos Corporais	60
3	O RECRUTAMENTO/AFASTAMENTO DE PROFESSORES E O FINANCIAMENTO DA INSTRUÇÃO	65
3.1	O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES	66
3.1.1	Os Concursos	71
3.1.2	Exames De Aptidão	73
3.1.3	Posse Ao Cargo.....	78
3.2	APOSENTADORIA, LICENÇAS E JUBILAÇÃO AO CARGO: GARANTIAS DA PROFISSÃO.....	79
3.2.1	Licenças Para Os Professores	80
3.2.2	Aposentadorias.....	81
3.2.3	Jubilação Ao Cargo	86
3.3	FINANCIAMENTOS E RECURSOS PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA	88
3.3.1	Remuneração Salarial: Ordenados E Gratificações	88
3.3.2	Verbas E Recursos Materiais Para O Trabalho Docente.....	96
3.3.3	Materiais Para As Escolas	106
4	PROFESSORES: INSTITUIÇÕES E LOCAIS DE ENSINO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ	111
4.1	ASA ESCOLA E A CADEIRA DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA.....	112
4.2	COLÉGIOS PARTICULARES COM FORMAÇÃO ESPECIFICA.....	120

4.2.1	O Colégio Para Meninas: Colégio Paranaguense	121
4.2.2	Colégios Para Meninos.....	127
4.3	O LICEU E O COLÉGIO SUBVENCIONADO DA CAPITAL: LOCAIS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO PARANAENSE	129
4.3.1	Arquivo Público.....	133
4.3.2	A Biblioteca Pública No Liceu.....	135
4.4	O COLÉGIO SUBVENCIONADO	140
4.5	A ESCOLA NORMAL	144
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
6	REFERÊNCIAS.....	154

INTRODUÇÃO

Diante do nosso cenário da sociedade brasileira atual, no qual se fala muito sobre os professores e eles são cada vez mais alvo de mídias e de políticos, elegeu-se, como objeto de investigação, uma história da profissão docente. A dissertação de mestrado¹ tem, como problema de pesquisa, a seguinte questão: como foi a caracterização e estruturação da profissão docente na província do Paraná, segundo o jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870)?

Estudar e pesquisar sobre a imprensa no século XIX requer olhar o contexto histórico e político da sociedade. O Brasil encontrava-se sob um governo Imperial e o Paraná, em 1853, tornou-se uma província ao emancipar-se politicamente da província de São Paulo. É preciso compreender que o Paraná era um território que passava por mudanças quanto à sua organização política, territorial, social, econômica e cultural. Assim, inicia-se apresentando elementos da realidade em que se encontrava o Paraná provincial.

No século XIX, começou a haver uma preocupação comum, e não necessariamente no mesmo nível e no atendimento da demanda, em todas as províncias do Brasil: a instrução da população. A instrução estava ligada à mudança social da população, pois quando se leva o indivíduo à escola e oferta ensinamentos, acredita-se que ele se comportaria melhor perante a sociedade. O fato é que, no Brasil oitocentista, florescia a preocupação com a educação povo.

[...] na primeira metade do século XIX, se discutem questões avançadas como a gratuidade do ensino e a obrigatoriedade escolar, embora houvesse incapacidade política para resolvê-las. No Brasil de Oitocentos, um conjunto de propostas relativas ao ensino popular também esteve presentes nos discursos governamentais, ainda que sempre existisse, como em Portugal, um verdadeiro abismo entre as intenções e a realidade concreta. (LOPES, 2014, p. 79)

Conforme Nóvoa (1991), no século XIX, surgiu a preocupação de estabelecer a quem ficaria a responsabilidade de educar as crianças e adolescentes, sendo sugeridos três grupos: a família/comunidade, a igreja e o Estado. No século XIX, a responsabilidade de instrução do povo era cada vez mais transferida da igreja para o

¹ A presente dissertação de mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina – PPEdu/UEL, no Núcleo História, Cultura, Escola e Ensino da Linha de Pesquisa Perspectivas Filosóficas, Históricas, Educacionais e Culturais da Educação. A investigação ocorreu entre os anos de 2018 e 2019 e está inserida com uma das ações do projeto de pesquisa “História da Educação e da Educação Física pelos impressos”, do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores (GPROC/CNPq).

Estado, juntamente com esse processo, existiu um movimento para que a escola fosse laica. O Estado buscou, então, meios para determinar quem seria o incumbido para atuar na instrução e aprovar leis que regulamentassem o ensino. Dessa forma, idealizou um perfil da profissão docente na cena pública, laica e regulada pelo Estado.

No Brasil, a primeira legislação imperial aprovada e relacionada à instrução pública foi a Lei de 15 de outubro de 1827, estabelecendo que, em todas as cidades, vilas ou lugares populosos, teria um professor para ensinar as primeiras letras e o método de ensino mútuo deveria ser utilizado pelos professores. Em 1834, com o Ato Adicional, ficou estabelecido que a responsabilidade da promoção da instrução seria das províncias, cada uma aprovaria as leis para regulamentar o ensino, assim como custearia as despesas provenientes da instrução pública.

Sobre a contratação de professores, Castanha (2006) considera que a instrução pública no século XIX, de acordo com a Lei de 15 de outubro de 1827, admitiria como professor aquele aprovado em um concurso público, caso não houvesse candidato, uma pessoa com as exigências mínimas poderia ser nomeada.

A Lei de 15 de outubro de 1827 determinou que os candidatos ao cargo de professor fossem examinados publicamente perante banca examinadora, e que só fossem admitidos aos exames cidadãos brasileiros (natos ou naturalizados), livres ou libertos maiores de 25 anos, que estivessem no gozo e seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 168)

Com a aprovação do Ato Adicional de 1834, cada Província deveria estabelecer os critérios para contratação dos professores. Na Província do Paraná, a Lei nº 12 de 30 de abril de 1856 pode ser considerada a primeira sobre instrução, e, anterior à sua aprovação, seguiam-se as determinações da Lei nº 34 de 16 de março 1846², que estava em vigência no período da 5ª Comarca de Curitiba (que se emancipou em 1853 como Paraná) pertencente à Província de São Paulo.

Segundo Saviani (2009), a instrução popular era um assunto pertinente nas Províncias no século XIX no Brasil Império, contudo começou a preocupação sobre quem seriam os responsáveis para atuarem na instrução pública e, neste contexto, iniciaram as discussões a respeito das Escolas Normais³ para formação de

² A partir das publicações do jornal Dezenove de Novembro, nos anos de 1854-1855, catalogaram-se notícias que mencionam esta lei.

³ As Escolas Normais no Brasil surgiram no século XIX. De acordo com Saviani (2009), Comenius, no século XVII, falava sobre a necessidade de ter um local para a formação desses profissionais e a primeira escola Normal foi instalada em Paris em 1795.

professores, tendo resultado na criação da primeira Escola Normal no Brasil, que foi aberta em Niterói-RJ, em 1835. Entretanto, na província paranaense, somente ocorreriam discussões a respeito de uma Escola Normal para formação de professores na transição da década de 1860-1870.

Então, quem eram os responsáveis de ensinar na província do Paraná? E como se caracterizava e estruturava a profissão docente na província? Considerando que, no Paraná provincial até 1870, não havia uma escola específica para a formação de professores, elegeu-se, como objeto de pesquisa, a caracterização e a estruturação da profissão docente nos primeiros anos da província paranaense até 1870. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o jornal *Dezenove de Dezembro* (1854-1870)⁴ como fonte histórica, por entender que se trata de um veículo de comunicação revelador de acontecimentos na província do Paraná. Como objetivo geral, optou-se por caracterizar e estruturar a profissão docente no início da província do Paraná (1854-1870). Em virtude disso, implicou um segundo objetivo, que consistiu em apresentar como e o que a imprensa divulgava sobre a instrução pública e seus professores na realidade paranaense. Destaca-se que o recorte temporal desta pesquisa deu-se em razão de o início de publicação do Jornal iniciar em 1854 e o fechamento recaiu motivado pela fato da instalação da Escola Normal do Paraná em 1870. Com a Escola Normal, alterou-se, de forma nominal, a estrutura da realidade da profissão docente na província, o que demandaria maior tempo de pesquisa para poder investigar-se as notícias após 1870.

Assim, primeiramente, buscou-se entender alguns procedimentos para estudar a profissão docente e quais pontos poderiam ser analisados para um estudo da caracterização e da estruturação da condição de ser professor. Segundo Nóvoa (1995), durante o século XVIII, em toda a Europa começou-se a pensar em uma definição do ser professor, quem seria esse profissional, o que ele deveria saber, como seria contratado, se deveria ser leigo ou religioso e a qual autoridade ele iria pertencer, isto é, à igreja ou ao Estado. Esses questionamentos provocariam definições sobre os professores como agentes de ensino e, para tanto, foi se configurando um *corpus* de saberes, de técnicas e um conjunto de normas e valores para os docentes.

⁴ O jornal *Dezenove de Dezembro* foi produzido até 1890, contudo, a presente pesquisa foi até 1870, quando foi instalada a Escola Normal do Paraná.

Para Nóvoa (1991), entre o final do século XVIII e início do XIX, tem-se um momento crucial para estudar a história da profissão docente no cenário europeu, pois surgiram vários questionamentos sobre a formação e instauração da profissão docente, entre eles: quais exigências para a tal profissão? Quanto seria pago? O que precisaria saber? Como deveria agir? Assim sendo, no início do século XIX, começou-se a pensar de maneira mais sistematizada o que é ser professor. No Brasil, “ser professor no século XIX significou a experimentação de estatutos, situações e condições de trabalho extremamente variadas, vividas por sujeito educativos igualmente plurais” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 165).

Com a transferência da responsabilidade do instruir da igreja para o Estado, ser professor é ter uma responsabilidade na instrução dos alunos como atividade de referência. Os saberes a serem transmitidos e os mecanismos de contratação do professor passam a ser promovidos, fiscalizados e controlados, mesmo com precariedades, pelo Estado.

Com as mudanças, o Estado fomentou um processo de funcionalização da profissão docente. O Estado exigiu que, para lecionar, era preciso ter uma licença ou permissão concedida e, por isso, um ordenado seria pago. Dessa forma, foram organizados concursos para delimitar e selecionar seus candidatos.

Concursos que supunham um exame meticuloso da vida do candidato e das habilidades que possuía. Assim, um exame prévio visava observar se o(a) candidato(a) atendia aos critérios de idade, nacionalidade, estado civil e moralidade, por exemplo. Outra etapa desta seleção supunha o exame das capacidades dos candidatos, intimamente articulado aos saberes que iriam disseminar. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 53)

Para a admissão de um professor era preciso que ele apresentasse habilidades literárias, idade, bom comportamento moral, entre outros aspectos. Esses requisitos regulavam concursos e exames e, de certo modo, delimitavam o campo social de ensino aos seus agentes. As licenças e permissões eram como instrumentos ou ferramentas para estabelecer um padrão para o recrutamento de responsáveis a ensinar, auxiliando a legitimar e a promover uma estruturação da profissão docente na sociedade. “Com efeito, a profissão docente é muito ligada às finalidades e aos objetivos; ela é fortemente carregada de uma intencionalidade política. Os docentes são portadores de mensagens e se alinham em torno de ideais nacionais” (NÓVOA, 1991, p. 122).

Nóvoa (1991) apresenta aspectos que podem ser observados e estudados para compreender a história da profissão docente, sendo eles: o especialismo, o credencialismo e a autonomia. Os aspectos podem ser observados no recrutamento dos professores, no trabalho da inspetoria de ensino, nas informações divulgadas sobre os profissionais, nas suas condições de trabalho, nas escolas e locais de ensino, na formação de professores, nas licenças, nas titulações, nas remunerações. Esses quesitos formam uma estruturação da profissão docente. A presente pesquisa busca evidenciar elementos da caracterização e estruturação da profissão docente na província do Paraná de acordo com as informações divulgadas no jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870).

Destaca-se que estudar a instrução pública no século XIX remete à figura do professor como o centro das ações que aconteciam na instrução, visto que o professor era a figura chave dos processos educativos. Em um momento que não havia uma padronização de escolas e locais especializados para ocorrer o ensino, pode-se considerar o professor, no período oitocentista brasileiro, como a chave para conhecer e estudar parte significativa da instrução pública e da sociedade.

Para estudar sobre a profissão docente é importante dimensionar o papel do professor no momento histórico da sociedade imperial.

O professor deveria ser um homem de virtude, devotado à pátria, obediente às leis, submisso às autoridades, moralmente íntegro. Deveria ser uma imagem das virtudes públicas e particulares para a infância, e servir de laço moral entre os governados e o governo (CASTANHA; BITTAR, 2009, p. 26)

Ao indicar a importância da função docente no século XIX, não se descartam outros agentes que estavam presentes na instrução pública. Os inspetores de ensino, párocos e lideranças locais também cumpriam atividades de instruir. Entretanto, a condição de professor foi se estruturando rumo à especialização profissional, objetivada em ritos de contratação, concursos, exames, reconhecimento salarial, instituição específica de formação de professores, agremiações, direitos trabalhistas, dentre outros.

Sobre a contratação, cabe registrar que: “Diversas foram as formas de nomeação e titulação dos professores primários paranaenses na segunda metade do século XIX – vitalícios, efetivos, contratados, interinos, adjuntos, alunos mestres [...]” (FRANÇA, 2014, p. 18). Cada denominação tinha suas especificidades, que serão abordadas no decorrer da pesquisa. Mas o papel e o perfil do professor começaram a ganhar mais

corpo na estruturação com um modelo padronizador de seleção. Para poder classificar os candidatos ao cargo de professor, o Estado criaria licenças e autorizações, as quais os professores precisariam ter e apresentar para poder lecionar.

A criação desta licença (ou autorização) é um momento decisivo do processo de profissionalização da atividade docente, uma vez que facilita a definição de um perfil de competências técnicas, que servirá de base ao recrutamento dos professores e ao delinear de uma carreira docente (NÓVOA, 1995, p. 17)

O momento da criação dessa autorização para lecionar, conforme menciona Nóvoa (1995), traz especificidades eleitas como necessárias para assumir a atividade de professor. Não se trata de uma formação de professores em curso profissionalizante ou uma preparação pedagógica acadêmica, mas de critérios para selecionar uma classe de professores por meio de requisitos que o professor teria de comprovar, tais como maioridade, moralidade e ter aprovação em exames de aptidão. No caso de mulheres, era exigida uma autorização de um responsável, geralmente do gênero masculino.

Para Castanha (2006), a preocupação estava mais relacionada à moral do professor e à sua integridade social da sua formação e habilitação.

Os professores precisavam ser íntegros, ordeiros, com uma moral ilibada, verdadeiros espelhos para as crianças [...] A falta da habilitação necessária para o exercício da profissão e os baixos salários são referidos em segundo plano. A preocupação central das autoridades, legitimada em dispositivos legais, estava muito mais direcionada à manutenção e difusão da ordem e hierarquização da sociedade do que na elevação cultural do povo. (CASTANHA; BITTAR, 2009, p. 21)

Os professores estavam ligados a um intuito de estabelecer uma ordem e uma civilização da sociedade. O professor deveria ter uma boa postura e, assim, era imprescindível atestar a sua moral para instruir os bons cidadãos da sociedade. Dessa forma, “[...] os professores deveriam manter nas escolas silêncio, regularidade, decência, apresentar-se decentemente vestidos, comunicar qualquer impedimento de ministrar aulas, levar os alunos à igreja aos domingos e feriados” (CASTANHA, 2006, p. 49). Ainda era exigida uma dedicação dos professores, por vezes exercer outros cargos era uma prática questionável, bem como o professor vinculado ao Estado, devendo evitar ausentar-se da cidade/vila que trabalhava sem comunicar as autoridades. Em caso de faltas ou ausência, deveria pagar um substituto.

De acordo com Castanha (2006), um dos problemas era a falta de professores qualificados para atuar na instrução pública, seja no ensino de primeiras letras ou no secundário. Tal problema resultava da falta de condições adequadas para o exercício do magistério, da baixa remuneração e da ausência de um preparo adequado.

Assim, para contribuir com os estudos sobre a história da profissão docente, esta dissertação de mestrado focou nos registros publicados no jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870). Mas, antes, investiram-se esforços em conhecer pesquisas já concluídas que versam sobre a profissão docente na província no século XIX.

1.1 A província do Paraná e a profissão docente: alguns estudos

Para estudar uma história da profissão docente na província do Paraná, buscou-se pesquisas de autores sobre o assunto. Ressalta-se que, entre as pesquisas, o autor mais citado como principal referência é António Nóvoa, também eleito por esta dissertação como uma de suas principais referências. Foram selecionadas pesquisas que tratam sobre a profissão em períodos anteriores a Escola Normal do Paraná, inaugurada em 1870.

Gondra e Schueler (2008) apresentam uma visão geral da instrução pública no Brasil oitocentista e sobre como a profissão docente era estruturada, tratam, além disso, das relações políticas influenciando o meio educativo no Império. Para os autores, há um percurso na instrução desde os jesuítas, como os primeiros professores no Brasil, passando pelas aulas régias e chegando ao Império, quando a profissão foi se instalando nas províncias e gerando contratados, sistematizações dos conteúdos ensinados, salários, reivindicações, condições de trabalho. Tem-se, então, o professor como agente de ensino a partir de suas especificidades.

Castanha (2005; 2006) e Castanha e Bittar (2009) refletem sobre como os professores eram caracterizados na sociedade imperial, discorrendo acerca das condições de trabalho, do perfil dos profissionais, os valores e a moral, o processo de admissão, a remuneração salarial, dentre outros. Os autores buscam mostrar as mudanças que ocorriam na instrução pública após a aprovação do Ato Adicional de 1834 e quais as alterações foram feitas na instrução e no perfil do professor.

Cardoso (2014), ao abordar o perfil profissional dos professores em Portugal e na América Portuguesa nos séculos XVIII e XIX, constata os requisitos exigidos para ser professor como os saberes e a ética. Conforme a autora, o professor deveria ter a

educação moral como referencial de boas maneiras, uma vez que ele era considerado exemplo para a sociedade.

Costa e Marafon (2009) trazem uma discussão sobre o professor, fazendo uma abordagem histórica sobre a ação docente como um “dom”, pelo qual o professor ensinaria pelo prazer de instruir. Embora o professor precisasse gostar de ensinar, é preciso entender que esta é uma profissão e, por isso, seus agentes deveriam receber proventos satisfatórios.

Sobre a profissão docente na província do Paraná, entre os anos de 1857 e 1884, França (2014), a partir de relatórios oficiais, aborda as leis aprovadas definidoras de quem eram os professores, as exigências necessárias para exercer o magistério, as tarefas atribuídas ao docente e o seu papel na instrução pública. A pesquisa revela o ato de ensinar como uma obrigação dos professores, trazendo a profissão como um ofício.

Já Munhoz (2012) apresenta em sua dissertação de mestrado a transição da profissão docente quando Curitiba era a 5ª Comarca da província de São Paulo e a docência passava de ofício para uma profissão. Para tanto, são abordadas micro histórias para retratar o cenário da profissão docente e da instrução pública na província, assim considerando sujeitos e os documentos como os mapas de frequência, ofícios, legislação educacional, livros de memórias, registros, inventários e imprensa⁵.

Miguel e Martin (2004) elaboraram uma *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*, contendo as leis e decretos do período provincial do Paraná. Em um outro trabalho, Miguel e Klenk (2009) abordam a desvalorização dos professores, a baixa remuneração e revelam que não havia muitos interessados ao cargo pelos baixos salários e condições de trabalho.

Sobre a instrução pública na província, Oliveira (1982) enfoca as legislações aprovadas no período, os processos da instrução pública na passagem de 5ª Comarca para Província do Paraná, apontando problemas que ocorriam na instrução. Guarnieri e Castanha (2006) fazem uma descrição de detalhes acerca da instrução pública na província do Paraná, utilizando a legislação como fonte para retratar a contratação de professores, as exigências para ser professor, a criação das primeiras escolas, as

⁵ A autora utiliza o jornal Dezenove de Dezembro como uma fonte complementar.

suas condições, como eram divididas as salas e o que se ensinava, os livros, as estruturas administrativas, sobre o inspetor, exames.

Ao tratar sobre a instrução pública, Almeida (2000)⁶ apresenta um material um pouco diferente dos demais autores já citados, em seu livro *Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. Escrevendo sobre a instrução pública no Brasil, desde o período colonial até o final do Império, o autor registra detalhes das escolas nas províncias, dados geográficos e populacionais.

Em síntese, os autores e suas produções aqui elencados auxiliam no entendimento e na compreensão da história da profissão docente (NÓVOA, 1989; 1991; 1995), nos acontecimentos relacionados à atividade docente na província do Paraná (FRANÇA, 2014; MUNHOZ; 2012) e ainda versam sobre a instrução pública na província do Paraná (OLIVEIRA, 1982; MIGUEL, 2004; GUARNIERI & CASTANHA, 2006) e no Brasil (ALMEIDA, 2000; CASTANHA 2005, 2006; VEIGA, 2007; GONDRA & SCHUELER, 2008; COSTA & MARAFON, 2009; CASTANHA & BITTAR, 2009; CARDOSO, 2014).

1.2 Aspectos metodológicos

A presente pesquisa de dissertação de mestrado propôs-se analisar a profissão docente na província do Paraná a partir do jornal *Dezenove de Dezembro* (1854-1870)⁷. Em 36 anos de publicações (1854-1890), a coleção do jornal totaliza 3.936 edições. O jornal teve a sua primeira publicação em 1º de abril de 1854 e seu término exatamente três meses após a Proclamação da República, no dia 15 de fevereiro de 1890. A delimitação da pesquisa enfoca os primeiros 16 anos de publicação do periódico, correspondente, portanto, de abril de 1854 a dezembro de 1870, com 1.394 edições do jornal. A escolha do periódico, como fonte histórica, vem pelo marco dele ter sido publicado exclusivamente no período provincial, por isso, despertou o interesse de ver quais eram as suas contribuições e relatos sobre a instrução pública no Paraná provincial.

⁶ A primeira edição do livro foi publicada em 1889 em Francês. A segunda edição da obra foi traduzida por Antonio Chizzotti.

⁷ No início, o jornal era chamado *O Dezenove de Dezembro*, a partir do dia 04 de abril de 1855, na primeira edição do Anno II, passou a ser chamado *Dezenove de Dezembro*. Como a presente pesquisa refere-se aos 15 primeiros anos de publicação, decidiu-se utilizar o nome que prevaleceu por maior tempo para fazer referência ao jornal.

Por meio da própria fonte, a pesquisa procurou de partida responder a questionamentos sobre como era a província naquele período? Quais mudanças ocorreram no território, que antes era a 5ª Comarca Curitiba de São Paulo? Como a instrução pública estaria a influenciar no desenvolvimento da província? O que o jornal publicava relacionado à instrução pública?

Para tanto, as notícias foram sendo identificadas, selecionadas e catalogadas, visando conceituar o momento provincial no Paraná, de forma a averiguar dados sobre a instrução pública. Assim, tem-se a imprensa como fonte de pesquisa para a História da Educação. A proposta da pesquisa foi focar a instrução pública de forma escolarizada e quem eram os seus agentes de ensino, percorrendo um caminho para conhecer como era a profissão docente.

A imprensa periódica era um dos principais meios de comunicação e propagação de informação e notícias no século XIX. O Dezenove de Dezembro pode ser pensado como um dos principais meios de divulgação de notícias, pois foi produzido durante 36 anos na segunda metade do século XIX. Dessa forma, remete à ideia que o jornal traz documentadas informações sobre a instrução pública na província de forma a proporcionar um olhar sobre como as informações eram noticiadas, possibilitando uma certa aproximação dos acontecimentos. Entretanto, ao observar as informações que o jornal publica, permite fazer também o entendimento do período visto pelo ângulo de seus editores, colaboradores, patrocinadores e demais interessados. Assim sendo, deve-se evitar afirmações de que os fatos aconteceram necessariamente dessa ou daquela maneira, pois, ao escrever e publicar na imprensa, pode haver diferentes pontos de vista sobre determinados assuntos e informações.

Para fundamentar a pesquisa, recorreu-se a trabalhos que discutem a imprensa no Paraná provincial, principalmente aqueles que utilizam o jornal Dezenove de Dezembro. Esta busca foi realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e base de periódicos, também foram consultados anais de eventos. Foram encontrados onze arquivos. Os trabalhos são provenientes de várias áreas de conhecimento, tais como História, Design Gráfico, Sociologia e Educação, e versam sobre temas variados envolvendo política, escravidão, formação de professores, inspeção escolar, instrução pública, projeto gráfico do Jornal, entre outros. Em geral, os trabalhos revelam que o Dezenove de Dezembro é uma fonte significativa de pesquisa.

Tabela 1: Pesquisas relacionadas ao Jornal Dezenove de Dezembro

Título do trabalho	Autor/ pesquisador	Área/ tipo de pesquisa	Ano de publicação	Instituição de ensino/ Local de publicação
Da sanção do tempo e dos costumes: uma análise da institucionalização da obrigatoriedade da instrução pública no Paraná provincial	Elizângela Treméa Fell	Doutorado-Educação	2012	PUC-SP
A província do Paraná (1853-1889): a classe política. A parentela no Governo	Alessandro Cavassin Alves	Doutorado-Sociologia	2014	UFPR
Por terra, por água, pela leitura: as conexões dos responsáveis pela inspeção e instrução pública no Paraná (1854-1890),	Etienne Baldez Louzada Barbosa	Doutorado-Educação	2016	UFPR
Imprensa e Política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX	Amélia Siegel Corrêa	Mestrado-Sociologia	2006	UFPR
Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1855- 1883	Etienne Baldez Louzada Barbosa	Mestrado-Educação	2012	UFPR
A educação e os escravos nas páginas do jornal “Dezenove de Dezembro” (1871-1888)	Cebilla Moletta Slotuk	Mestrado-Educação	2015	UEPG
Jornal “Dezenove de Dezembro”.	Dino Ricardo Pezzole	TCC– Curso de Designer gráfico	2006	UTP – Curitiba
A instrução pública primária na província no Paraná: uma interpretação a partir da atuação do inspetor Joaquim Ignácio Silveira Mota (1856-1857),)	Juarez José Tuchinski das Anjos e Etienne Baldez Louzada Barbosa	Artigo	2013	Revista História Regional
Lei Balbino: o debate na imprensa em defesa da instrução pública no Paraná (1888-1889),	Dulce Regina Baggio Osinski e Iriana Nunes Vezzani	Artigo	2017	EDUR- Educação em Revista.
Imprensa e educação no Paraná durante o governo de Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1853-1855.	Celina Midori Murasse Mizuta	Trabalhados apresentados em eventos	2012	IX- Seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”

Informar, polemizar e denunciar: o papel educativo do jornal O Dezenove de Dezembro (1854-1857).	Celina Midori Murasse Mizuta	Trabalhos apresentados em eventos	2013	ANPUH-XXVII Simpósio Nacional de história da educação
--	------------------------------	-----------------------------------	------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

O Dezenove de Dezembro é uma fonte de informações por oportunizar estudos em diversas áreas de conhecimento e guardar muitas informações em suas páginas. Além das pesquisas listadas anteriormente, foram encontradas várias outras que utilizam trechos retirados do Dezenove de Dezembro que são citados em artigos, dissertações e teses sobre instrução, logo tiveram o jornal como fonte complementar.

Após a leitura dos trabalhos, optou-se para esta dissertação por estudar e pesquisar na própria imprensa (Dezenove de Dezembro). O jornal foi eleito como a base empírica de pesquisa. Desse modo, interessou pesquisar o que ele traz de conteúdo sobre a instrução pública e, depois, ir delimitando o objeto de análise – a profissão docente.

O Dezenove de Dezembro foi o primeiro periódico local a circular na província paranaense e, até o ano de 1861⁸, foi o único publicado no território.

[...] O Dezenove acompanhou o tempo de existência da Província do Paraná. Assim, suas páginas podem conter registros preciosos que permitiriam ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a história do Paraná e também sobre a história da educação paranaense. (MIZUTA, 2012, p. 4718)

O Dezenove de Dezembro coloca-se como propagador de notícias e em alguns momentos como imprensa oficial do governo provincial. Conforme mencionado por Mizuta (2012), o jornal veio com o intuito de levar à comunidade informações acerca do governo provincial e formar a ideia de um povo paranaense, de pertencimento ao local.

Em seu nome, Dezenove de Dezembro recordava a data de emancipação política da província ocorrida em 19 de dezembro de 1853 e levando a essa ideia de

⁸ Naquele ano, surgiu o Correio Oficial, cujo nome já mostra seu propósito em publicar Atos oficiais do Governo, entretanto, aparecem na primeira página da publicação de 05 de novembro de 1862 do jornal Dezenove de Dezembro tratando dos altos custos para o governo manter o Correio Oficial, sendo uma soma de 7:632\$000 réis, e assim foi oferecido por Candido Martins- proprietário do Dezenove de Dezembro - voltar a publicar as notícias oficiais do governo do jornal, visto que o governo provincial contava com uma receita de somente 1:500\$000 réis.

pertencimento ao Paraná. Nas publicações do jornal, era exaltado o seu objetivo de informar a população paranaense a respeito dos acontecimentos provinciais.

O Dezenove de Dezembro não hesita, pois, um momento na verdade, que deve trilhar: o patriotismo, tanto como seu próprio interesse, traça-lhe, em alto brado, o programma, que, em sua carreira, longa, ou breve, prospera, ou não afortunada, cumpre-lhe desempenhar. Este programma é: **informar o público do procedimento do governo da província**, e das diversas autoridades dela, mediante a publicação de seus actos officiaes, apontar e discutir com a devida circumspecção as medidas que mais consentâneas forem ao engrandecimento da província, acceitando nesse sentido, para dar á luz da imprensa, escriptos e informações de quem quer que esteja no caso de lhos ministrar, abstendo-se completamente de questões políticas. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/04/1854, p. 2. Grifo nosso)

O jornal teve seu primeiro e um dos principais proprietários Candido Martins Lopes⁹. Lopes foi convidado pelo primeiro presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, a instalar a sua Tipografia em Curitiba. De acordo com Mizuta (2012) e Slotuk (2015), a instalação do jornal na província do Paraná tinha seus objetivos, dos quais o presidente da província queria instruir a população por meio da imprensa.

Assim, ao fazer uma pesquisa sobre História da Educação utilizando a imprensa como fonte de pesquisa, é preciso “desmontar” a fonte e ver o que ela apresenta. Implica, dessa forma, fazer uma leitura detalhada da fonte, observar os aspectos presentes nele e quais as informações estão em suas páginas, para, depois, refinar os limites do objeto de pesquisa e fazer uma análise. A proposta do presente estudo foi então partir de “dentro para fora da fonte”.

Desse modo, ao estudar o Dezenove de Dezembro, como fonte de pesquisa, questionou-se para esta dissertação qual o caminho deveria ser percorrido. Considerou-se de onde partiria, mas sem definir a chegada. Assim, ao ler a fonte, identificar conteúdos e catalogar as notícias, a pesquisa percebeu que os assuntos sobre instrução pública presentes no Dezenove de Dezembro canalizavam para a realidade dos professores na província do Paraná.

Após ter uma dimensão da potencialidade da fonte e de seus conteúdos, observou-se os espaços destinados a cada tipo de conteúdo, qual a frequência (quantidade, ano) das notícias e natureza (artigos críticos, elogios, anúncios,

⁹ Nasceu no dia 20 de fevereiro de 1808, na capital do Império, e veio a falecer em 27 de dezembro de 1871. O primeiro e um dos principais donos do jornal, instalou a tipografia em Curitiba onde produzia o jornal Dezenove de Dezembro, local onde esteve até o ano de sua morte.

legislação, editais, editorial). Bonini (2003) menciona que é preciso conhecer os gêneros jornalísticos e identificar de quais deles os jornais se compõem.

Dessa maneira, “podemos dizer que os jornais se constituem em fontes de pesquisa extremamente ricas para a História, em relação ao objeto de análise, permitindo uma abordagem sob os mais diferentes ângulos” (CARVALHO, 2007, p. 144). Os jornais podem ser fontes de pesquisa para a História da Educação e da Imprensa, possibilitando entendimentos sobre a História do Brasil.

De acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, a imprensa é uma parte de grande importância na formação do país.

Os impressos que por aqui circulavam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. (MARTINS; LUCA, 2008, p. 8)

Para Carvalho (2007), a imprensa enriquece as pesquisas históricas e ela não é apenas mais um dado a ser consultado isoladamente. Vê-se a utilização da imprensa como objeto de análise, em que potencializa a observação histórica, principalmente no que concerne à educação. Normalmente, a imprensa é utilizada apenas como um recurso complementar, porém, nos últimos anos, vem contribuindo, sobremaneira, para novos estudos ligados ao campo educacional (CARVALHO, 2007)

Segundo Cruz e Peixoto (2007), a imprensa tem lugar nos estudos sobre a história e deixa de ser um simples meio para a pesquisa, pois antes era considerada apenas como uma enciclopédia, agora volta a um cuidado sobre como estudar e o que se deve observar.

De acordo com Luca (2005), o historiador tem que ir em busca de seu material, ter contato com a história, entrar nesse universo para que ele seja entendido e não ser um mero telespectador, apenas observando. O pesquisador deve ter contato com o impreso, com a sua fonte de pesquisa. A questão também é levantada por Pinto (2017), que faz relação entre imprensa e história da educação, considerando que os pesquisadores devem consultar os documentos e seus espaços de conservação.

Partindo das considerações de Luca (2005), sobre a utilização da imprensa como fonte histórica, e de Pinto (2017), sobre a relação da imprensa para a história da educação, percebe-se a pertinência de o historiador da educação ter contato com a fonte analisada e manuseá-la para que possa dimensionar suas particularidades.

Na presente pesquisa, o manejo da fonte foi de forma digital, pois a coleção do jornal Dezenove de Dezembro está disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o que tornou o caminho e a acessibilidade mais facilitados.

Para pesquisa, a imprensa cabe em “[...] ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição social que esta relação propõe” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). Desse modo, ao utilizar a imprensa em um determinado momento é preciso conhecer as relações sociais e os movimentos políticos que estavam acontecendo, para, assim, compreender as influências que pode ter sofrido a imprensa no período.

A imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento as relações imprensa/ sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260)

Dimensionar quem fez a publicação dos impressos periódicos remete a conhecê-los na sua produção, assim como entender as relações que atuam com ele, as forças históricas, grupos sociais e influências políticas.

Ao buscar os vestígios do passado, o pesquisador não estará lidando com o(s) fato(s) passado(s), mas apenas com a reconstrução do real, haja vista que fatos nunca podem ser percebidos em sua totalidade e em sua complexidade contraditória. O conhecimento histórico é, portanto, uma reconstrução do real. (CARVALHO, 2007, p. 16)

Embora haja fatos e relatos que permitam uma aproximação de uma noção de realidade do período, algumas coisas podem ter sido esquecidas e/ou suprimidas. Entretanto, os pesquisadores, ao fazerem leitura e análise de jornais, buscam chegar o mais próximo possível do entendimento do passado, para, assim, analisar e buscar compreender quais eram as finalidades e objetivos que os periódicos traziam para a população em determinado momento e, de certa maneira, o que o passado permite pensar sobre o presente.

Ao fazer-se uma análise com documentos, no caso os jornais, deve-se balizar que foram escritos com a finalidade de atender a população numa época e não pensados literalmente em servir como base de dados para estudos futuros. Por isso, é preciso ter cuidado ao realizar as leituras e análises.

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais

façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e particularidades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal [...] (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258)

Carvalho (2007) salienta a ideia de que o historiador em sua pesquisa não busca pelos fatos e acontecimentos, mas pelas fontes que lhe possibilitam entender os acontecimentos do passado. “Para os historiadores as fontes são essenciais, no entanto, elas revelam apenas fragmentos do passado imerso no presente, com o objetivo de recuperar, na medida do possível, aquela realidade vivenciada anteriormente”. (CARVALHO, 2007, p. 16)

Desse modo, ao entender a magnitude da imprensa para os estudos sobre a História da Educação, busca-se um caminho pelo qual foi possível planejar e percorrer a execução da presente pesquisa, que também seguiu as orientações de Luca (2006).

Encontrar as fontes e construir uma longa e representativa série. Localizar a(s) fonte(s) publicação(ões) na história da imprensa. Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e publicidade). Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo. [...] caracterizar o grupo responsável pela publicação. Identificar os principais colaboradores. Identificar o público a que se destinava. Identificar as fontes de receita. Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida. (LUCA, 2006, p. 141)

Mesmo que haja alguns modelos de procedimentos e caminhos a serem seguidos para a realização de uma pesquisa, o pesquisador delimita quais os caminhos necessários para a realização de sua pesquisa no processo de sua relação com a fonte. Ressalta-se que a leitura das fontes também serve para o pesquisador pensar e construir suas etapas de investigação.

Com base em ponderações de Luca (2006), Pinto (2017), Carvalho (2007) e Cruz e Peixoto (2007), para a realização da presente dissertação de mestrado, percorreu-se e foram traçadas as seguintes etapas:

- a) A localização da fonte: o jornal Dezenove de Dezembro (1854-1890) encontra-se disponível *online* no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com livre acesso. Posteriormente, o jornal foi catalogado, observando possíveis falhas na série de publicação.
- b) Período de publicação: o jornal foi publicado durante 36 anos, totalizando 3.936 edições, e para delimitação da pesquisa ficaram os 15 primeiros anos

da província do Paraná, sendo delimitada de abril de 1854 a dezembro de 1870, com 1.394 edições do periódico. As suas primeiras edições foram publicadas semanalmente aos sábados, sendo que, em janeiro de 1855 o Jornal passou a ser publicado às quartas. De acordo com as informações presentes no jornal, a mudança foi motivada pela data de partidas dos correios, dessa maneira facilitaria a entrega aos moradores das vilas e freguesias fora da Capital – Curitiba. Em maio de 1857, passou a ser publicado duas vezes na semana, às quartas e aos sábados. Houve um período em que o jornal parou de ser publicado, entre 18 de maio de 1861 e 05 de novembro de 1862, além disso, na última publicação do ano de 1861, consta um aviso sobre a suspensão das publicações: “Tendo de ausentar-se o editor desta folha, por motivos urgentes, interrompe-se a sua publicação, talvez por espaço de um mez. Pedimos desculpa aos Srs. Assigantes e leitores, e promertemos indemnisal-os [...]” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/05/1861, p. 1). O tempo de ausência das publicações durou quase dezoito meses, mas depois voltou a ser publicado e manteve-se constante.

- c) A qualidade e preservação do periódico: foi possível fazer uma leitura do jornal com qualidade, embora, pelo desgaste do tempo, algumas páginas estejam com a tinta bem fraca e, em alguns exemplares, há partes com falhas¹⁰. Entretanto, grande parte do jornal está em boas condições de leitura.
- d) A quantidade de páginas: a maioria das edições é de quatro páginas, com o avançar dos anos, há variações em relação ao número de páginas. Quanto ao dia da semana em que o jornal era publicado também.
- e) O estudo de pesquisas que utilizaram o jornal como fonte ou objeto, no caso, o jornal Dezenove de Dezembro.
- f) Estrutura organizativa do jornal: no início, em 1854, até a última publicação de 1861, contou com duas colunas de notícias/informes maiores que formam o jornal, em seu retorno, em 1862, apareceram três colunas. Na maioria das publicações, o jornal consta com quatro páginas, porém, têm

¹⁰ Em alguns locais, há manchas ou partes ilegíveis, em alguns casos, há tarja escrita ilegível, manchado ou mutilado. Algumas páginas estão bem claras, dificultando a leitura.

edições com seis e oito páginas¹¹. Ainda percebem-se duas edições diferentes, uma com cinco e outra com sete páginas. No ano de 1870, o jornal passou a ter quatro colunas. O valor da assinatura¹² era de 8\$000 réis anuais, 4\$000 semestral e 2\$500 trimestral. Esses valores foram vigentes desde seu início em abril de 1854 até maio de 1857, quando os valores foram alterados para 10\$000 anuais e 5\$000 semestral. Em 1864, permaneceu o valor das assinaturas para os moradores da Capital, mas, para os de outras localidades, passou a ser 12\$000 anuais e 6\$000 semestrais.

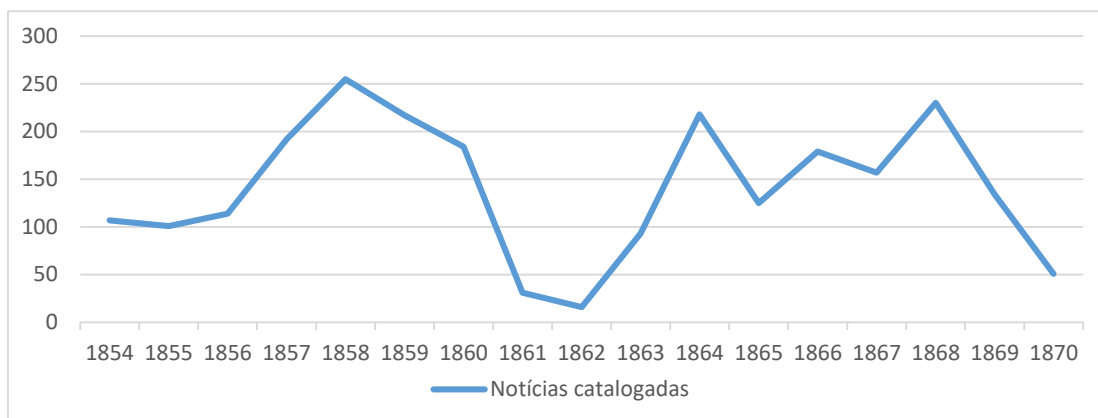
- g) Posteriormente, realizou-se a leitura na íntegra do jornal e catalogaram-se as notícias encontradas: após catalogar todas as notícias encontradas que estavam relacionadas à instrução pública, foi empreendida a categorização delas de forma a buscar um olhar sobre quais assuntos mais se relacionavam com a instrução pública na província do Paraná. O maior destaque dá-se às notícias relacionadas aos agentes de ensino, em específico aos professores. Assim, a presente pesquisa buscou conceituar e compreender quem eram os professores na província do Paraná e como se caracterizava e estruturava a profissão docente conforme as notícias do Dezenove de Dezembro (1854-1870).

Com a leitura das edições do Dezenove de Dezembro (1854-1870), foram identificadas e catalogadas 2.404 notícias sobre instrução pública na província do Paraná.

Gráfico 1: Notícias catalogadas no jornal Dezenove de Dezembro 1854-1870

¹¹ Nessas edições, são encontradas discussões ou propagação de um assunto específico como relatórios da Assembleia Legislativa.

¹² Os valores das assinaturas constavam no canto superior esquerdo do jornal, em todas as edições. Quando estava finalizando um trimestre/semestre/ano do jornal, sempre havia uma publicação na última página, no canto inferior direito, pedindo que os assinantes pagassem para continuar recebendo o jornal.



Elaborado pela autora.

Sobre instrução pública, no ano de 1858, obteve-se o maior número de notícias com um total de 255 e, no ano de 1862, encontrou-se apenas 16 notícias. O fato do baixo número de notícias é justificado por um período em que o jornal não teve publicações, ficando apenas dois meses que o jornal esteve em circulação naquele ano. Registra-se que o jornal noticiava muitas questões relacionadas aos períodos de eleições, aos relatórios de guerras, aos acontecimentos no exterior, às obras (como a estrada da Graciosa), às viagens oficiais do governo provincial, dentre outros assuntos.

As notícias sobre instrução pública são provenientes de diversos assuntos e tratam de diferentes questões, tais como: agentes de ensino, modalidades de ensino, legislação da instrução, valores de salários, orçamento, pagamentos, concursos, abertura de escolas, materiais de ensino, regulamentos, editais, reivindicações, chamadas e resultados de exames. Entre as notícias, percebeu-se que as questões envolvendo professores são norteadoras e isso permitiu o delineamento do objeto desta pesquisa de mestrado.

Assim, utilizando como fonte histórica o jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870), almejou-se aprofundar, como objeto de estudo, a caracterização e a estruturação da profissão docente na província do Paraná, observando vários fatores: quem eram os professores? Como eram recrutados? Qual a formação exigida para ser professor? Se havia uma formação/preparação específica para esses profissionais? Como acontecia o processo de contratação/demissão? Quais as exigências para o cargo? Se existiam benefícios para esses profissionais? Em quais locais atuavam? O que eles ensinavam? Em quais condições trabalhavam? Qual

remuneração recebiam e quem pagava? Quais as leis, decretos e regulamentos que estabeleciam a profissão? Quais as mudanças que ocorreram na província do Paraná relacionados à profissão docente?

Partindo dessas indagações e das bases de pesquisa apresentadas nesta primeira seção da dissertação, propôs-se a organização da dissertação em mais três seções:

A segunda seção, intitulada *A província do Paraná e o professor: exigências e atribuições dadas à profissão*, discorre acerca do que era esperado ao professor no contexto da sociedade oitocentista. São reveladas as provas de moralidades e o perfil desejado ao professor incumbido de agente da civilização. Ainda tratou-se sobre a província paranaense e o contexto social do período do Brasil imperial.

Na terceira seção, *O recrutamento/afastamento de professores e o financiamento da instrução*, apresentou-se o processo de contratação e nomeação dos professores, buscando destacar questões sobre os contratos, titulações, concursos e exigências para um professor ser autorizado para ensinar. As licenças, afastamentos, aposentadorias e jubilação também são analisados. E, por fim, tratou-se sobre os financiamentos da instrução, tendo, como referência, a remuneração dos professores entre ordenados e gratificações, as verbas e recursos para a instrução pública. A seção finaliza com os materiais de ensino.

Já na quarta seção, denominada de *Professores: instituições e locais de ensino na província do Paraná*, abordou-se os diferentes espaços onde ocorriam os processos de ensino conduzidos pelos professores. Os estabelecimentos apresentados foram a casa escola, as cadeiras de ensino, o Liceu da Capital, o Colégio subvencionado, o Colégio de Paranaguá para as meninas e os anúncios de colégios para meninos, a Biblioteca e o Arquivo Público. Finaliza-se com a Escola Normal do Paraná, desde a sua idealização até o momento de sua instalação em 1870.

A dissertação é finalizada com as considerações finais e referências.

2. A PROVÍNCIA DO PARANÁ E O PROFESSOR: EXIGÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DADAS À PROFISSÃO DOCENTE

Inicia-se apresentando a província do Paraná e o Brasil Imperial em seu contexto político e qual o perfil social esperado da profissão docente envolvendo sua moralidade. Ainda se aborda a função atribuída ao professor de civilizar uma população e auxiliar no caminho do progresso da recente província, buscando entender qual era o papel do professor no século XIX e como foi se constituindo a profissão docente na província.

Para organizar, buscou-se, primeiramente, situar as condições em que estava a província paranaense. O território denominado província do Paraná teve seu desmembramento da província paulista oficialmente em dezembro de 1853, porém os processos que percorreram o desejo da emancipação são mais antigos. Com o processo de separação e emancipação política surgiu a necessidade de estabelecer leis e regulamentos e organizar a nova província, mas se deve levar em consideração o período anterior, pois as escolas, cadeiras de ensino e a profissão docente já existiam anteriormente. Contudo, a presente pesquisa busca como fonte o jornal Dezenove de Dezembro, que foi publicado no período da província paranaense, mas tem seus respaldos em períodos anteriores, quando menciona as leis paulistas e professores que já se encontravam em exercício. Estudar a província do Paraná requereu olhar para a realidade do império, entendendo que o século XIX foi um período de várias mudanças, que, inclusive, atingiram a profissão docente e a instrução pública.

2.1 A profissão docente no Império brasileiro.

O papel do professor para a sociedade oitocentista era de propagador de conhecimento e ele era responsável pela formação de uma sociedade civilizada. Além dos saberes formais, como a gramática e a aritmética, era atribuída ao professor a educação moral do aluno, sendo o professor considerado um agente fundamental para a constituição da sociedade. Compreender o papel atribuído ao professor no período auxilia a caracterizar a função que lhe era atribuída.

No período em análise os professores eram vistos como agentes do Estado, encarregados de difundir a educação e a moral, seguindo sempre o modelo Imperial, ou seja, deviam ser agentes civilizadores

segundo o projeto do Estado Imperial imposto para a época. (GUARNIERI; CASTANHA, 2006, p. 63)

Nóvoa (1991), ao tratar sobre a gênese da profissão docente, destaca dois pontos a serem estudados para caracterizar a docência enquanto uma profissão: um corpo de saberes e um conjunto de normas e de valores. A elaboração de um corpo de saberes vem como uma forma de determinar os conhecimentos fundamentais para a profissão e quais assuntos o professor deveria saber, sendo um saber técnico para a docência. O conjunto de normas e valores estabelece as atitudes do profissional e as atitudes a serem disseminadas junto aos alunos.

Ao averiguar a profissão docente na província do Paraná, com base nas informações presentes no jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870), a proposta aqui foi compreender os fatores sobre o corpo de normas e valores morais que eram solicitados para o cargo de professor. Ainda foi observado o papel desses profissionais como agentes da civilização na província paranaense que se erigia na segunda metade do século XIX. Também contextualizaram-se as mudanças que aconteciam na província do Paraná após a sua emancipação política em 1853 e conheceu-se o perfil da profissão docente no Paraná, analisando qual a moralidade exigida, como ela era avaliada, bem como apresentaram-se os valores pecuniários referentes aos ordenados, gratificações, salários.

A profissão docente na província do Paraná estava conectada às mudanças promovidas no Brasil. O século XIX foi um período de várias mudanças para o território brasileiro. De acordo com Malerba (1999), o Brasil oitocentista foi um período marcado por várias mudanças políticas e econômicas, o território brasileiro passou de sua condição de Colônia para Império em 1822 e de Império para República em 1889, e ainda aprovou leis ligadas ao fim da escravidão.

Nas primeiras décadas do século XIX, as mudanças influenciaram também no âmbito educacional a partir do propósito de instruir e civilizar a população. Foram aprovadas leis e decretos para normatização da instrução pública nas províncias e, com isso, também as leis foram definindo quem seriam os professores, quais as exigências para o cargo e quais os conhecimentos exigidos para ocupar tal posição.

A primeira lei aprovada para a instrução pública no Brasil imperial foi a lei de 15 de outubro de 1827, com 17 artigos que regulamentavam a instrução pública, trazia os ordenados e alguns critérios para a seleção dos professores. Dentre os requisitos para ser professor era exigido

maioridade, boa conduta e conhecimentos básicos para lecionar. (GRONDRA; SCHUELER; 2008, p. 169)

A primeira legislação sobre a instrução pública determinava alguns critérios básicos para ser professor no Império, como dominar habilidades domésticas, costuras e bordados. A lei estava em vigência em todo Império, assim como estava em responsabilidade do governo imperial a instrução pública no território nacional. Diante das dificuldades para propor leis que estivessem em vigência em todas as províncias, foi descentralizado o poder e repassada a responsabilidade da instrução pública para as províncias. Com o Ato Adicional de 1834, o governo passou responsabilidade da instrução pública para as províncias, estas passaram a fazer as leis regulamentadoras da instrução pública. Dessa forma, também apresentaram as especificidades da profissão docente.

Para estudar a profissão docente na província paranaense, faz-se necessário compreender que ela estava inserida em uma realidade com contexto imperial. O Brasil, no decorrer de todo o século XIX, passou por diversas mudanças, principalmente nas questões políticas. Portanto, para estudar a profissão docente, deve-se também entender quais as mudanças que ocorreram no território brasileiro no decorrer daquele século e, ao entender tal cenário, é possível acompanhar que a emancipação política do Paraná teve influências nas mudanças que ocorriam ao seu redor.

Em 1808, considera-se que iniciou o processo de emancipação política do Brasil, que pode ser compreendido desde o momento em que a Família Real e sua corte partiram de Portugal para a sua colônia mais promissora, o Brasil, o que aconteceu em decorrência do avanço napoleônico nas terras portuguesas:

Resistindo ao avanço das tropas napoleônicas e sob proteção inglesa, D. João, regente de Portugal, foi forçado a transferir-se com a família real e sua corte para sua colônia americana, onde chegou em janeiro de 1808. Esse acontecimento marca o início da emancipação política do Brasil. Subitamente, o Rio de Janeiro tornou-se sede de todo o vasto Império lusitano. D. João chegou acompanhado de umas quinze mil pessoas, entre burocratas, áulicos, diplomatas e uma “chusma de parasitas” que compunham sua corte (MALERBA, 1999, p.7-8).

D. João e a corte, ao transferirem-se para o Brasil, trouxeram mudanças na organização social, diante do grande número de pessoas que acompanharam a Família Real. “Durante sua permanência no Brasil, D. João demonstrou seu zelo pela

educação, artes e cultura. Incentivou o aumento das escolas régias- equivalentes, hoje, ao Ensino Médio- e as cadeiras de artes e ofícios” (PRIORE, 2016, p.10).

Com a chegada da corte na colônia, houve avanços econômicos, como a abertura dos portos, a instalação de fábricas e manufaturas e a criação do primeiro Banco do Brasil, as mudanças influenciaram a vida cultural dos que aqui viviam, houve a instalação da Real Biblioteca e da Imprensa Régia. Neste sentido: “Começaram a circular os primeiros jornais, como o Gazeta do Rio de Janeiro, em 1808, e o Patriota, em 1813” (MALERBA, 1999, p. 10).

Com a chegada da Família Real, também aumentou o número da população vinda de Portugal para o Brasil, que passou de 43 mil habitantes em 1799 para 79 mil em 1821, respectivamente, de cidadãos livres passou de 20 mil para 46 mil indivíduos, conseqüentemente a esse aumento populacional, o tráfico negreiro aumentou de 35% a 46%. Entre 1825 e 1850, desembarcaram 250 mil africanos escravos no porto do Rio de Janeiro. (ALENCASTRO, 1997)

Aos quinze dias do mês de agosto de 1820, D. João foi convocado por sua corte para voltar a Portugal, posteriormente, com as pressões e manifestações a situação tornou-se incontrolável e, em 25 de abril de 1821, o Monarca foi obrigado a retornar ao reino. Para subsidiar a viagem de volta a Portugal, D. João utilizou recursos que estavam nos cofres públicos, deixando o Brasil em uma situação econômica complicada.

No Brasil, ficou D. Pedro como príncipe regente, este que tinha um governo liberal, mesmo com tantas dificuldades financeiras, eliminou os impostos, resguardou o direito à propriedade e deu garantias de liberdade individual. Com a chegada destas e de outras informações a Portugal, a corte que se viu prejudicada e começou a tomar medidas extremas, reduzindo o poder do príncipe, porém, a população da colônia já se demonstrava insatisfeita com a atual situação, gerando o aumento de protestos e reivindicações, o que resultou, por fim, na Independência do Brasil. (MALERBA, 1999)

O movimento da Independência do Brasil não aconteceu da noite para o dia, como uma forma simples e fácil, foi resultado de várias manifestações. Diversos movimentos obtiveram influência no processo da independência do Brasil. A Inconfidência Mineira (1789), que foi formada por cidadãos europeus residentes no Brasil junto a alguns brasileiros, lutava pela separação do território brasileiro para que este deixasse de pertencer à coroa portuguesa, conseguindo, assim, sua independência. “O povo em 1821 e 1822 estava entusiasmado pela independência e

ao menor aceno, qualquer homem bem-intencionado que se apresentasse à testa do movimento político e social, acharia apoio, e tanto mais tendo à sua frente o príncipe real, herdeiro da Coroa portuguesa” (MORAIS, 2004, p. 219). A permanência do príncipe no Brasil foi um fator que contribuiu para a emancipação política ocasionando o processo de independência.

Embora não houvesse êxito na tentativa de independência, o movimento mineiro da Inconfidência influenciou outras capitanias como a da Bahia. Os movimentos e manifestações que aconteciam no território brasileiro pressionavam o governo à sua independência, como em Minas Gerais e na Bahia.

Um novo cenário começou a aparecer no Brasil em nove de janeiro de 1822, quando o príncipe regente D. Pedro de Alcântara decidiu ficar no Brasil contrariando as ordens vindas da Corte em Lisboa que determinava que o príncipe retornasse a Portugal. Essa ação era vista como uma forma de recolonizar o Brasil, aumentando o domínio sobre a colônia, entretanto o que a coroa portuguesa não esperava era o fortalecimento da população em uma busca da independência do país. “O Brasil estava a braços com as Cortes facciosas de Lisboa, que queria a todo custo recolonizar o Brasil. A Bahia se achava com as armas na mão por esse tempo, para expulsar a facção lusitana [...]” (MORAIS, 2004, p. 166). Diante desse cenário de manifestações e revoltas e com a pressão da coroa portuguesa para que o príncipe regente voltasse a Portugal, aumentou a pressão para a proclamação da independência.

De acordo com Priore (2016), a proclamação da independência ocorreu em 12 de outubro de 1822, nenhum jornal da época haveria mencionado o assunto em setembro, ainda, segundo a autora, a data sete de setembro foi estabelecida posteriormente, para comemorar o ato da Independência do Brasil.

Passados alguns anos, em sete de abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao seu trono, deixando-o para seu filho, D. Pedro II, de apenas seis anos. O motivo seria que ele precisava voltar a Portugal para assumir o lugar de seu pai, que viera a falecer. O Brasil, naquele momento, entrava no período das regências até que D. Pedro II completasse os dezoito anos. Mas, na prática, foi um pouco diferente, com os problemas e revoltas que estavam ocorrendo, houve pedidos da população que D. Pedro assumisse o trono antes, com a maioria aprovada, D. Pedro II assumiu o império brasileiro em janeiro de 1843, com apenas 14 anos.

Averiguando a relação entre o Brasil, enquanto colônia, e Portugal, durante esse período, havia o objetivo de exploração, visto que, nos três primeiros séculos (período colonial), Portugal tinha, como principal meta, extrair riquezas de suas colônias para manter a corte. As riquezas do Brasil eram extraídas e os lucros eram enviados a Portugal.

Ao abordar sobre o povoamento da colônia, cabe registrar que, até então era feita a distribuição de terras aos donatários que, segundo Malerba (1999), eram quem controlavam as terras até aquele período:

A concessão de imensos lotes de terras como donatários a nobres reinos foi a fórmula encontrada para se promover a ocupação da terra habitada por uma densa população indígena [...]. Os donatários tinham o direito de redistribuir as terras de suas capitanias a quem quisessem através de uma carta de sesmaria. A Terra não tinha valor monetário e só passaria a tê-lo na segunda metade do século XIX. (MALERBA, 1999, p. 28)

Desde 1808, ficou permitida a imigração de vários povos, que até então, era possível apenas para os portugueses, acarretando várias tentativas que ocorreram durante todo o século XIX de povoamento. É importante considerar ainda que havia o estímulo para a vinda de europeus ao Brasil, para que fossem trabalhar no campo como pequenos proprietários. Exemplo disso é a região sul que foi habitada pelos alemães, os quais trouxeram experiências culturais e na produção, eles “[...] eram artesões, industriais e mestres de ofício, responsáveis por inovações técnicas importantíssimas tanto para a agricultura como na indústria” (MALERBA, 1999, p. 30).

Após a crise internacional do açúcar, o Brasil começou a expandir a produção do café¹³, chamado de Ouro Verde, por seu consumo ser considerado como uma mercadoria de luxo. Para a produção do café, era utilizado trabalho braçal nas lavouras feito por escravos. Entretanto, com a Lei Eusébio de Queiros¹⁴, em 1850, tomaram-se medidas severas, proibindo o tráfico negreiro, ocasionado uma crise de mão de obra, assim, cada vez mais era preciso trabalhadores para as lavouras.

¹³ O café foi um fator econômico importante durante o Império, em 1850, representava 48,32 % das exportações e, na última década, chegou a atingir 61,5%.

¹⁴ Eusébio de Queiros desempenhou diversas funções importantes durante o Império, como conselheiro, presidente de província, entre outros, “[...] destacou-se por seus trabalhos jurídicos na questão da escravidão, levando seu nome a lei que aboliu definitivamente o tráfico intercontinental em 1850. Escreveu, entre outras, Regulamentos para os tribunais do comércio e do Processo das quebras, Código comercial do Império do Brasil e os regulamentos para sua execução e Questão do tráfico.” (MALERBA, 1999, p. 180)

Mostrava-se, naquele momento, maior intensidade na ideia de incentivar a imigração subvencionada para trabalhadores assalariados.

No jornal Dezenove de Dezembro, apareceram discussões a respeito da vinda de imigrantes para povoar as terras paranaenses. Nota-se, nas publicações do Dezenove de Dezembro, que o governo provincial fazia um esforço para que ocorresse a vinda de imigrantes para a província, tanto vindos de outros países, quanto de outras províncias brasileiras, o intuito era fazer um povoamento das terras paranaenses. Pode-se perceber tal posicionamento, por meio da aprovação da Lei Nº 29 de 21 de março de 1855, que estabeleceu meio de promover a vinda de imigrantes para da província do Paraná.

Art. 2º Para que tenha efeito a disposição do artigo antecedendo, poderá o governo despende annualemente até a quantia de 10:000\$000, além dos reembolsos dos avanços que fizer para passagem e alimento dos emigrantes, segundo os contractos que realizar. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/05/1855, p.1).

Além da ajuda de custos com a viagem e de um subsídio anual para os imigrantes que residissem na província, ainda haveria um auxílio para quem pretendesse trabalhar na lavoura, sendo distribuídos meios para iniciar o seu trabalho, proporcionando possibilidades para melhor viver no local. Eis a vantagem e garantia para os imigrantes que viessem estabelecer-se em um “paiz novo e fertilismo, que lhes dará abastança desde logo e riqueza no futuro” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 06/05/1854, p. 2). Frequentemente eram publicadas as vantagens de vir morar na província.

Promover a vinda de imigrantes para povoar as terras era um esforço do governo imperial e provincial, o objetivo era trazer braços trabalhadores para o desenvolvimento local, dentre os incentivos oferecidos pelo governo, mostrar que a província e que o Brasil eram um lugar desenvolvido e bem organizado, estava relacionado diretamente com os incentivos para a promoção da instrução pública, que seria uma forma de organizar a sociedade oitocentista.

Um dos requisitos almejado pelo Governo Provincial era a organização social, fazer com que o Brasil tivesse em caminho para o progresso. Após a Independência do Brasil, era preciso formar uma sociedade brasileira que fosse civilizada e com aspectos europeus.

Civilização e progresso não são, no entanto, apanágios exclusivos das sociedades europeias. O Brasil recém-integrado, pela conquista de

sua independência política, no conjunto das nações soberanas, devia compartilhar com eles desses atributos... Entre outras modas (PRIORE, 2016, p. 299)

Diante do cenário que se encontrava o império brasileiro, a instrução pública era considerada como uma forma de organização da sociedade. Promover uma civilização e organização da sociedade representaria melhorias para incentivar a vinda de imigrantes para as terras brasileiras. A escolarização da sociedade veio como uma maneira de promover cultura e de modificar a sociedade.

Nesse sentido, pode-se dizer que a escolarização cria cultura, transmite cultura e pode mesmo chegar a transformar a vida cultural de uma dada sociedade. A escola tem uma tarefa importante na formação e adesão da população a valores e a todo um código normativo. (BOTO, 2018, p. 6)

Promover a educação e a instrução pública para o povo depende de investimentos e incentivos, estes partiam do governo. Os assuntos referentes a instruir a população estavam presentes em debates e discussões. “A legislação escolar funcionava como meio de se trazer progressos futuros, isto é, solucionaria os problemas do presente para que assim, se alcançasse um futuro civilizado” (ANDRADE; CARVALHO, 2009, p. 112). Ainda segundo os autores, durante o século XIX, a preocupação e o debate sobre a escolarização da população estavam presentes em várias províncias.

O período Imperial se constitui como um momento de intensos debates sobre a necessidade de escolarização da população livre. O Brasil do século XIX é marcado pela busca do ordenamento legal e pelos investimentos financeiros no campo educativo, mobilizando dirigentes provinciais e da capital do Império. (ANDRADE; CARVALHO, 2009, p. 108)

Frente a esse cenário, “[...] o professor desempenharia papel fundamental na construção do sentimento nacional, já que era ele o responsável pela formação cultural/ideológica dos futuros cidadãos da incipiente nação brasileira” (DAMASCENO, 2017, p. 360). O professor era, dessa forma, colocado como um agente desse processo de avanço e progresso da sociedade, sendo-lhe atribuída a formação dos futuros cidadãos, assim como a instrução pública tinha um papel fundamental na constituição da nova sociedade.

A Instrução Pública teve também um papel importante no processo de consolidação do Estado, aparecendo como uma das estratégias fundamentais defendidas pelos governantes do País para a produção

de um povo ordeiro e civilizado e, sobretudo, para a construção da nação brasileira (ROSA, 2002, p.141)

Por sua vez, o jornal Dezenove de Dezembro abordava, em suas páginas, questões do Império, havendo uma seção específica para noticiar a respeito desse assunto, sendo ela posta dentro do espaço destinado à Parte Oficial, que era denominada de Governo Geral. Também apresentava notícias sobre assuntos da Família Imperial. Trazer notícias da corte imperial e dos acontecimentos do Império era uma forma de aproximar os leitores e moradores na província com os acontecimentos e as mudanças que estavam ocorrendo.

Assim, o século XIX foi um período de constantes mudanças no território brasileiro e a instrução pública estava sendo implantada nesse território, ainda que, em alguns lugares, tenha demorado um tempo maior. Mas a preocupação era comum entre as províncias, instruir e organizar a população para seguir um ideal de progresso da nação.

Na organização do território nacional, até o ano de 1853, o território paranaense pertencia a província de São Paulo, como 5ª Comarca. Segundo Oliveira (1982), para estudar os princípios educativos na província do Paraná é preciso voltar e analisar o período antecedente, visto que, naquele momento, os modelos educativos vinham da província de São Paulo:

Para estudar-se a educação no Paraná Provincial, é necessário remontar, em linhas gerais, à época em que foi Comarca de São Paulo e inseri-la num contexto mais amplo, qual seja, a conjuntura imperial, pois que da Corte emanavam as diretrizes gerais do ensino. (OLIVEIRA, 1982, p. 37)

Assim sendo, busca-se saber como era a província paranaense e como ocorreu seu processo de emancipação política para poder conhecer a atuação da profissão docente.

2.2 Um Paraná provincial

Para entender como ocorreu a emancipação política da Província do Paraná em 1853, cabe olhar os motivos e necessidades deste acontecimento. Enquanto 5ª Comarca, o local era um pouco esquecido e abandonado, conforme apresentado pelos autores consultados, vários eram os problemas apresentados, como falta de escolas, segurança e desvio de verbas.

Enquanto o território paranaense era Comarca de São Paulo, não havia uma estrutura para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo (PRIORI et al, 2012, p. 16)

A distância da 5ª Comarca de Curitiba da sede da província em São Paulo poderia ser um dos motivos para a má administração, mas as razões que levaram a população e seus líderes a buscarem sua emancipação política eram a alta cobrança de tributos e a precariedade de recursos para a população.

As publicações presentes no Dezenove de Dezembro ocorreram somente após a emancipação política em 1853. Contudo, em algumas edições do jornal, são feitas comparações com o momento em que o território ainda pertencia à província paulista e propagandeava-se, no jornal, como melhorou após ser emancipada.

A província do Paranã comparada á comarca de Curityba apresenta uma diferença tão notável, que os mesmos seus filhos a desconhecem; esta foi governada por pessoas indiferentes ao bem público, e aquella por cidadãos probos e honrados, que só almejam levala á prosperidade. [...] Os dinheiros públicos são bem aproveitados e bem arrecadados. As autoridades cumprem hoje com seus deveres, porque temem a infallível responsabilidade. A justiça é administrada com imparcialidade. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/12/1854, p. 4)

Buscava-se, já fazia algum tempo, uma liberdade política-administrativa, a primeira tentativa ocorreu em 1811, logo após a chegada da Família Real no Brasil, sem sucesso no processo emancipatório, a única alteração que aconteceu foi a de passar a sede da 5ª Comarca de Paranaguá para Curitiba. Uma segunda tentativa ocorreu em 1821, que ficou conhecida como “Conjura separatista”, mas também não obteve sucesso, pois os paulistas prevaleciam com seus interesses sobre a Comarca (PRIORI et. al, 2012).

As tentativas e a vontade de emancipar-se não acabaram, pelo contrário, elas ganharam fôlego com as mudanças econômicas consequentes da produção da erva mate e da madeira. Com a *Revolta Farroupilha*, surgiu o medo da Comarca juntar-se ao Sul do país, sendo que, naquele momento, a província de São Paulo fez um acordo com Curitiba.

A proposta feita pela província de São Paulo foi de que Curitiba apoiasse São Paulo e, em troca, receberia sua emancipação. Embora a 5ª Comarca cumprisse com

seu papel, o desmembramento não aconteceu de forma imediata. Houve uma disputa entre Paranaguá e Curitiba para saber qual localidade seria a capital da nova província, essa disputa acabou ocasionando o retardamento de sua emancipação.

Posteriormente, em 1843, houve uma nova tentativa, entretanto os paulistas procuraram retardar as discussões vendo os prejuízos econômicos para São Paulo, assim sendo, as discussões estenderam-se até 1853. “Assim, em 2 de agosto de 1853, o projeto emancipatório da Comarca do Paraná foi aprovado e, em 29 do mesmo mês, sob a Lei nº 704 sancionada por D. Pedro II, foi criada a província do Paraná” (PRIORI et. al, 2012, p. 20). Mas, somente no dia 19 de dezembro de 1853, com a chegada do primeiro presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, ocorreu a instalação da Província do Paraná. (PRIORI et. al, 2012)

O processo de emancipação da província do Paraná foi um processo lento. Enquanto o território, hoje denominado como paranaense, era uma Comarca da província de São Paulo, ele era regulamentado pelas leis paulistas e já havia instrução e professores no território.

Segundo Pastre (2009), a história da emancipação política da Província do Paraná tem seu início com o desmembramento da Província de São Paulo, ou seja, o espaço que passou a ser denominado por Paraná estava contido no espaço territorial da Província de São Paulo, que contava com sete comarcas e era considerada uma das maiores províncias do Brasil.

A província de São Paulo possuía um território bem maior, fazia fronteira com a província do Rio Grande do Sul e eram composta em 1852, por 7 comarcas: A 1ª Comarca abrangia a região do Vale do Paraíba, a 2ª a da Capital e a região de Atibaia e Bragança Paulista, a 3ª a região de Jundiá e Araraquara, a 4ª a região de Sorocaba, a 5ª a do atual Paraná abrangendo as cidades de Curitiba e Paranaguá e as vilas de Morretes, Castro, Ponta Grossa, Antonina entre outras, a 6ª o litoral de São Paulo, a 7ª abrange a região de Franca. A 5ª Comarca era uma das mais distantes e suas principais localidades situavam-se no extremo sudeste da Província de São Paulo. As primeiras tentativas de independência da região se deram já no início do século XIX pela ação da parcela luso-brasileira que constituía a classe senhorial da 5ª Comarca (MUNHOZ, 2012, p. 32-33).

Outros fatores que influenciaram o processo de emancipação política da província foram os movimentos como a Guerra dos Farrapos¹⁵ no Rio Grande do Sul. Como uma forma de amenizar a situação e evitar uma aliança entre as duas

¹⁵ A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha teve seu início em 20 de setembro de 1835 e findou em primeiro de março de 1845, o movimento buscava a separação do Sul do país.

províncias, o governo do Império auxiliou a emancipação política do Paraná, em troca teria sua neutralidade, visto que ela encontrava-se em uma localização privilegiada para a separação do sul do país.

O processo de emancipação política da província paranaense percorreu alguns anos e, com a sua autonomia política, precisaria formar um sentimento de povo paranaense e que eles se sentissem pertencentes a este lugar. O primeiro presidente da província do Paraná fez o convite a Candido Martins Lopes para que viesse abrir a primeira tipografia na província, dentre os assuntos publicados estariam os atos do governo provincial e seria uma forma de noticiar a população sobre os acontecimentos na província.

O Dezenove de Dezembro, segundo Mizuta (2012), tinha o objetivo de instruir a população sobre os acontecimentos que ocorriam na província do Paraná, assim como criar uma noção de pertencimento de seus moradores à província. Pode-se perceber em suas páginas que o jornal tinha um caráter informativo, quando publica leis, acontecimentos, relatórios, notícias, dentre outros. Na sua primeira edição, o jornal inicia publicando a lei de emancipação da província do Paraná.

LEI Nº 704- DE 29 DE AGOSTO DE 1853

Eleva a comarca de Curitiba na província de S. Paulo a cathoria de província, com a denominação de- Província do Paraná.

Dom Pedro Segundo, por graça de Deos, e unanime aclamação dos povos, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súbditos, que a assembléa geral legislativa decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º A comarca de Curitiba na província de S. Paulo fica elevada á cathoria de- Província do Paraná- A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

Art. 2º A nova província do Paraná terá por capital a cidade de Curitiba, em quanto a assembléa respectiva não decretar o contrario [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/04/1854, p.1)

Com a sua emancipação, a província teve uma reorganização, contando com três comarcas para organizar seu território. Na legislação a seguir, que foi publicada estabelecendo a organização política, pode-se perceber as comarcas e municípios, mas também as vilas, freguesias e distritos que vão aparecendo ao longo do jornal. Frente ao baixo número de habitantes, havia apenas nove municípios da província no momento de sua emancipação.

LEI N.º 2 de 26 de julho de 1854.

Art. .1.º A província do Paraná fica dividida em três comarcas: a sua denominação e divisão são as seguintes.

1º Comarca da capital, compreendendo os municípios de Curitiba, S. José dos Pinhães e Príncipe.

2º Comarca de Paranaguá, compreendendo os municípios de Paranaguá, Antonina, Morreste e Guaratuba.

3º Comarca de Castro, compreendendo os municípios de Castro e Guarapuava (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/08/1854, p.2)

Embora a história da emancipação política da província paranaense tenha iniciado no século XIX, sua história é de um período anterior. O território, em sua história, de acordo com Steca e Flores (2002), já era um lugar explorado no que diz respeito às suas riquezas naturais, desde o século XVII.

No começo foi a praia. Como em todo o Brasil, a civilização veio pelo mar. Paranaguá, a mais antiga cidade paranaense, é de 1648. Lembre-se que São Vicente, início da colonização do Brasil, é de 1532. São Paulo é fundada em 1554. Curitiba, povoada por paulistanos e sorocabanos, já em 1668 levantada o pelourinho, que só funciona em 1693, data definitiva da fundação da Capital paranaense (BALHANA, 1969, p. 17)

O território já era colonizado há mais de dois séculos, antes de sua emancipação política como província do Paraná, entretanto possuía com poucos habitantes. Conforme Steca e Flores (2002), em 1809, após a chegada da Família Real ao Brasil, iniciou-se a um intenso processo de colonização das terras. “Durante todo o século XIX, houve tentativas de se implantar colônias de povoamento para ocupar o interior, estimulando-se a imigração de europeus¹⁶ para trabalharem no campo como pequenos proprietários” (MALERBA, 1999, p. 29). O processo migratório e o incentivo pela vinda de imigrantes europeus para povoar e trabalhar nas terras brasileiras eram um processo presente no século XIX, assim como na província do Paraná, quando se percebe na leitura do Dezenove de Dezembro que tratava sobre as melhorias e o incentivo à vinda de imigrantes para povoar as terras.

O Império brasileiro e a província do Paraná passavam por constantes mudanças no decorrer do século XIX, em um processo que o Brasil passou de uma situação política de Colônia para Império e o território hoje denominado Paraná passou de 5ª Comarca para província. Processos e mudanças que influenciaram na vida de seus moradores e o governo buscava o desejado progresso por meio da educação do povo. Naquele momento, a profissão docente veio como um agente para

¹⁶ Segundo Alencastro (1997), o objetivo de promover uma imigração de europeus não estava somente ligada à finalidade de povoar as terras, mas de promover um branqueamento da população, visto que, devido ao tráfico negro, era grande o número de negros vivendo no Brasil.

a civilização e educação da sociedade, para tanto buscou-se, no presente estudo, conhecer a relevância dos docentes como agentes para o progresso idealizado.

Nas páginas do jornal, constam outras reivindicações. No cenário da província, ainda tinham muitos pontos a melhorar, carecia de um cemitério, postos de saúde, escolas, dentre outros lugares para promover uma organização societária marcada de civilidade.

As reivindicações e melhorias estavam presentes no decorrer das edições do Dezenove de Dezembro, pelas quais buscavam mostrar as obras realizadas e os aspectos considerados avanços da província. Um assunto que percorreu vários anos com relatos de detalhes das obras foi a construção de estradas, como a da Graciosa: “A estrada da Graciosa, ligação do planalto com o litoral só se concretiza com a província, depois de 1853. A ligação ferroviária entre Paranaguá e Curitiba é de 1885. Só então começa a arrancada e a Serra do Mar deixa de ser obstáculo” (BALHANA, 1969, p. 18). Este era um trajeto para proporcionar o transporte de pessoas e de materiais para a população.

A estrada da Graciosa¹⁷ levou vários anos para ficar pronta e contou com investimento do governo da província, mas, ao ser finalizada, ela significaria um grande avanço nos discursos dos defensores do progresso. “Tudo acontecia em velocidade diferentes no litoral e no interior. Até que as recém chegadas linhas férreas arrastaram-se as novidades sertão adentro” (PRIORE, 2016, p.16). A finalização da estrada resultou em avanços para a província, que poderia transportar pessoas e materiais com maior facilidade e rapidez.

O jornal ainda se preocupava em noticiar sobre a história da província do Paraná e História do Brasil. Suas páginas contavam como foram tais acontecimentos, trazendo ainda dados geográficos como a expansão territorial e as divisas.

Ella confina no norte com S. Paulo, ao sul com Santa Catharina e Rio-Grande, á leste com o Atlantico, e a oeste com o Paraguay, Corrientes e Cuyabá. A sua extensão de norte a sul contada do Uruguay em Santa Catharina pode ser calculada em 100 legoas compreendendo terrenos desconhecidos, e de leste a oeste em 106 leguas, a saber: de Antonina a Curityba 12 leguas [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/11/1854, p. 5)

¹⁷ Em nove de abril de 1870, na primeira página do jornal, consta um relatório sobre como estava o andamento da estrada da Graciosa, ainda contém os valores gastos até aquele momento com a sua construção e quanto seria necessário para o seu término.

Nessa mesma edição do jornal, foram publicadas duas páginas contendo uma história do descobrimento do Brasil e da formação da província paranaense, mostrando aspectos sobre quando pertencia à 5ª comarca, chegando à inauguração da província do Paraná. O registro contava como foi a elevação paranaense à condição de território e localização político-geográfica, detentora das então denominadas belezas naturais com grutas, o Iguaçu, Vila Velha e lugar de terras férteis, de segurança com policiamento, organização civil e com distritos divididos.

A província do Paraná, após a sua emancipação política, passava por um movimento de constituição de uma sociedade e organização de um governo. Os projetos de construção de locais públicos eram enfatizados no jornal, tais como estradas, liceu escolar, hospital público. Conforme as mudanças ocorriam na província, o jornal encarregava-se de publicá-las e fazia comparações sobre como o lugar mudara após o seu desmembramento da província paulista, particularmente quando, em suas páginas, mencionava que nem se parecia mais o mesmo lugar quando se referia ao período em que era 5ª comarca. Os avanços e progressos da província estavam relacionados ao processo da civilização que ocorria, sendo a instrução pública um meio para proporcionar as mudanças.

Sobre a população da província paranaense, encontram-se algumas informações no jornal. O Dezenove de Dezembro, no primeiro número de 1855, publicou que a população da província ia além de 60.000 mil almas. No jornal, consta um relatório detalhado sobre as cidades, vilas e distritos com a quantidade de habitantes presentes em cada localidade.

Em 1866, o Dezenove de Dezembro noticiou que, no ano de 1862, a província contava com 88.489 habitantes, naquele momento, era anunciado que foi feito um balanço sobre o número de habitantes na província sendo 43.980 homens e 44.509 mulheres, ainda, destes, 78.127 eram livres e 10.362, escravos. Registra-se também que, em 1866, havia um total de 99.087 habitantes, sendo 49.247 homens e 49.840 mulheres, destes, 87.491 livres e 11.596 escravos. As informações sobre o número de habitantes voltaram a ser publicadas nos anos subsequentes: em 1867, com 102.059; em 1868, com 105.120 e, em 1869, com um total de 108.224 habitantes. Os levantamentos de dados podem apresentar dúvidas sobre os métodos de produção, contudo permitem uma dimensão sobre a população paranaense. Em 1870, segundo noticiado pelo jornal, a população poderia variar entre 115 a 120.000 habitantes.

No jornal, nota-se que os governantes provinciais buscavam o incentivo de imigrantes para povoar e trabalhar nas terras. As condições precárias da província poderiam ser uma justificativa para os imigrantes escolherem outras províncias que seriam mais desenvolvidas como São Paulo e Rio de Janeiro, ao invés do Paraná. Os problemas estavam frequentemente publicados no jornal, como a falta de saúde e hospitais, problemas com as estradas e a falta de escolas e professores, dentre outros.

Ainda se tratando da população provincial, nota-se que o jornal tinha um contato bem particular em noticiar sobre a população, em alguns momentos, tem-se relatórios com o número de nascimentos, mortes, casamentos e batizados em suas localidades. Também quando uma pessoa se mudava da província, havia casos que ela se despedia de seus colegas por meio do jornal, comunicando para onde estava se mudando, este tipo de anúncio era pago e ficava no campo das publicações pedidas.

O nome do jornal sempre ressaltava seu objetivo de informar seus leitores sobre os acontecimentos na província e também buscava mostrar os considerados avanços e progressos realizados nela. O nome do jornal lembrava a data de sua emancipação política, dezoito de dezembro de 1853, sendo uma homenagem e para que, no momento em que as pessoas olhassem o nome do jornal, pudessem lembrar aquela data. Na segunda edição, no dia oito de abril de 1854, explicava-se sobre o significado do nome, sendo o próprio jornal um meio educativo, levando informações para seus leitores.

O jornal noticiou em vários momentos sobre aspectos do território paranaense. Abordando sobre os problemas encontrados, as belezas naturais e os limites territoriais, sendo informativo aos seus leitores para conhecer sobre o território paranaense.

O jornal publicava elogios aos presidentes provinciais e aos avanços que a província vinha desenvolvendo, assim como as reivindicações que os moradores precisavam. Logo nos primeiros anos de publicação, nota-se a necessidade de melhorias para seus moradores e as críticas que eram feitas pedindo melhores condições.

Não temos ainda iluminação; as calçadas são horríveis: ninguém se atreve á sahir á noite a passeio, por que tem medo de cahir em algum barranco, ou ir abraçar aos chavelhos de algum boi (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 29/04/1854, p.4).

Quando, em breve, pudermos caminhar por nossas ruas, de dia ou de noite, sem que o chão nos falte aos pés, ou exceda a sua natural elevação, obrigando-nos a continuar dos balanços, de modo a imaginar-nos colocados no convez de um barco [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 29/10/1856, p.3).

Pedidos de melhorias nas condições da província continuavam ao longo dos anos de vida do periódico, às vezes, vinham junto com elogios, como a província já caminhou para o progresso, mas precisamos mudar alguns fatores, dessa forma, colocavam as melhorias que precisavam ser realizadas.

Dentre as primeiras edições do jornal, registra-se a respeito da necessidade de progresso à província do Paraná. O Paraná precisava crescer, trazer indústrias, trabalhadores livres (imigrantes europeus, e abordava-se as condições para viver na província, onde era muito caro viver na localidade em razão de acesso, mas que era preciso ir em busca de melhorias. Em várias edições, colocam os preços dos alimentos e questionam como eram caros os valores, anotam que o Paraná poderia produzir esses alimentos, barateando-os para o consumo. Vários são os problemas encontrados que dificultavam a vinda e o interesse de novos moradores, sendo que o jornal destacava que o governo estava buscando melhorar essas condições para o desenvolvimento e progresso da província.

Tratando sobre as belezas e as vantagens da província, menciona-se sobre a fertilidade das terras paranaenses, sendo um lugar propício para a imigração dos europeus, apontando-se vários aspectos para produção do trigo, como sua circulação de mercadoria, as condições climáticas e geográficas para o plantio, ainda havia uma preocupação em produzir bastante para que todos pudessem consumir e vender, de modo que o preço do pão fosse acessível a toda a população. Enfocando as riquezas das terras, também se critica a sua má administração.

A província do Paraná póde produzir todos os objectos de primeira necessidade; gado, carneiros, porcos, aves, trigo, feijão, chá, herva matte, &c. &c. [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14/05/1856, p. 3).

O Brasil [...] Sua riqueza natural, que lhe deveria proporcionar todos esses elementos de prosperidade que fazem a fortuna de povos cultos, tem pela ignorância do povo em matérias econômicas, já enfim pela avidez de especuladores, transformada em verdadeiras causas de destruição! E senão, façamos o retrospecto da vida industrial do

Brasil, desde seus primeiros povoadores (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/08/1855, p. 2)

Ao mostrar a fertilidade das terras e do solo, buscava-se entusiasticamente incentivar a vinda de novos moradores para trabalhar e povoar as terras paranaenses. Assim, propagandeavam que era bom vir para o Brasil e para a província do Paraná, que as pessoas precisavam saber que aqui elas teriam condições de viver, pois, ninguém se arriscava vir para o desconhecido. Demonstrando como a província do Paraná tinha condições para receber esses imigrantes, tinha solos férteis e condições para habitar, um clima agradável, embora ainda precisasse de algumas mudanças e melhorias, como era preciso melhorar a estrada da Graciosa, pois é ela que dava acesso à província.

Ainda a notícia ressaltava as belezas naturais como as grutas, o Iguazu, Vila Velha, as setes quedas e Curitiba, trazendo descrições sobre como eram esses lugares. Ao tratar sobre os viajantes, eles descreviam as belezas encontradas no Paraná, por meio dos roteiros de viagens. A província do Paraná tinha um solo rico e fértil para o plantio, assim como suas belezas naturais,

A província do Paraná, além do seu bom clima, da variedade de suas produções, das riquezas minerológicas até hoje inexploradas, possui a mais completa indiferença ou ocultas nesses desertos. [...] Filhos de uma natureza tão luxuriante, tão rica em produções, sob um céu benigno, seus habitantes participam dos enflúvios de tão aprimorada natureza, espelhando-se em sua alma a franqueza, e a generosidade. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/01/1870, p. 3)

O jornal encarregava-se de mostrar as belezas da província do Paraná e as vantagens de morar no local, como um bom clima e condições de vida agradável. O fato se justificaria em demonstrar como era um bom lugar para viver, tudo em nome do progresso econômico e político desejado.

Ao retomar o assunto sobre seus limites territoriais, nos primeiros anos de publicação do jornal, há uma discussão em respeito às delimitações com a província de Santa Catarina. Em um primeiro momento, tem-se a determinação dos limites:

Art. 1º As divisas entre as províncias de S. Catharina e Rio Grande do Sul, são os rios Mampituba, o Arroio das Contas, o rio Polotas, e o Uruguay, e entre aquella província e a do Paraná, são o rio Sahy Grande, o Rio Negro, e aquella em que ele desagua. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/07/1854, p. 2)

Posteriormente, em setet de outubro do mesmo ano, era publicado um comunicado esclarecendo os limites territoriais do Paraná e a sua divisão com a província catarinense, o assunto era debatido para esclarecer dúvidas sobre os limites territoriais entre as províncias, para tanto utilizando-se os rios para demarcar o local. O assunto percorreu outras edições do jornal, debatendo sobre o aumento do território da província de Santa Catarina.

Mediante as discussões sobre o território, foi entendido que a província de Santa Catarina havia sido desmembrada da província de São Paulo em agosto de 1738 e seus limites territoriais não tinham sidos estabelecidos com clareza. Assim, em 1855, foram aprovadas as delimitações territoriais entre as províncias do Paraná e Santa Catarina. Com as mudanças ocorridas com a aprovação da nova divisa, a cidade de Lages voltou a pertencer a província de Santa Catarina. As divisões foram estabelecidas de acordo com aspectos naturais:

1º O rio Canôas desse a sua confluência no Peltas até a confluência do rio Marombas, e por este acima até a sua nascente principal, e desta em linha recta, na direção de L, até a serra do Mar.

2º A serra do Mar desde a intersecção desta linha taé o paralelo da nscente principal do rio Sahy- Guassú

3º Rio Sahy- Guassú desde a sua nascente principal até o Oceano.
(DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/04/1855, p. 4)

Levar notícias sobre o território paranaense significava mostrar aos leitores do jornal aspectos sobre o lugar que eles moravam, ao tratar das belezas e riquezas do lugar estava-se prestigiando a província paranaense. Assim como ao mostrar as delimitações da província e as discussões que ocorreram a esse respeito tinham o objetivo de informar aos moradores da província sobre os acontecimentos locais.

A província do Paraná foi emancipada em dezembro de 1853, juntamente trouxe a imprensa e o jornal Dezenove de Dezembro, local onde eram publicados os atos do governo, dentre demais assuntos. O jornal percorreu todo o período provincial e possibilita estudar a instrução pública partindo de seus registros. De acordo com essas informações, a presente dissertação procura entender a função destinada à profissão docente no período, entendendo que eram atribuídas ao professor as tarefas de instruir e civilizar a população.

2.3 Instruir e civilizar: tarefas destinadas à profissão docente

Com as mudanças que vinham ocorrendo no Império brasileiro e na província paranaense, a instrução pública era uma forma de organizar os modos e a população.

Instrução pública e educação, qual a diferença entre os dois termos? Embora possam parecer ter o mesmo significado, no século XIX, cada termo referia-se a um tipo específico de formação e conhecimento. Segundo Barbosa (2012), no século XIX, o termo instrução dizia respeito ao ensino transmitido de forma escolarizada, o conceito de educação estava relacionado à boa conduta de um sujeito e à forma como este receberia essa formação, uma pessoa com bons modos era uma pessoa educada. No jornal Dezenove de Dezembro, os dois termos estão presentes, a instrução pública por meio notícias sobre escolarização catalogadas por esta pesquisa e a educação quando se tratava da civilização das pessoas, transmitindo-lhes bons costumes como na catequização dos índios e no processo de higienização da população. Ao professor era destinado diretamente a função de instruir a população, mas também ele era incumbido de educar seus alunos.

A instrução pública na província do Paraná surgiu como uma forma de proporcionar uma civilização do povo, assim como destacado no jornal Dezenove de Dezembro. A preocupação de formar uma sociedade organizada e uma boa educação para seus moradores colocava, na instrução pública, a solução para esse problema. Civilizar a população estava relacionada, neste contexto, a organizar a sociedade e transmitir uma moralidade.

A necessidade de espalhar por todas as classes a instrução e moralidade, elementos indispensáveis da paz e da civilização, colocando o preceptor da mocidade na delicada e importante tarefa de formar a geração nova para a vida social e domestica; demanda de vm. o mais acurado zelo do desempenho das nobres e trabalhosas funcções que exerce. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28/10/1854, p. 3)

Instruir a população refere-se às classes com menor poder aquisitivo, pois os filhos das classes mais altas já frequentavam aulas particulares e também eram enviados para estudar em colégios internos em outras província e no exterior. Assim sendo, quando é colocado que era preciso espalhar instrução e moralidade estavam se referindo à parcela da população paranaense com menor poder aquisitivo.

Diante da necessidade de instruir a população, surgiu a difícil tarefa de transmitir conhecimentos e comportamentos para formar um cidadão para a recente província, naquele momento, pois, mostrava-se a importância da profissão docente.

No professor portanto, mas no professor dedicado, inteligente, desvelado, e sobre tudo experiente, consiste principalmente, segundo a nossa opinião, o meio de fazermos adiantar, e aperfeiçoar a nossa instrução primaria. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/10/1856, p. 2)

Assim, era apresentado o professor, aquele que proporcionaria o desejo de mudança na província, de transmitir aos seus alunos uma moralidade e uma boa conduta para formar uma sociedade organizada.

A preocupação em formar uma nação civilizada esteve presente no Brasil imperial, em que se buscava, na instrução pública, um meio para qualificar a sociedade brasileira. O mesmo fato aparece na província do Paraná na segunda metade do século XIX, pois se nota nos discursos dos presidentes da província que a civilização da população era uma necessidade.

Diante dessa emergência, o governo provincial buscava proporcionar meios para promover a civilidade e, desse modo, a profissão docente foi se constituindo dentro desse processo. Compreender a função do professor vai além de olhar para o ambiente escolar e as responsabilidades agregadas. Essa profissão, no Paraná oitocentista, ganhou uma função, além de ensinar as primeiras letras, a de formar o cidadão, civilizar o povo. A instrução foi colocada como uma responsabilidade e oportunidade do governo para organizar a sociedade, conforme seus interesses políticos. Dessa maneira, os professores eram um dos responsáveis por tais finalidades.

Os debates acerca da instrução pública e a sua importância na província do Paraná estavam presentes nas páginas do Dezenove de Dezembro em diversos momentos. Nas letras do jornal: “Embora a época se diga de progresso material, nem por isso se devem esquecer os outros progressos que com aquelle constituem a civilização do povo” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/01/1857, p. 3).

Ao publicar no jornal sobre a civilização da província paranaense e como ela vinha evoluindo, os textos fazem comparações propagandistas sobre como o Paraná tinha potencial¹⁸ para chegar a ser um exemplo para o Brasil. Mencionam a importância da imprensa para divulgar as notícias com tom de que as pessoas sabiam

¹⁸ O jornal publicou várias edições tratando sobre como o local tinha vários pontos positivos para tornar-se uma província de sucesso, tratando sobre as terras férteis onde produziria bastante alimentos para o consumo da população e venda, gerando uma renda, e ainda era tido como um local com clima agradável.

sobre os acontecimentos na província e nos demais territórios nacionais por meio da imprensa disseminadora de informações.

Os avanços e conquistas na província do Paraná eram assim exaltados, em uma publicação no ano de 1856, quando não havia completado dois anos após a emancipação política da província paranaense:

Não deve passar despercebido, não deve ser silenciosa a imprensa acerca de um facto que tão altamente depõe a favôr desta província, queremos dizer, da marcha que vai seguindo seu governo, e das novas provas da boa índole de seus habitantes, desse progresso que de dia em dia se vai manifestando em sua civilização. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 19/11/1856, p. 3)

Eram publicadas comparações com o período que o território ainda era comarca de São Paulo, acrescentando-se que nem parecia mais a mesma, ressaltando os progressos que teve após seu desmembramento político. Ainda na mesma publicação, citava-se como era difícil a tarefa de civilizar o povo paranaense e como os dirigentes do governo¹⁹ abraçaram a causa: “Parecia árdua a tarefa! Era heroísmo em virtudes cívicas tomar sobre os hombros o pezo homco de uma administração em tal conjuntura [...]” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 19/11/1856, p. 3).

A tarefa de civilizar a população é sempre mencionada como sendo difícil, trazendo elogios ao governo provincial por abraçar essa causa, considerando-se um ato heroico comprometer-se com a civilização da população. Além disso, a imprensa era colocada como uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento dessa tarefa.

A imprensa é o écho das idéas e o espelho, onde reflectem os pensamentos; ella por si só attestarâ aos vindouros o nosso caracter e costumes, e sempre contribuirá para a grande obra da prosperidade a – civilização. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/07/1858, p. 3)

Seria difícil a tarefa de civilizar a população, mas ela já estava em andamento e apresentava, segundo o jornal, bons resultados. Os desafios da civilização seriam superados com a contribuição da instrução pública.

¹⁹ A imprensa colocava-se como neutra, publicando no jornal que ela não estava atrelada a nenhum partido político, apresentando sua função como propagadora de informações e que seu único propósito era informar a população paranaense sobre os acontecimentos da província e do império. Porém, pode-se notar que, desde a sua criação, o jornal estava ligado ao governo. Candido Martins Lopes abriu a tipografia em Curitiba a convite do primeiro presidente da província. No decorrer das edições do jornal, Candido Martins apresentava notícias que faziam elogios ao bom trabalho desenvolvido pelo presidente da província, sempre enfocando os avanços e conquistas.

A instrução estava relacionada ao progresso da civilização do povo. Nas palavras do Sr. Dr. Silveira da Mota: “Applaudo porque entendo que a civilização é que hade crear a riqueza, e que a educação do povo é uma necessidade de palpitante que deve andar com os meios de prove-la na vanguarda de todas as outras” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/04/1860, p. 2).

A profissão docente ganhou espaço na província do Paraná quando o professor foi colocado como um agente social da civilização. Tal papel social provoca novas inquietações: como a boa conduta era realizada? Qual a autonomia docente para exercer a função? Qual a função docente na sociedade? Quais salários os professores recebiam? Em quais condições trabalhavam? Qual a legislação que amparava o exercício do magistério? Diante desses questionamentos e buscando conhecer o perfil desses profissionais, segue-se dissertando sobre a pesquisa.

Não havia cuidado especial como o ensino de primeiras letras às crianças, que ficavam sujeitas à instrução recebida na família. O ensino público, deficiente e precário, existia somente em centros mais desenvolvidos. Por sua vez, escolas providas pela comunidade não era costume da tradicional sociedade campeira (OLIVEIRA, 1982, p. 44)

A constituição da escola sendo um espaço educativo e a formação da profissão docente são fatores que ganharam notoriedade durante o século XIX, isto é, quando a instrução recebida nas escolas ainda não era considerada uma prioridade das famílias, tanto pouco uma política universalizada no período provincial

Na leitura do Dezenove de Dezembro, nota-se que, nos primeiros anos da província, eram solicitadas várias coisas essenciais para o desenvolvimento e progresso do Paraná. Em vários momentos, havia comparações com o Rio de Janeiro e a Europa, lugares considerados desenvolvidos em vista da província local. A instrução oferecida à população estava em consonância com o objetivo de progresso da província. Segundo Gondra e Schueler (2008), muitos feitos no Brasil eram trazidos de modelos europeus. Via-se a necessidade de formar um padrão de sociedade tendo como base o modelo europeu.

Segundo o Dezenove de Dezembro, em matéria de instrução, tal pensamento também estava presente:

Art. 2.º A mesma pessoa deverá encarregar-se de fazer estudos, nos paizes mais adiantados na instrucção publica sobre os meios de executar os melhores methodos de ensino, constituição das escolas e casas de asilo, estabelecimentos de estudos secundários, externatos

e internatos, preparação pedagógica, e noticia dos melhores livros elementares (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/03/1857, p. 1)

A lei nº 4, de 12 de fevereiro de 1857, estabeleceu que uma pessoa poderia ser contratada para viajar por outros países para conhecer métodos educativos para trazer para a província do Paraná, recebendo uma gratificação de 600 mil réis, por três meses, além de ajuda de custos. O investimento objetivava conhecer os modelos de ensino de outros lugares para serem implantados na província.

No século XIX, a educação e a instrução eram colocadas como uma forma de promover civilização do povo e a falta de escolarização era vista como um problema social emergente. Logo, o Dezenove de Dezembro mostrava-se a publicar notícias acerca da instrução pública porque, na província paranaense, havia uma busca por uma civilização do povo por meio da educação. Isso pode ser percebido já nas primeiras publicações do Dezenove de Dezembro, no dia sete de outubro de 1854, quando foi publicado o Decreto Lei nº 13, de quatro de setembro de 1854, com 44 artigos, estabelecendo posturas e comportamentos que as pessoas deveriam ter para viver bem e de forma harmonizada, educada e civilizada em sociedade.

Para a execução da lei supracitada, foram propostas muitas²⁰ caso as pessoas não cumprissem a lei. Entre os dispositivos previstos: as pessoas não poderiam deixar seus animais soltos nas ruas, além disso, eles deveriam tomar suas vacinas, elas deveriam cuidar do quintal de sua casa para manter a higiene e a ordem na cidade. Objetivava-se, de fato, uma ordem na sociedade paranaense. Dessa forma, ser civilizado era ser um sujeito com “as características de comportamento sociais e individuais, de boas maneiras, de educação do corpo e dos hábitos” (COSTA; MENEZES, 2013, p. 249)

Segundo Gondra e Schueler (2008), a finalidade da escola no século XIX ia além do ensinar a ler, escrever e contar, ela propunha formar uma obediência e bons hábitos aos seus alunos, formando um cidadão digno, com moral e cristão para a sociedade. O fracasso das escolas deixaria de formar os cidadãos para a sociedade.

No final do século XVIII e ao longo do XIX registrou-se uma intensa preocupação com a educação física, intelectual e moral das crianças, principalmente das provenientes de famílias com maior poder aquisitivo. Contudo, também as crianças pobres foram objeto de políticas estatais e/ou filantrópicas, na tentativa de evitar a ‘vadiagem’ e a mendicância, proporcionando a elas, como

²⁰ As multas tinham valores diferentes, como, no Art. 26, a multa fica entre oito a 16 mil réis, já, no Art. 36, o valor é de dois a quatro mil réis, sendo estabelecida de acordo com a sua finalidade.

princípios moralizador, uma educação voltada para o trabalho (VEIGA, 2007, p. 118)

A província paranaense encontrava-se com a missão de civilizar a população, a escola e as instituições filantrópicas foram espaços para que essa ação ocorresse e a profissão docente ganhasse a condição de agente da civilização. Pensar e entender a formação do processo educativo formal no Brasil do século XIX envolve vários fatores, transformações e grupos de pessoas envolvidas. “O século XIX foi marcado por enfrentamentos em torno da luta por igualdade jurídica e progresso social, com as elites políticas e intelectuais reafirmando sempre o despreparo e a irracionalidade da classe não-proprietária, pobre e trabalhadora” (VEIGA, 2007, p. 86)

A instrução pública atrelada à função de civilização da população era uma demanda desde o início do século XIX, quando: “Aos olhos dos contemporâneos que compartilhavam as ideias de civilização, era urgente, para o Império do Brasil, educar e instruir a população” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 69). Dessa forma: “Se compreende que o processo escolarizador integra o processo civilizador” (VEIGA, 2011, p. 87. Livre tradução).

Para Veiga (2002), a questão da civilização implicaria o controle das ações da população oriundas das classes pobres com baixa escolarização.

Como vimos, entre os séculos XVI e XVIII observa-se um lento processo de transformação dos comportamentos e hábitos, de auto-regulação e de controle das emoções. As discussões a respeito da oferta da escolaridade para toda a população somente foram possíveis no momento em que, de um lado, as classes altas e médias já se percebiam francamente civilizadas [...] os não escolarizados colocam-se como problema para a efetivação de um programa de civilização [...]. (VEIGA, 2002, p. 97)

A escolarização atuaria como um projeto de civilização, para isso, havia processos de mudanças conforme o desenvolver do convívio social. A civilização estaria atrelada à forma das pessoas comportarem-se na sociedade, a condição seria as pessoas aprenderem bons modos para viver de forma mais organizada. A civilidade da sociedade era comparada a boa conduta. “Considerando os objetivos de expansão da escola, que visavam educar e civilizar, tendo o professor como figura central e agente do processo de ensino e este também servindo como exemplo aos alunos” (FRANÇA, 2014, p. 86).

Diretamente ligado com a força de promover uma civilidade à população estava o princípio da moralidade. Atingir níveis de moralidade era um dos objetivos da

instrução pública na província do Paraná e também uma exigência para assumir a profissão docente no período.

2.4 A moralidade do professor: perfil e exemplo para a sociedade

Ser um exemplo para a sociedade é o que se esperava de um docente para exercer sua profissão. Ter uma boa conduta e conseguir provar a sua moralidade era um dos requisitos básicos para ser professor no século XIX e, além de ter uma boa moral perante à sociedade, umas de suas atribuições era formar boas pessoas para essa mesma sociedade.

Dentre os quesitos necessários para ser professor, tinha-se que comprovar a sua moralidade, ser uma pessoa respeitável e com bons antecedentes.

A moralidade, a capacidade rigorosamente provada, a experiência e o tracto com os meninos, são qualidades indispensáveis para o magistério publico. Entre nós bem pouca atenção da parte do governo tem elles merecido; bem mal remunerados são, e infelizmente bem pouco considerados (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/10/1856, p.2)

O professor para assumir o cargo tinha de atender requisitos e exigências, os quais buscavam um professor exemplo para a sociedade provincial. Mas, em contrapartida, a remuneração salarial desse profissional não era a mais desejada, levando a um desinteresse pelo exercício da profissão. Assim sendo, exigia-se que o professor tivesse uma moral elogiada e estabelecida como um bom exemplo para a sociedade, mas seus proventos eram baixos e havia pouco investimento financeiro na carreira docente.

O perfil que se buscava para a profissão docente na província era de uma pessoa respeitável para que pudesse formar bem suas crianças, há uma passagem no jornal que trata sobre os encargos morais dos mestres. A preocupação com a boa índole do mestre estava atrelada à função de educar o futuro da sociedade.

O mestre e um homem, em quem a sociedade delega o mais nobre de seus atributos: compete a sociedade crear os seus filhos para futuros destinos, em que sirvão; e este ponderoso encargo da educação commette-se a homens especialmente dedicados a esse ministério. Bem sabemos que a moralidade dos tenros alumnos deriva principalmente das lições e exemplos da própria família [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/06/1856 p.3)

Os bons exemplos e lições também deveriam ser formados no seio familiar, mas o professor era aquele destinado para tal função perante à sociedade. Como era atribuído ao professor a responsabilidade de formar bons alunos, ele deveria ser um exemplo para eles. A instrução era uma potente forma de promover a paz e a civilização da boa conduta.

Vendo a ênfase dada à moralidade do professor e sua relevância no momento do exercício do magistério, provar sua moralidade era uma etapa para a admissão em um concurso. Além de ter uma boa moralidade era preciso comprovar para que pudesse assumir um concurso.

Illm. Sr. Attendendo aos merecimentos que concorrem a pessoa do professor desta villa João da Costa Vianna que por sua ilibada conducta, reconhecida moralidade, e inteliligencia esclarecida tem sabido grangear a estima geral dos habitantes deste município [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/01/1868, p. 3)

As provas de moralidade aparecem apenas quatro vezes no jornal Dezenove de Dezembro, mas os assuntos decorrentes da moralidade dos professores e alunos têm uma frequência superior a esse número. O atestado de moralidade poderia ser assinado por um padre, juiz ou uma outra autoridade do local onde a pessoa morava, atestando que a pessoa tinha uma boa conduta diante da sociedade em que vivia.

Ainda outro quesito necessário para as mulheres, quando casadas, era ter uma autorização de seus maridos ou, se ainda fossem solteiras, de seus pais. O fato mostra que as mulheres, no período, não tinham autonomia para trabalhar, ficando subordinada à autorização de seus responsáveis para estar no exercício de suas funções no magistério.

As senhoras que pretendem esta cadeira, deverão inscrever-se nesta secretaria dentro do tempo marcado para o concurso, e exhibir a prova de moralidade que consta de folha corrida e atestado do parocho, sub-inspetor ou inspetor do districto do domicilio, e bem assim prova do estado pra as que forem casadas ou viúvas, e as solteiras consentimento paterno com a clausula de morarem em companhia de seis paes. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/09/1857, p. 4)

A permissão para trabalhar era um dos quesitos a mais exigidos para as mulheres, visto que deveriam cumprir as outras exigências previstas para os homens também. No exemplo anterior publicado no jornal, pode-se observar quem seriam as pessoas que poderiam fornecer o atestado de moralidade, sendo o pároco, um inspetor ou até mesmo um delegado como se pode verificar em outros casos.

Provar a sua moralidade era um dos quesitos básicos para assumir a profissão docente no século XIX, na província paranaense, seguia-se o mesmo modelo. O governo provincial acreditava que a instrução pública era uma forma de organizar a sociedade, neste sentido, os professores deveriam ter moralidade para encarregarem-se da função.

A exigência de provar ter uma boa conduta para assumir o magistério público demonstra que os professores deveriam ser um exemplo para seus alunos e para a sociedade. Eles não poderiam praticar atos que eram mal vistos pela sociedade. Em um local onde a proposta era de uma organização da sociedade, diante da função atribuída aos professores a sua moralidade era algo fundamental para a finalidade de uma civilização da população.

Após um relatório de exames feitos pelos alunos do Liceu, tem-se uma menção que trata sobre os efeitos dos ensinamentos dados pelo mestre, este que estava formando seus alunos para ter uma moral e uma educação respeitável.

Com estas edificantes palavras, nos ensina seu Divino Autor, que temos a restricta obrigação de transmitir a nossos sucessores esses sentimentos de moralidade e religião por elle ensinada, e que nos tem sido transmitida por nosso maiores, que também a receberam de seus respeitáveis antecessores; e assim ser continuada sua obra até o fim das gerações. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/12/1866, p. 4)

Além de ter uma boa moralidade, era uma atribuição que o professor passar para seus alunos, juntamente com o ensino de outras matérias, os conceitos morais.

Outro fator relevante é que professores tivessem uma fé católica. Segundo Gouveia (2001, p. 54), “[...] é fundamental que o candidato professe a fé católica, num Estado solidamente ligado ao poder religioso. O professor é pensado como um agente dos poderes políticos e religiosos, referidos de maneira quase dissociada”.

A religião e a educação caminhavam juntas no século XIX, embora fosse responsabilidade do governo instruir a população, percebe-se uma forte ligação da igreja com a instrução pública. Há exemplos de padres e párocos atuando na instrução pública como professores de vilas e freguesias.

No jornal Dezenove de Dezembro, sugeria-se aos professores que levassem seus alunos às missas no domingo. Em 1870, inclusive, tem-se a aprovação de uma portaria pela qual todos os professores são chamados a levar seus alunos à missa.

Ao inspector geral da instrução pública- Haja vm. de reiterar com urgência a todos os professores e professoras em cumprimento da

portaria desta presidência de 8 do mez findo, afim de que em todos os domingos e dias santos levem a missa seus discípulos; ficando alterada nessa parte qualquer disposição, regulamento ou ordem anterior, que se tome por embaraço. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/05/1870, p. 2)

Levar os estudantes à igreja poderia fazer parte desse processo de organização social e de promover uma moralidade em seus alunos. Uma tarefa que por um entendimento básico seria das famílias passou a ser atribuída também ao professor. Portanto, compreende-se que as tarefas do professor iam além de ensinar as primeiras letras, mas envolviam preparar um aluno para ser um futuro adulto com boa conduta e moralidade nos moldes de sua época.

De acordo com Veiga (2011), estudar a figura docente no século XIX, dentro de um contexto social em que sua função política está relacionada a formar as futuras gerações, é considerar que ela atuaria nas mudanças sociais e individuais numa concepção de sociedade civilizada. Para tanto, o perfil do professor recairia na capacidade de instruir e civilizar, e assim lhe era exigido moralidade.

A moralidade na profissão docente era algo cobrado no tempo provincial. Para Castanha (2006, p. 5), “o mais relevante era o caráter moral dos professores. Eles precisavam ser íntegros, ordeiros, com uma moral ilibada, verdadeiros espelhos para as crianças”. Ser professor significava ser a “figura de referência para os seus alunos, um modelo exemplar a ser seguido” (FRANÇA, 2014, p. 27).

No processo de civilização da população, a educação e a instrução pública estão ligadas. No Dezenove de Dezembro, eram propostos modos de estabelecer a ordem e a disciplina, como, por exemplo, os castigos físicos.

2.4.1 Os bons comportamentos e os castigos corporais

Para promover o bom comportamento dos alunos, havia a possibilidade de utilização de castigos físicos como forma de punição. A punição dos maus comportamentos estava presente nas províncias brasileiras desde o início do século XIX, quando com a primeira lei de instrução pública de 15 de outubro de 1827 foi aprovado, definindo que: “Os castigos sejam conforme o método Lancaster”. O assunto entrou em diversos debates sobre a utilização ou não de meios físicos e castigos para corrigir os alunos. Na província do Paraná, por meio do jornal Dezenove de Dezembro, encontram-se notícias a respeito do assunto.

O vice-presidente da província em vista da proposta do dr. Inspetor geral da instrução publica da província datada de hontem, determina que, em quanto não for publicado o regulamento interno para as escolas da província, no qual se providenciara sobre os castigos que nelas poderão ser empregados, fiquem desde já proscriptos os castigos corporaes para todos os casos de faltas meramente escolares, podendo somente ser applicados por faltas relativas ao comportamento moral. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 29/10/1856, p. 1)

Ainda não havia sido aprovada a legislação que regulamentasse a punição aos alunos, assim os castigos corporais seriam applicados somente àqueles que faltassem com a moralidade.

Ao professor público de 1ª. Letras da freguezia da Palmeira- Respondendo o seu officio de 29 do mez pp., tenho a declarar-lhe que a **palmatoria foi abolida somente para as faltas resultantes de pouca intelligencia** ou pouca applicação ao estudo, mas está em inteiro vigôr para punição de travessuras que denotem má índole e costumes perversos nos meninos. Devem elles, portanto, ser rigorosamente castigados, sempre que, como no caso de que trata o seu citado officio, houver necessidade de corrigil-os de hábitos que pervertem o character e podem mesmo ser fataes para o seu futuro. Em todo o caso devem ser castigados, severamente aquelles meninos que costumam usar de faca, como vm. affirma. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/12/1856, p. 2. Grifo nosso)

A palmatória, até então permitida, havia sido abolida no caso de falta de intelligência ou pouco dedicação aos estudos. Ele seria applicada aos casos subversivos ao caráter do aluno.

Em relatório publicado pelo jornal, o inspetor de instrução pública abordava sobre visita feita a uma cadeira masculina na cidade de Castro, dentre os assuntos apresentados mencionava a falta de comportamento dos alunos e de respeito com o professor que deveria ser a autoridade do local. O inspetor relatava que os alunos chegam para a aula com até uma hora de atraso, muitos alunos fora do lugar, passeios pela escola, dentre outros problemas. Em resposta, o professor apresentou que, com a falta de castigos corporais, tornava-se mais difícil de controlar os alunos. No mesmo relatório, o inspetor dava sugestões de castigos morais a serem applicados e que deveriam ser redobrados nos casos reincidentes.

Recomendei-lhe então que redobrasse os Moraes, argumentado lhe a intensidade, fazendo os ficar em pé, de joelhos por mais ou menos tempo, em fim, que procurasse fazer-se respeitar. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28/08/1857, p. 4)

Ao tratar dos castigos, ainda o inspetor destacava que não era de sua preferência fazer esses tipos de sugestões aos seus professores, mas diante da má índole de alguns alunos se fazia necessário e concluiu afirmando que desejava que seus professores se fizessem ser respeitados. Nota-se que castigos como ficar de pé e de joelhos por um tempo não são considerados castigos físicos, mas castigos morais. Estes teriam sua aplicação permitida pelos professores. Os castigos físicos estavam relacionados ao ato direto do professor bater nos alunos, como o uso da palmatória.

Os castigos corporais eram proibidos na província do Paraná. Tem-se um caso que o professor usou os meios físicos para punir seu aluno e ele recebeu uma multa.

Ao inspetor geral da instrução publica- Fico sciente pelo seu officio de 8 do corrente, de ter vm. multado na quantia de 20\$000 o professor da 2.^a cadeira desta cidade Tiberio Augusto da Rocha, por haver maltratado a um se seus alumnos com castigos corporaes. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27/11/1858, p. 2)

Ao professor aplicador de castigos corporais deveria ser aplicada uma multa financeira no valor de 20\$000, não sendo aplicados outros tipos de punição, como perda de emprego ou suspensão do cargo. Isso acontecia porque ele havia descumprido uma legislação previamente estabelecida.

O uso de castigos corporais estava sendo proibido nas escolas, sendo permitidos apenas os castigos morais no caso de mau comportamento por parte dos alunos. Tratar de castigos e formas de punições dentro do meio escolar no século XIX, ainda mais em tempos de escravidão, era algo que causava discussões, embora algumas pessoas, como professores, achassem necessário para controlar o comportamento e estabelecer um respeito entre os alunos.

A realidade da sociedade oitocentista faz perceber que punições físicas eram comuns para o período, como nos casos das chibatadas nos escravos e as formas de civilizar os índios incluíam castigos corporais. Nas páginas do Dezenove de Dezembro, encontram-se notícias tratando sobre os castigos aplicados aos escravos e indígenas. Também, no campo militar, os castigos físicos estavam autorizados em casos de desobediências ou por não cumprimento de seus deveres.

Dahi, era no tempo em que os castigos estavam a arbítrio dos comandantes, fui castigado com cincoenta pranchadas diante de meus companheiros (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 19/06/1867, p. 4)

Percebe-se que o soldado trata de um período anterior ao tempo da notícia, mas descreve que os castigos físicos foram uma forma de puni-lo por não estar no seu posto exercendo a função. Então, aplicar castigos corporais nos alunos poderia estar ligado à noção de uma sociedade mais ampla que punia corporalmente o outro.

Miguel e Klenk (2009) e Guarnieri e Castanha (2006) mencionam sobre a aprovação da palmatória como uma forma de disciplinar os alunos desobedientes. A lei da palmatória²¹ foi aprovada em 1860, sendo permitido até seis palmadas quando o professor considerasse a necessidade.

Num Estado como o brasileiro, em que a cultura da violência se construiu calcada principalmente na tradição escravista, constata-se que o costume de aplicar a palmatória e outros castigos violentos aos alunos tem uma longa tradição histórica, sem falar da permanência que em nada favoreciam uma mudança de atitude por parte dos mestres. (VEIGA, 2007, p. 176)

Além dos castigos corporais e a palmatória, de acordo com Veiga (2007), começaram a surgir novas maneiras de punir os alunos sem as agressões corporais, como a expulsão provisória, o livro-negro, comunicação aos pais, dentre outras maneiras. Essas novas formas de punir os alunos não aparecem nas páginas do Dezenove de Dezembro (até 1870), apenas as relacionadas aos castigos morais.

Segundo Lemos (2012), os castigos corporais foram um assunto muito debatido na corte imperial no século XIX, utilizar ou não a punição como um forma de educar e moldar os alunos era constantemente discutido. Esses castigos visavam obter uma disciplina do corpo e do espírito por meio de normas e condutas como ressalta o autor. As discussões sobre as punições físicas permeavam as ações e consciências de pais, professores e inspetores. As opiniões acerca dos castigos eram distintas, enquanto um grupo acreditava na importância dos meios físicos para moldar uma disciplina, havia outro grupo que defendia o fim dos castigos corporais. Na primeira lei de instrução pública, permitia-se a aplicação de castigos, segundo o método Lancaster, posteriormente, tem-se aprovações de leis que proíbem os castigos físicos e são apresentadas nova maneiras de promover uma disciplina entre os alunos. (LEMOS, 2012)

²¹ “O artigo 48 do Regulamento permitia o castigo moral e proibia o físico; mas a Circular de 19 de junho de 1860 autorizava o uso da palmatória, até seis palmatórias, justificando que a experiência mostrava a sua necessidade para os meninos que, desde o berço, possuíam princípios ofensivos à boa educação. Dizia o professor ser ele mesmo quem aplicava o castigo, não o delegando a outro.” (MIGUEL; KLENK, 2009, p. 142)

Em síntese, no exercício da função professor, os castigos, sejam eles morais ou corporais, eram um mecanismo encontrado para controlar alunos e estabelecer limites disciplinares. Com o passar dos anos, essas formas de punições foram sendo abolidas e proibidas, de modo que os professores tiveram que encontrar novas maneiras de manter a organização de seus alunos para o desenvolvimento do trabalho docente.

Observa-se que o uso da palmatória foi proibido pela Corte Imperial em 1854, o que não permite afirmar que os castigos não estavam mais presentes na província paranaense. De acordo com Lemos (2012), alguns casos de castigos ficavam em segredo. Na presente pesquisa, o jornal Dezenove de Dezembro registrou um caso e noticiou que seria aplicada uma multa ao professor castigador. O fato é que as formas de controle sobre o aluno também estavam em debate e mudanças em um tempo que a sociedade também se modificava.

O século XIX foi um momento de várias mudanças para o território brasileiro, suas alterações políticas e econômicas estiveram com grande força naquele período. Em foco, em um cenário de mudanças, a província paranaense foi emancipada em 1853. O novo governo paranaense buscava um progresso para a província e a instrução pública foi colocada pelo jornal Dezenove de Dezembro como uma forma de promover as mudanças necessárias, para organizar, instruir e civilizar a população. Para tanto, o professor era posto como um agente do processo de escolarização, responsável pela formação do futuro. Por isso, ele deveria praticar e disseminar boa conduta de moralidade. A moralidade caracterizava também a noção de ser professor e ela deveria ser atestada no ato de pleitear uma vaga para o magistério. Assim, questiona-se: além da moralidade, o que mais caracterizava a profissão docente? Para uma resposta, na seção a seguir, serão abordadas características do recrutamento docente.

3. O RECRUTAMENTO/AFASTAMENTO DE PROFESSORES E O FINANCIAMENTO DA INSTRUÇÃO

Nesta seção, no primeiro momento, apresentam-se as especificidades e características da profissão docente na província do Paraná no século XIX, por meio das autorizações para ensinar. Estas ocorriam por meio de concursos, nomeações, licenças e processos de contratações de professores. Depois, abordam-se algumas garantias, podendo assim ser denominadas já que os professores foram conquistando ao longo do processo de constituição da profissão docente na província do Paraná.

Na província paranaense, como eram contratados os professores? A contratação dava-se por meio de exames, concurso ou licenças? Existiam benefícios, garantias e direitos estabelecidos? Qual era a remuneração desses profissionais? Os questionamentos são em razão de o século XIX ser um momento de várias mudanças na estruturação da profissão docente, com a aprovação de leis e regulamentos estabelecendo como ocorreria a admissão e o afastamento de professores. Dentre alguns dos questionamentos levantados objetivando conhecer como ocorria o recrutamento dos profissionais, tem-se as pesquisas de França (2014) e Munhoz (2012) apresentando suas contribuições diretamente ligadas à profissão docente na província do Paraná. Ambas trazem sujeitos que atuaram na docência, considerando os registros e arquivos escolares. Já a presente pesquisa busca os registros da imprensa, o que o jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870) divulgava sobre os professores.

Para Nóvoa (1991), com a constituição da profissão docente no século XIX, surgiram as licenças como uma forma do Estado delimitar e selecionar as pessoas para atuarem como professores. Dessa forma, começaram-se a estabelecer requisitos para assumir a função docente, surgindo uma classe de trabalhadores: os professores. As licenças ou autorização são a permissão que o Estado dava para que o professor pudesse lecionar, estabelecendo, assim, os requisitos mínimos para ser professor no século XIX. “A instituição desta licença ou desta permissão é uma etapa decisiva do processo de profissionalização e permite uma progressiva autonomização do campo educacional” (NÓVOA, 1991, p. 122).

Ao abordar sobre as características da profissão docente na província do Paraná, destacam-se alguns assuntos, que se fizeram presentes na leitura e catalogação das notícias do jornal, que tratam sobre o recrutamento e o afastamento

desses profissionais, sendo eles: concursos, contratação, licenças²², aposentadoria, nomeações e jubilação do cargo.

São vários assuntos que permeiam as publicações no jornal e tratam sobre a profissão docente e sobre a instrução pública na província do Paraná, em alguns casos, eles versam sobre sujeitos e locais específicos, em outros, são leis, decretos ou discussões gerais sobre a instrução na província.

3.1 O processo de contratação de professores.

No território da província do Paraná (antes de 1853), já existiam processos educativos e, com isso, professores, devendo-se lembrar que a instrução pública já ocorria no período da Comarca. A lei que regulamentava a instrução pública e a profissão docente na província do Paraná e que aparece em vigência no Dezenove de Dezembro era a lei nº 34 de 16 de março de 1846. Munhoz (2012) apresenta a instrução pública na transição de 5ª Comarca de São Paulo para província do Paraná e demonstra que, até a aprovação das leis para instrução pública paranaense, o território seguia as leis paulista.

Com a nova província, também foi preciso a criação e aprovação de leis para regulamentar a instrução pública. No Dezenove de Dezembro, foi publicada a lei nº 17 de 14 de setembro de 1854 que estabeleceu alguns requisitos para a contratação de professores e assuntos relacionados à instrução pública na província do Paraná. Contudo, somente com a Lei nº 12 de 30 de abril de 1856 regulamentou as exigências para a contratação de professores na província.

O Dezenove de Dezembro noticiava também sobre os processos de contratação de professores. O jornal veiculava informações sobre vagas abertas em cadeiras de primeiras letras, editais de concursos, exames, nomeações. Pelas notícias, percebem-se processos admissionais e suas exigências para a profissão docente.

O conselheiro presidente da província, considerando a **aprovação**, que, em **concurso** á **2.ª cadeira** de **primeiras letras** do **sexo**

²² O termo Licença nesta pesquisa ganha dois significados diferentes, quando mencionadas as pesquisas de António Nóvoa, o autor utiliza o termo para referir-se à autorização que o Estado dava para o professor poder lecionar, ou seja, a permissão que o professor estava dentro dos requisitos necessários para assumir o cargo. Quando relacionado às publicações do jornal Dezenove de Dezembro, o termo Licença representa um momento de afastamento do professor do cargo, o qual estava exercendo.

feminino desta cidade, mereceu D. Contança Felicidade Perpetua Borges, e a **boa reputação** de que goza por seu comportamento, a **nomeia professora** da referida cadeira. Fação-se as comunicações. Palácio do Governo do Paranã, em 13 de dezembro de 1854- Zacarias de Goes e Vasconcellos (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/12/1854, p. 3. Grifo nosso)

Nesta notícia, há fatores envolvendo a profissão docente, como a prerrogativa do conselheiro presidente provincial, os dados sobre a aprovação em um concurso, os elementos do próprio concurso (cadeira, sexo, localidade, exigências) e o ato de nomeação.

Nas páginas do jornal, professores apareciam como contratados, em outros registros, como nomeados. Já os inspetores de instrução eram nomeados pelo presidente da província. Identificaram-se 257 nomeações e 130 contratações de professores e inspetores publicadas no Dezenove de Dezembro (1854-1870). Dentre as nomeações, tem-se a do inspetor geral, dos inspetores de escolas e de distrito. Contudo, a maior parte das nomeações é de professores denominados de professor adjunto, substituto, interino, portador de uma cadeira.

Quando acontecia a nomeação de um professor, na notícia, constava: o nome do(a) professor (a) contratado(a), a data da portaria de contratação, o órgão do governo provincial ao qual se destinava a nomeação, se havia passado nos exames, qual cadeira ocuparia e em qual cidade, vila ou distrito. Um caso noticiado no jornal, em 26 de abril de 1855, a portaria foi publicada no mês seguinte, consta informações sobre a nomeação de uma professora. A notícia é da seção Parte oficial – Governo da província, sendo destinada à Tesouraria provincial.

A' mesma- Havendo, por portaria desta data, resolvido nomear a D. Anna Joaquina Alvez de Jesus, professora da cadeira de 1.^a letras do sexo feminino da villa de S. José dos Pinhaes, visto haver sido examinada e aprovada no exame a que se procedeu para provimento da dita cadeira: assim o faço constar a v.s. para sua inteligência e execução. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/05/1855, p. 2)

As nomeações aparecem nas páginas do jornal dentro do campo das publicações oficiais, do mesmo modo tem-se as nomeações dos professores e de outros profissionais, sendo apenas publicados sem nenhuma discussão sobre o assunto no jornal.

Em algumas publicações feitas no jornal, são anunciados pedidos e concessões de demissão de professores (estas que são feitas a pedido do professor

e concedidas pelo inspetor), em seguida, na mesma ordem, já é nomeado um professor substituto. Como se pode perceber na publicação de outubro de 1855, o professor substituto é nomeado, sendo indicado pelo inspetor geral da instrução pública, a ordem é aprovada pelo vice-presidente da província. Entretanto, não há informações sobre as avaliações feitas sobre esses professores, se eles atendiam aos requisitos básicos estabelecidos para a profissão docente na província do Paraná.

O vice-presidente da província avista da informação do inspetor geral da instrução pública sobre o officio de 4 de maio do corrente anno de João Domingues Garcia, professor interino da cadeira de 1.^a letras da freguesia do Rio-Negro, em que pede demissão do referido cargo, resolve concedel-a, nomeando para substituir a Antônio Joaquim Oliveira, proposto pelo mesmo inspetor. Fação-se as comunicações necessárias. Palácio do governo do Paraná, 22 de setembro de 1855 – Henrique Beaurrepaire (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/10/1855, p. 1)

Em uma publicação datada em cinco de agosto de 1857, o professor de música instrumental, Ricardo José do Nascimento, foi demitido, sendo nomeado para substituí-lo o cidadão Antônio de Menezes, o Dr. inspetor geral da instrução pública fez-se presente no ato. A notícia era destinada ao inspetor da tesouraria provincial. Nota-se que, na publicação, não constam informações sobre exames feitos para assumir o cargo, nem dados sobre as funções atribuídas ao professor de música. Ainda ressalta-se que o registro de jornal não denomina o substituto como professor, mas ele é chamado de “o cidadão”. Fica o questionamento se havia uma seleção para aquele que ora estava sendo nomeado para ser professor de música ou se o processo ocorria apenas pela escolha do inspetor geral ou uma indicação sobre as habilidades.

Posteriormente, em setembro de 1858, identifica-se a concessão de três meses de licença para um professor e o inspetor nomeou o substituto: “Dia 14 - O presidente da província concede a Fortunato José de Carvalho, professor interino da cadeira de 1.^a letras [...] deixando em seu lugar Joaquim Fidencio de Carvalho Lima” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/09/1858, p. 2). No momento da nomeação do professor substituto não são mencionados os processos pelos quais passou o professor admitido.

A contratação de professores também ocorria de forma que o governo admitia professores particulares para receberem uma gratificação anual para ensinar um

determinado número de alunos, sendo uma instrução para crianças pobres²³. “O presidente da província, sob proposta do inspetor geral da instrução pública, contracta a Santurino Olindo da Silva para ensinar vinte meninos da freguesia de Vutuverava, mediante a gratificação de 225\$000 annuaes.” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/12/1858, p. 2). A contratação desses professores era feita pelo presidente da província, juntamente com o inspetor geral da instrução pública.

Nos momentos de nomeações, publicados no jornal, constam as remunerações salariais, denominadas como ordenado.

Ao inspetor interino da tesouraria de fazenda- Tendo, por despacho de hoje, nomeado a Francisco Antunes Teixeira para o emprego de professor da 1ª cadeira de 1.ª letras da cidade de Paranaguá, vencendo o ordenado de quinhentos mil reis annuaes, assim o comunico a v.s. para a sua inteligência e devida execução. Communicou-se ao inspector da instrucção publica do districto. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/05/1854, p. 3)

As nomeações eram feitas de diferentes maneiras. Em algumas, apareciam dados sobre onde o professor iria atuar, quantas crianças atenderia, salários. Em alguns casos, na mesma notícia, tinha uma demissão e uma nomeação. O fato é que não havia um padrão, as notícias relacionadas às nomeações de professores aparecem na primeira página, sendo o primeiro assunto, assim como na segunda e na terceira página, bem como há nomeações publicadas na seção Parte Oficial – Governo da província e, em outras ocasiões, como no ano de 1860, na seção Notícias Diversas – Instrução Pública.

Quanto às vagas do Liceu da capital de ensino secundário, em uma publicação da Assembleia Legislativa, dia dois de fevereiro de 1859, consta a informação de que não foi preciso um concurso para a escolha dos professores, visto que só apareceu um candidato para cada cadeira disponível: “Observa que houve privilegio até no provimento das cadeiras do lyceu, porque não houve concurso para ellas. Appareceu só um predentende para cada uma das cadeiras, e esse foi nomeado.” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02/02/1859, p. 2). Em uma fala do Dr. Corrêa, há detalhes de que alguns dos professores do Liceu foram indicados e estavam vindo da província da Bahia para promover ciência no Paraná.

²³ Na província do Paraná, assim como em outras províncias, havia uma preocupação por parte do governo em educar os pobres como uma forma de evitar futuros problemas, tornando-os civilizados.

No decorrer dos anos e com a aprovação de novas leis, o perfil do professor docente foi se definindo na província paranaense. Outro ponto a destacar é que as mulheres precisavam de uma autorização para lecionar. Esta deveria vir de alguém próximo à moça, como uma espécie de permissão para poder trabalhar.

As senhoras que pretenderem esta cadeira, deverão inscrever-se nesta secretaria dentro do tempo marcado para o concurso, e exhibir a prova de moralidade que consta de folha corrida e attestado do parochio, sub-inspector ou inspector do districto do domicilio, **e bem assim prova do estado para as que forem casadas ou viúvas, e as solteiras consentimento paterno com a clausula de morarem em companhia de seus pais.** Findo o praso do concurso será annunciado o dia dos exames. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/09/1857, p. 4. Grifo nosso)

Para lecionar, as mulheres precisariam de uma autorização de um responsável e ter a aprovação nos demais critérios estabelecidos para ambos os sexos como boa conduta, moralidade e idade mínima de 18 anos. Essa permissão ou autorização para ensinar englobava todas as mulheres independente de sua idade ou condições de relacionamentos. Assim como apresentado:

Para as mulheres, havia outras exigências reveladoras das relações sociais entre os sexos. No caso das moças solteiras, era necessária a apresentação expressa autorização paterna ou de outro responsável para que se candidatassem a uma vaga como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas para meninas. Se fosse casada, a candidata deveria apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o attestado de óbito do marido. Quando separada, segundo as normas eclesiásticas, deveria apresentar a certidão do pároco. (GRONDRA; SCHUELER, 2008, p. 176)

A mulher independente de sua idade, ficava submissa à permissão de um homem o mais próximo dela para poder lecionar. Conforme apresentado no jornal Dezenove de Dezembro, essa permissão não se restringia à província paranaense, mas englobava todas as províncias do Império brasileiro. O que significa que, embora a mulher pudesse exercer o magistério, ela só poderia assumir a função caso também fosse desejo de seu marido/ pais ou responsáveis.

Com a leitura do Dezenove de Dezembro, verifica-se que as nomeações, no geral, eram realizadas pelo presidente da província, sob indicação do inspetor geral da instrução pública. Então, quais eram os critérios de escolha de professores por parte dos inspetores? Visto que há casos de professores interinos, substitutos. Com base nas informações do jornal, havia concursos também.

3.1.1 Os concursos

O concurso é uma maneira de delimitar o processo de seleção dos professores. Ele é um dos pontos elencados por Nóvoa para estudar a profissão docente: o recrutamento dos profissionais. Logo na segunda edição do Dezenove de Dezembro, publicada no dia oito de abril de 1854, já há um edital de abertura de concurso para a cadeira de primeiras letras. Durante as edições catalogadas, foram encontradas 129 publicações de editais de concursos para professores na província do Paraná. A primeira publicação divulgada na seção *Anúncios Administrativos* foi:

EDITAES

Por ordem de S. Ex. o Sr. Conselheiro presidente da província fica aberto o concurso para provimento da cadeira de primeiras letras do sexo feminino da cidade de Paranaguá, que se acha vaga. As pretendentes deverão apresentar, nesta secretaria, dentro de dous mezes, á contar desta data, afim de ser em tempo marcado o dia do exame. Secretaria do governo do Paraná 1º d'abril de 1854.
Augusto Frederico Colin, secretário do governo. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/04/1854, p. 4)

Era comum a publicação de abertura de concurso para a ocupação de uma cadeira na instrução pública. Comumente, na última página do jornal, o edital de concurso era publicado na seção *Editaes*.

Os editais de concurso eram abertos pelo presidente da província, informavam a vaga de destino, o sexo do(a) candidato(a), juntamente com a cidade ou vila, ainda tinha dados sobre o local e o prazo para a entrega dos documentos exigidos.

- No dia 12 procedeu-se o concurso público nesta capital para provimento das cadeiras de 1.^a letras do sexo feminino, 1.^a da cidade de Paranaguá, e da villa do Príncipe, que se achavão vagas.

Depois de examinadas e aprovadas as oppositoras ás ditas cadeiras D. Maria Prudencia da Luz e D. Gertrudes Margarida de Magalhães, forão provida, aquella na primeira cadeira da cidade de Paranaguá, e esta na da villa do Principe. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17/05/1854, p. 4)

A professora, mencionada na publicação, a D. Maria Pudencia da Luz, aparece novamente no jornal no dia 29 de julho de 1854, pedindo para que pagassem seus respectivos ordenados atrasados, uma vez que a professora teve que se ausentar de sua função para prestar os devidos exames para o cargo, sendo que essa ausência foi autorizada pelo inspetor da instrução pública, então a professora foi até a capital para o concurso obter um provimento definitivo. O pedido era encaminhado ao

inspetor da tesouraria provincial, solicitando que não fosse descontado de seu salário os dias de ausência da docência. Relacionando essas duas publicações, assim como também outros casos similares ao da professora D. Maria Pudencia da Luz, pode-se compreender que alguns professores inscritos em concursos já estavam em exercício, buscando, assim, a efetivação no cargo.

No dia 23 de setembro de 1854, registram-se, pela primeira vez, concursos para as cadeiras de Latim, Francês e Inglês aprovadas pela Lei nº 17²⁴ de 1854. Na publicação, ainda constam as remunerações que os professores receberiam, sendo de 800\$000 réis de ordenado e 200\$000 réis anuais de gratificação. E, em caso de o professor assumir duas cadeiras, o seu ordenado permaneceria o mesmo e sua gratificação passaria a ser de 600\$000 réis. Como exigências referem-se: “Os pretendentes deverão apresentar seus requerimentos, com os necessários documentos, nesta secretaria, dentro do prazo de 3 meses á contar do 1.º de outubro vindouro, afim de lhes ser marcado em tempo o dia do exame” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 23/09/1854, p. 4). O edital foi publicado pelo secretário do governo.

A Lei nº 17, estabelece no “art. 2º – Essas cadeiras serão dadas a indivíduos, que em concurso público apresentarem provas de maior aptidão, podendo, o governo, em quanto o concurso não produzir seu efeito, fazer recahir a nomeação interina em sujeitos que julgar idôneos” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14/09/1854, p. 1). O artigo da Lei específica como seria o contrato do professor para atuar nas cadeiras de ensino secundário.

Entre os concursos para as cadeiras de primeiras letras e o concurso de letras estrangeiras, há a diferença quanto ao tempo que o candidato tinha para levar seus documentos e apresentar-se na secretaria de governo, sendo para as primeiras letras de dois meses e para as cadeiras de Latim, Francês e Inglês de três meses.

Os concorrentes às cadeiras eram chamados, pelo jornal, de opositores ao prestarem um concurso. O jornal publicava os nomes dos aprovados e reprovados, bem como as nomeações. Também há publicações de editais com a abertura de vagas para várias cadeiras:

Por ordem de s. exc. O sr. Conselheiro presidente da província, fica aberto o concurso para o provimento das cadeiras de primeiras letras do sexo masculino de Castro, Guarapuava, S. José dos Pinhães, Ponta Grossa, Rio Negro, Tibagy, Guaraqueçaba, Campo Largo,

²⁴ A Lei nº 17 de 14 de setembro de 1854 foi a primeira legislação aprovada para a instrução pública na província do Paraná, que foi publicada no jornal Dezenove de Dezembro, sendo publicada na íntegra na primeira página do jornal no dia 25 de novembro de 1854.

Palmeira, Votuverava, Yguassú, Porto de Cima, Palma, e no sexo feminino 2ª da capital, S. José dos Pinhães, Guarapuava, Guaratuba, e Morretes.

Os pretendentes deverão apresentar seus requerimentos convenientes documentados, nesta secretaria dentro do prazo de doze meses a contar desta data, afim de lhes ser marcado o dia do exame. Secretaria do governo da província do Paraná, em 5 de outubro de 1854. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/10/1854, p. 4)

O Dezenove de Dezembro proporciona uma dimensão sobre como eram abertos os editais para concurso, constando o prazo para os candidatos entregarem os documentos necessários, o local onde deveriam entregar os documentos – no caso na secretaria do governo, quais cadeiras estavam abertas mostrando o sexo se feminino ou masculino, a localização da cadeira e se ela era 1ª, 2ª ou 3ª cadeira, por exemplo.

Os concursos apareceram noticiados no jornal em uma quantidade expressiva, o fato justifica-se por cada nova cadeira que estava abrindo era necessário contratar um novo professor para a sua ocupação. Partindo dos editais e anúncios de concursos, foi possível observar o crescimento na instrução pública na província paranaense durante seus primeiros quinze anos, após sua emancipação política. Além do concurso, os candidatos deveriam também passar por exames de aptidão.

3.1.2 Exames de aptidão

Os exames de aptidão aparecem em um número significativo no jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870), eles vêm em dois momentos diferentes, foram exames de aptidão aplicados aos professores como um requisito para assumir um concurso para cadeira de ensino primário ou secundário e foram exames aplicados aos alunos tanto no ensino de primeiras letras como do Liceu.

Os concursos eram um dos meios para o processo de contratação de professores, sendo que uma de suas exigências era o exame de aptidão. Assim, o que era esse exame de aptidão? Como ele era aplicado? O que se exigia dos professores?

Os exames de aptidão aparece 100 vezes no jornal Dezenove de Dezembro. No jornal, consta que os professores deveriam passar pelos exames realizados na capital – Curitiba. Os professores, no caso moradores em vilas e freguesias e já atuantes no ensino, receberiam uma licença para realizarem os exames na capital.

Dia 15 - Ao mesmo - Pelo seu officio de 11 do corrente fiquei sciente de ter vm. Concedido 15 dias de licença ao professor de 1ª lettras da villa do Principe Vicente José de Oliveira, para vir a esta capital fazer o exame de habilitação, de que trata o art. 86 do regulamento de 8 de abril do anno passado. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/02/1858, p. 2)

No jornal, os resultados eram publicados, assim como as solicitações de professores, após serem aprovados nos exames, exigindo assumir o cargo, como revelam os casos, a seguir:

Tibeiro Augusto da Rocha, tendo feito exame de habilitação para o ensino primário, pede para ser nomeado para a 2ª cadeira da capital – Passe o título. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/07,1858, p. 2);

Luiz Antonio Pinheiro, que tendo feito o exame, pede para ser nomeado para a cadeira de instrução primária de 1ª ordem de Castro-Passe o título. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/07/1858, p. 1).

O jornal publica dados a respeito dos exames de aptidão, como os dias para a sua realização, o local onde aconteceriam, o horário e quem seriam os avaliadores.

Ao inspetor geral da instrução publica- Pelo seu officio de 27 do passado fiquei sciente de ter vm. Marcado o dia 10 do corrente para o exame de habilitação da professora do Principe D Gertrudes Margarida de Magalhaes; outrossim approvo a proposta que faz do Dr. Bento Fernandes de Barros e professor João Baptista Brandão de Proença, para examinadores (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/05/1858, p. 1)

Os exames de habilitação eram uma etapa para a efetivação de um professor em um concurso, quando ele assumiria uma cadeira, como sendo efetivo. Como se pode perceber quando o professor era apenas contratado ou nomeado, sendo um professor adjunto, ele não precisava passar pelos exames. Quanto aos exames aplicados para professores, era nomeada uma comissão encarregada pela avaliação dos candidatos.

Ainda tratando do assunto, tem-se os exames que eram aplicados aos alunos de primeiras letras e aos alunos do Liceu. Como eram esses exames? O que era exigido? Buscando os dados encontrados, diferenciam-se os exames dos alunos em relação aos exames aplicados para professores.

Os dois exames tinham em comum a prática de avaliação empreendida por uma comissão examinadora, o jornal publicava quem seriam os membros avaliadores, a data e o local dos exames. Geralmente, os exames aconteciam na capital-Curitiba, mesmo para aqueles candidatos moradores no interior da província.

Visto o número de alunos que frequentavam as aulas de instrução primária e os alunos do Liceu, era um número pequeno de alunos que chegavam a prestar os exames, ainda assim, dessa pequena parcela, nem todos eram aprovados. As exigências e solicitações dos exames eram diferentes para os meninos e meninas. “Os exames versaram sobre: - leitura, escrita, grammatica, arithmetica, religião christã e trabalhos de lã e agulhas.” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/01/1868, p.3). Para as meninas, eram exigidos conhecimentos básicos com trabalhos artesanais.

A tabela apresenta dados de alunos que prestaram os exames de primeiras letras entre 1865 e 1867.

Tabela 2: Relatório de alunos que prestaram exames de primeiras letras

Ano	Alunos examinados	Total de alunos²⁵	Porcentagem de frequência
1865	26	1532	1.69%
1866	46	1642	2.80%
1867	75	1429	5.24%

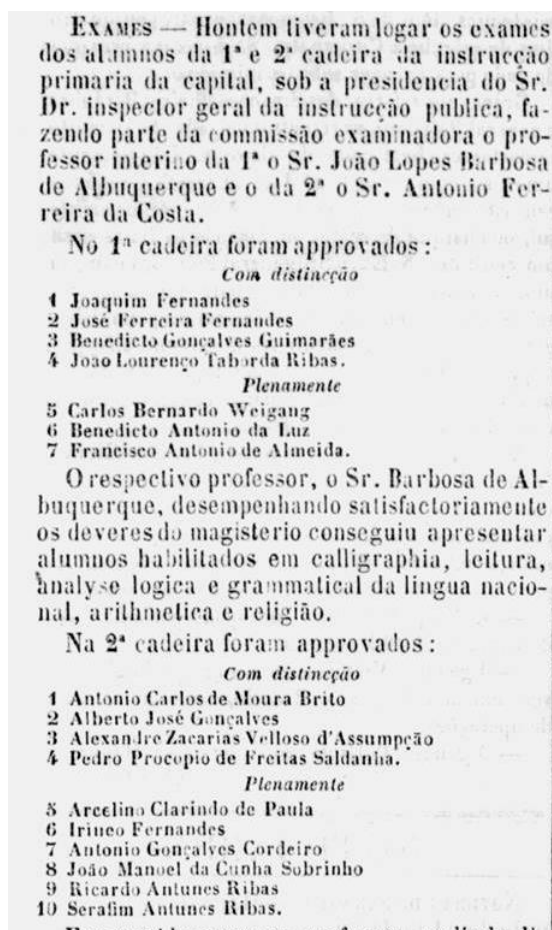
Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO fevereiro de 1868.

O número de alunos que prestaram exames na instrução primária chegou a pouco mais de 5%, ainda sendo uma pequena parcela que prestou os exames, destes, nem todos receberam a aprovação. O exame era uma forma de comprovar que os alunos aprenderam durante as aulas que frequentaram e uma etapa necessária caso o aluno decidisse continuar seus estudos no ensino secundário.

A partir dos resultados dos exames dos alunos também se poderia avaliar o desempenho dos professores no que diz respeito ao aproveitamento dos ensinamentos por parte dos alunos. Não há registros no jornal se os alunos ausentes no exame deviam apresentar justificativas, por outro lado, há detalhes sobre os participantes, como se observa no relatório de exame publicado no jornal:

²⁵ O total de alunos é referente aos que frequentavam a instrução pública na província do Paraná.

Imagem 1: Relação de alunos aprovados no exame 1869



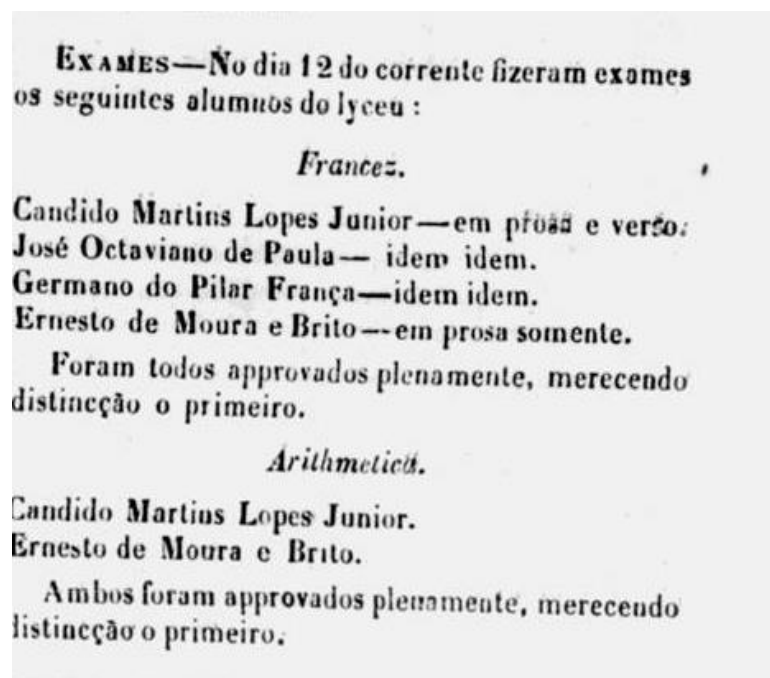
Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/12/1869, p. 4.

No relatório, são apresentadas duas cadeiras masculinas, a primeira com sete alunos para o exame e a segunda, com 10 alunos. Todos receberam aprovação nos exames. Os alunos eram classificados em aprovados com distinção e plenamente. Esses termos são aplicados em outros relatórios, ainda há relatórios constando o nome de alunos reprovados.

No jornal, as publicações de relatórios comumente registravam a cadeira de ensino, localização, o nome do/a professor (a), o nome dos alunos e se eles obtiveram ou não aprovação nos exames. Em alguns casos, tinha uma pequena homenagem ou registro do professor responsável pela cadeira, indicando sobre como foi o desempenho dos respectivos alunos.

Os exames dos alunos do Liceu e do ensino secundário eram bem parecidos com os de primeiras letras. Contudo, para o secundário, a avaliação ocorria por disciplina cursada: francês, aritmética, inglês, latim e assim por diante.

Imagem 2: Relação de alunos do liceu aprovados nos exames 1868



DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14/11/1868, p. 4.

Assim, os exames apareceram de duas maneiras diferentes. Exames aplicados aos alunos como uma forma indireta de avaliação do trabalho do professor, pois, de acordo com o governo, se o professor tivesse um bom número de alunos aprovados nos exames é porque ele estava desenvolvendo bem a sua função.

Noticiar os resultados dos exames no jornal, além de comunicar os interessados diretos, era uma forma de dar visibilidade aos resultados decorrentes da instrução pública primária e secundária para os moradores da província, diante de um cenário social questionador dos gastos e investimentos feitos com a instrução pública.

Sobre os exames realizados pelos professores, constam dados como dia da prova, local, quais indivíduos realizariam a prova, logo após a realização dele, se foram aprovados ou não. França (2014) escreve sobre as exigências nas provas e concursos para ser professor na província do Paraná. A autora destaca duas etapas presentes no concurso, de acordo com o art. 73 do Regulamento de 08/04/1857, da Instrução Pública.

- Duas provas em dois dias sucessivos:

Prova de aptidão das matérias de ensino – prova escrita, copiada em caracteres grandes e outra ditada em caracteres pequenos, que servirá para exame de letra, de pontuação e ortografia; prova de leitura em prosa e verso, para exame sobre a ordem gramatical; perguntas sobre religião, história sagrada, doutrina da religião do estado e

princípios gerais de moral civil; questões de aritmética com prova prática sobre operações de números inteiros e quebrados no quadro; sobre os métodos de ensino e particularmente sobre o adotado na legislação da Província.

-Prova de prática de ensino (se aprovado na anterior) - o candidato fará uma prova prática em uma escola designada pelo Inspetor Geral, em cuja presença e dos examinadores explicará e tornará as lições das diferentes classes, cumprindo todos os deveres prescritos aos professores para os exercícios escolares. - As professoras passarão pelas mesmas provas, limitado o exame de aritmética a prática das quatro operações de números inteiros e excluído as de geometria. (FRANÇA, 2014, p. 78. Grifo da autora)

O certame era constituído de avaliação sobre o domínio dos saberes a serem ensinados e o trato com as formas de ensinar. Gouveia (2001) descreve os saberes exigidos dos professores nos exames de aptidão:

[...]conhecimento de gramática, ortografia, das quatro operações aritméticas, geometria, caligrafia e doutrina cristã. Na análise das avaliações fica claro que a instrução exigida dos candidatos era superficial, não ultrapassando o ler-escrever e contar (GOUVEIA, 2001, p.46)

Segundo Gouveia, alguns professores eram contratados mesmo não passando em todos os testes. Havia caso de o professor ir bem no exame de caligrafia, mas não apresentar resultados suficientes em geometria, o que, considerando a baixa procura, permitia a sua contratação. Contudo, o exame era uma etapa necessária para a aprovação de professores nos concursos às cadeiras primárias e secundárias. Já para aqueles professores apenas contratados ou nomeados temporariamente não era preciso realizar o exame.

Com a aprovação em concurso ou contratado temporariamente, o jornal registrava o nome do professor ao entrar em exercício de sua função – posse ao cargo.

3.1.3. Posse ao cargo

O professor para assumir suas funções no magistério público da província do Paraná era submetido a exame, concurso, contratação, nomeação.

Os professores adjuntos e substitutos eram aqueles nomeados ou contratados pelo inspetor geral da instrução pública para assumir uma cadeira de ensino de forma temporária. O tempo de exercício poderia ou não ser previamente estabelecido, como no caso de um professor contratado para cobrir um período de licença por motivos de saúde. As licenças comumente eram previamente estabelecidas, o professor

substituto saberia o tempo estimado do seu contratado como por 15 dias, um ou dois meses. Também havia caso de professor nomeado para uma cadeira vaga, sendo o seu contrato até que se abrisse um concurso para o preenchimento efetivo da cadeira. O professor nomeado ou contratado não tinha uma estabilidade no serviço.

No caso de professor efetivo, aprovado em concurso para uma determinada cadeira, não era demitido ou dispensado pelo governo provincial, exceto em caso de exoneração a pedido do professor. No caso de fechamento da cadeira onde lecionava, o professor seria transferido para outra cadeira. Uma cadeira efetiva de ensino era aberta para concurso em algumas situações: quando era criada, quando o professor solicitava sua aposentadoria ou exoneração do cargo.

Quando um professor entrava em exercício de suas funções, o acontecimento era publicado no Dezenove de Dezembro, esse registro tornou-se frequente no jornal após 1865, quando há 58 notícias sobre posse ao cargo.

O fato é que o processo de admissão do professor, seja ele efetivo ou temporário, era registrado nas páginas do jornal de várias formas diferentes. Comumente, sobre os efetivos, eram noticiados a aprovação em concurso considerando os exames, provas de moralidade e resultados, já para os temporários, o jornal anunciava os seus nomes e respectivos locais de trabalho.

Na província paranaense, no período entre 1853 e 1870, não havia uma formação específica para o exercício do magistério, a sua Escola Normal foi fundada em 1870. Na ausência de titulação, os concursos e os exames eram mecanismos definidores para atuar na instrução pública.

As formas de contratação, seleção e salários, assim como as garantias, não eram iguais para todos os professores. Na pesquisa feita no jornal Dezenove de Dezembro, foi possível identificar algumas garantias e conquistas dos professores no exercício da profissão como os afastamentos, licenças e aposentadorias.

3.2 Aposentadoria, Licenças e Jubilação ao cargo: garantias da profissão.

Estudar a profissão docente na província do Paraná, em seu processo de admissão e os requisitos solicitados para tal, conduz ao que se pode chamar de garantias ou benefícios para os professores. No jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870), encontram-se registros sobre licenças, aposentadorias e jubilações do cargo. Os três assuntos totalizam 204 notícias. Esses assuntos têm em comum os

afastamentos praticados por professores em um período temporário e, alguns casos, afastamento de seu cargo sem perder a sua vaga de emprego.

As possibilidades de afastar-se da função docente aparecem de três maneiras diferentes. Uma forma diz respeito às licenças por um período curto de tempo, no máximo de quatro meses, quando o professor afasta-se por motivos pessoais ou de saúde. Já os outros dois afastamentos são definitivos, aposentadoria e jubilação.

3.2.1 Licenças para os professores

As licenças são os períodos de afastamento do cargo solicitados pelos professores e inspetores, os períodos variavam de oito dias a quatro meses. Embora as licenças não fossem uma garantia específica, elas eram frequentes e publicadas no Dezenove de Dezembro.

Os professores precisavam ausentar-se por diversos motivos. Um dos principais eram os casos de saúde. Em razão de a província ser recente e de estrutura precária, os professores precisavam descolar-se para a capital-Curitiba, São Paulo e, em alguns casos, ainda precisavam ir até o Rio de Janeiro para consultas médicas. Os professores também se licenciavam para realizar exames, concursos e para resolver assuntos pessoais.

Em situação de licença para saúde ou para prestar exames, os professores continuariam a receber seus vencimentos, visto que eles solicitavam o pagamento, mesmo do período que estivessem afastados mostrando suas justificativas de faltas. As licenças deveriam ser previamente autorizadas pelo inspetor geral da instrução pública ou pelos inspetores distritais.

Na pesquisa no jornal, identificam-se 130 licenças.

DIA 28 - Ao inspetor da instrução publica do districto da villa do Principe- Tendo, por despacho de hoje, concedido a João Domingues Garcia, professor interino de primeiras letras da freguezia do Rio Negro, quinze dias de licença, com os respectivos vencimentos para vir a esta capital: assim o communico a vm. Para a devida intelligencia, e para que lh`o faça constar afim de solicitar pela secretaria do governo a respectiva portaria. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/07/1854, p. 2)

A' thesouraria- Tendo, por despacho de hoje, resolvido conceder ao professor interino de 1ª letras da villa de Guarapuava, Fortunato José de Carvalho, dous mezes de licença com o respectivo ordenado servindo em seu lugar o cidadão José Anntonio Vierira: assim o

comunico a v.s., para o devido conhecimento. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/04/1855, p. 3)

Nos dois registros de licença, os professores recebem o afastamento com direito a continuar a receber seus respectivos ordenados. No primeiro, o motivo seria uma ida à capital. No segundo, a licença foi por motivos de saúde. Este é o motivo mais registrado entre as licenças. Nota-se também a nomeação do professor substituto para o período.

Em geral, nos pedidos de licença publicados, constavam o nome do professor, o local de atuação, o período da licença e o seu motivo, mas nem sempre registravam os motivos, se o professores receberiam os seus vencimentos, quem o substituiria, qual o órgão de autorização.

- Idem, concedendo a D. Amelia Isolina de Carvalho Bordes, professora de instrução primaria da freguezia da Palmeira, um mez de licença para tratar de sua saúde- Communicou se (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/03/1866, p. 1)

A' provincial, dando conhecimento do despacho desta data que concedeu três mezes de licença pra ir á corte ao professor de mathematicas do Lyceu José Antonio Galvão- Identico ao Dr. Inspetor geral da instrução publica (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/12/1868, p. 1)

Observa-se uma licença em razão de saúde e outra para uma viagem ao Rio de Janeiro. Nas notas sobre as licenças, não se identificou menção às legislações, decretos e regulamentos referentes às licenças. Contudo, as licenças também eram concedidas a outros profissionais da instrução pública. Há licenças de inspetores, subinspetores, porteiros e secretários, bem como há licenças envolvendo cargos como de delegado, médico e outros ofícios. Assim, as licenças de professores diziam respeito às garantias que os servidores do governo provincial poderiam utilizar, o que possibilita aventar a existência de dispositivos legais sobre essas licenças.

As licenças são afastamentos profissionais por um curto período de tempo. Os afastamentos por longos períodos e afastamento definitivo do cargo diziam respeito às aposentadorias e à jubilação.

3.2.2 Aposentadorias

Aposentadoria é um direito conquistado pelos professores desde o século XIX, mas como esse benefício era adquirido pelos professores? No jornal Dezenove de Dezembro, em 31 notícias sobre diferentes assuntos, pode-se acompanhar legislações sobre a aposentadoria, os pagamentos destinados a professores aposentados, os pedidos e solicitações de professores que cumpriram o tempo estipulado para receber o benefício.

Com o intuito de compreender como funcionava o processo de aposentadoria, inicia-se apresentando as leis e decretos que estabeleciam a aposentadoria dos professores, depois como funcionava o processo de solicitação e concessão do benefício, quais os requisitos, valores recebidos e as discussões na Assembleia provincial sobre o assunto.

A Lei nº 12 de 30 de abril de 1856 foi publicada no Dezenove de Dezembro, nela, constam os primeiros respaldos à aposentadoria de professores. Os professores em exercício, que não estivessem em condições exigidas pela lei, seriam aposentados com salários proporcionais ao tempo de trabalho praticado no magistério.

Art. 30. O Governo fica autorizado a aposentar os professores de instrução primaria, que não possuírem as habilitações da lei n. 34 de 1846, contando-lhes os anos de serviço, guardada a regra de 25 annos para a aposentadoria com o ordenado por inteiro. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/07/1858, p. 1)

Esta foi a primeira lei a estabelecer uma aposentadoria para professores na província do Paraná. Eles deveriam ter trabalhado 25 anos para aposentarem-se integralmente. Ademais, segundo o Art. 30, o objetivo não era apenas a garantia de uma aposentadoria para professores, mas de afastar do exercício do magistério aqueles que não possuíssem formação para tal.

Um nova legislação publicada foi a lei nº 51 de 16 de fevereiro de 1859. Ela estabeleceu requisitos específicos para a aposentadoria dos professores:

Art. 1º Os antigos professores e professora vitalícios, que foram compreendidos nos favores da lei nº 21 de 2 de março de 1857, por designação do governo, ou por haverem feito exame de capacidade, terão direito a aposentadoria ou jubilação, com ordenado que ora percebem, uma vez que complete o tempo de vinte cinco annos, contados da data de posse ou exercício á supracitada lei. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26/03/1859, p. 1)

A seguir, observam-se casos que os professores fizeram solicitações para receber a aposentadoria:

O inspector geral da instrução, informando sobre o requerimento do professor de 1ª letras da capital, João Baptista Brandão de Proença, pedindo aposentadoria- A' tesouraria para proceder a respectiva conta do ordenado. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/09/1860, p. 2)

Os professores submetiam o requerimento de aposentadoria ao inspetor da instrução pública e demais órgãos superiores. O benefício sendo aprovado o resultado era publicado no jornal.

Ao mesmo- Haja v.s. informar sobre o incluso requerimento, em que o professor de latim desta capital João Manoel da Cunha pede a este governo a sua aposentadoria no mesmo emprego com os vencimentos correspondente ao tempo de serviço prestado, declarando-me igualmente v.s. quaes os vencimentos que lhe competem avista do tempo de serviço. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/07/1857, p. 3)

Como registrado, o professor receberia seu salário proporcional ao tempo que esteve em exercício de suas funções. Em uma outra notícia, consta que ordenado desse professor era de 1:200\$000 réis.

Já no próximo registro, a professora receberia uma aposentadoria correspondente ao seu ordenado, visto que ela cumpriu o tempo previsto para aposentar-se.

Acto, concedendo, em cirtude do art. 11 da lei n. 115 de 6 de junho do corrente, a aposentadoria que requereu, com os vencimentos por inteiro, a professora de instrução primaria da cidade de Antonina D. Maria Joaquina Soares da Rocha²⁶- Comunicou-se (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27/12/1865, p. 1)

Conforme a legislação vigente, os professores teriam direito a receber aposentadoria em seu valor integral, caso cumprissem o tempo estipulado de 25 anos no efetivo magistério, caso contrário poderiam aposentar-se com um salário correspondente ao tempo trabalho. Na sequênciã, há registros de valores, integral e parcial, a serem percebidos pelos professores.

O presidente da província tendo, por acto de 10 do mez findo, concedido aposentadoria ao padre Albino José da Cruz no lugar de professor da cadeira de 1ª letras da cidade de Paranaguá, resolve marcar-lhe o vencimento de 477\$333, á que tem direito, pelo tempo de serviço que prestou, como informa a tesouraria em officio de 13 do corrente. Fizeram-se as precisas comunicações (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/06/1860, p. 1)

O presidente da província resolve conceder ao professor da 1ª cadeira de 1ª letras da capital, João Baptista Brandão de Proença, a

²⁶ Em uma notícia no ano de 1868, a professora, mesmo estando aposentada, era convidada a lecionar na cadeira de primeiras letras para receber uma gratificação.

aposentadoria que pediu, visto ter completado o tempo de magistério determinado pela lei, percebendo o ordenado por inteiro, na razão de 800\$ rs. annuaes. Fizeram-se as necessárias comunicações. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12/12/1860, p. 2)

Destaca-se que, nas publicações do jornal, era incomum identificar os valores a serem percebidos pelos professores aposentados. No geral, o jornal informava o nome do professor, o local de sua atuação e se a aposentadoria seria em valor integral ou parcial.

O que era considerado no cálculo de tempo mínimo de 25 anos para aposentadoria integral? A seguir, registra-se uma aposentadoria que considerou o período ocupado pelo professor em outra província.

Ao professor de 1ª letras da cidade de Paranaguá, Francisco Antunes Teixeira, se contará o tempo de effectivo exercício que teve no professorado da cadeira de Campinas, na província de S. Paulo, quando requeira sua aposentadoria (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/05/1864, p. 1)

Para o cálculo do tempo de aposentadoria do professor Francisco Antunes, considerou-se o tempo efetivo na instrução pública do município de Campinas, localizado na província de São Paulo. Já para aposentadoria da professora Geraldina da Motta Bandeira e Silva Bello, considerou-se também o tempo de atividade em aulas particulares.

1º Mandando contar para a aposentadoria de D. Geraldina da Motta Bandeira e Silva Bello o tempo que serviu de professora particular e contratada no decurso de 3 de abril de 1856 a 1 de fevereiro de 1861, não sancionado em 30 de abril e approved em 4 de junho; (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 06/10/1869, p. 3)

O jornal também noticiou um caso de aposentadoria de professor destacado em reunião da Assembleia Provincial. Ao professor o Sr. Francisco da Silva Neves foi concebida a aposentadoria por ter exercido o magistério por mais de vinte anos na Vila de Morretes, em reunião da Assembleia registrava-se o valor social e a dedicação do professor nas atividades do magistério. A muitos de seus discípulos, cujos pais eram pobres, supriu elle por muito tempo papel, pennas, tinta e até Catecismo. Uma imensidade de documentos valiosos que este incansável professor possui, atestam exuberantemente, não só a sua capacidade e honradez, como perseverança, não sendo nunca licenciado no longo período do seu emprego. Consumiu os melhores dias de sua vida nesse árduo e glorioso magistério, e hoje que se acha velho e enfraquecido é justo que seja remunerado. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 13/03/1858, p. 3)

O valor social do trabalho docente, garantidor de aposentadoria, era também reconhecido pela comunidade, comprovado pelos documentos, atestado pela frequência assídua do professor e pelos saberes ensinados. Por outro lado, no ano de 1859, o Dezenove de Dezembro, em 29 de janeiro, publicou que a Assembleia questionava os valores gastos com a instrução pública para pagamento de ativos e que a casa legislativa considerava que o pagamento dos inativos geraria despesas de um terço da arrecadação provincial. Os discursos na Assembleia dividiam opiniões, enquanto um falava que os professores não cumpriram com o seu papel, havia outras falas como: “Não pode concordar com illustre colega, eu lhe precedeu na parte de seu discurso, em que afirmou que não há instrução publica na província, e nem professores habilitados” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 29/01/1859, p. 3).

O debate no legislativo ainda culpava os professores por não conseguirem apresentar muitos alunos para os exames de final de ano, por outro lado, defensores da instrução justificavam que muitos pais depois dos alunos aprenderam ler, escrever e contar retiravam seus filhos das escolas para trabalhar. No decorrer da discussão, são apresentados vários posicionamentos de deputados, a votação consiste em aprovar e garantir (ou não) a aposentadoria de professores, isso porque na província do Paraná (emancipada em 1853), no momento (ano de 1859) do debate, não havia professores que trabalharam por, ao menos, 25 anos para requerer sua aposentadoria integral. Havia a defesa do pagamento parcial de aposentadorias e jubilações para cortar gastos. O que estava em pauta é a garantia de uma conquista do trabalhador no magistério:

Trata-se apenas de garantir a esses empregados um futuro mais ou menos próximo, fazer-lhes a concessão de uma vantagem, a que eles tem direito, porque não se os deve reduzir a essa posição crítica, em que os descreve Guizot quando diz: sua gloria consiste em exaurirem-se em sacrifícios apenas lembrados daqueles que os aproveitam. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 29/01/1859, p.3)

A assembleia provincial ficou dividida e não foi publicado no jornal qual foi a decisão tomada, visto que a votação ficou empatada e um membro não quis votar. Ainda há uma publicação no jornal, assinada como “O curioso”, perguntando sobre qual foi o resultado dos debates, uma vez que quem leu a discussão não compreendeu qual opinião foi vencedora.

A instrução pública e os seus gastos percorrem as páginas do jornal em vários anos de publicação. A Lei nº 51 de 16 de fevereiro de 1859 referente à aposentadoria

e jubilação de professores foi aprovada. Assim sendo, pode-se entender que o resultado na Assembleia foi favorável aos professores. Contudo, quando o professor se encontrasse debilitado e sem condições para continuar a exercer sua função por problemas de saúde física ou mental, era-lhe oferecida uma aposentadoria especial mediante um valor referente ao seu tempo de trabalho. Tratam-se dos casos de jubilações.

3.2.3 Jubilação ao cargo

Haverá logar para aposentadoria extraordinária, com vencimentos correspondentes ao tempo de exercício, quando o professor soffrer alguma lesão em suas faculdades intellectuaes, ou outro mal physio que o impossibilite de continuar no exercício de seu magistério (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/07/1865, p. 3)

A jubilação do cargo é um pedido realizado pelos professores ao governo da província, quando eles, por motivos de moléstia/saúde, não podiam continuar a exercer a docência. Assim, os professores solicitavam a jubilação como uma forma de garantir uma remuneração salarial pelo tempo que estiveram em exercício nas atividades de ensino.

A jubilação pode ser considerada uma conquista da profissão docente na província do Paraná. O jubilado receberia uma remuneração parcial ou integral, dependendo do tempo trabalhado.

Esse direito foi garantido com a lei nº 51 de 16 de fevereiro de 1859, que estabeleceu os direitos de aposentadoria. Embora haja casos de jubilação anteriores à aprovação dessa lei, ela trouxe o assunto específico e de forma detalhada.

Art. 2º - Os professores, porém, que se impossibilitarem de continuar no magistério por motivo de moléstia, competentemente provada, tendo mais de doze anos de magistério, serão aposentados com ordenado proporcional ao tempo de exercício, distribuído por vinte cinco annos e neste caso será incompatível a jubilação com a percepção de vencimentos por outro qualquer emprego para que sejam posteriormente nomeados. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26/03/1859, p. 1)

Há um caso publicado no jornal que ocorreu anterior à publicação da lei nº 51. O Sr. José Antônio Galvão publicou duas colunas no Dezenove de Dezembro, na seção Correspondências, no dia três de novembro de 1858. O interessado tratava sobre a sua trajetória na instrução pública, atuando por quase 22 anos e pedindo sua jubilação do cargo. O professor ao solicitar sua jubilação apresentava vários

argumentos sobre como foi esse procedimento e ainda mencionava ter atendido a sua função na profissão enquanto esteve em condições, ensinando no Liceu.

[...] sendo afirmativa a resposta, dei-me pressa em tratar de minha jubilação, que á custo consegui, de tal sorte que, por causa das informações contrarias á minha pretensão, sendo eu mais que solicito em promovel-a, e dando começo em janeiro do corrente só em março a consegui! Ora eu já contava pouco menos de 22 annos de magistério, entretanto que a lei só exigia 20 annos de jubilação (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/11/1858, p. 3)

Pelas informações, o professor já teria atingido o período mínimo para que pudesse ter a jubilação. Ainda há outro dado, o professor teria completado o período mínimo de magistério de 20 anos.

Dentre as leituras, catalogam-se nove registros no jornal mencionando a jubilação de professores. O primeiro caso foi o de “João Manoel da Cunha, professor de Latim na capital, pedindo jubilação no mesmo emprego - informe o Sr. Inspetor da tesouraria de fazenda provincial” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12/06/1858, p. 1). O pedido foi solicitado pelo professor ao inspetor da tesouraria, posteriormente, no dia 23 de junho do mesmo ano, foi publicado no jornal que o pedido de jubilação foi aceito.

Os exemplos de jubilação, apresentados anteriormente, são referentes aos períodos anteriores à aprovação da lei nº 51 de 1859. Já no contexto da nova lei, tem-se o pedido do padre mestre Marcelinho, publicado no dia 25 de julho de 1860, pelo qual o requerente alegava motivos de moléstia para não continuar o exercício no cargo de professor.

Posteriormente, tem-se um caso amparado por um regulamento de 1857. No caso o professor jubilado continuaria a lecionar e por isso receberia uma gratificação. O presidente da província, atendendo ao que lhe requereu o professor da 1ª cadeira de instrução primaria da villa do príncipe, Vicente José de Oliveira, resolve conceder-lhe a jubilação que pediu na conformidade do art. 83 do regulamento de 8 de abril de 1857, e permissão para continuar a exercer o magistério com a gratificação marcada no mesmo artigo- Fizeram-se as necessárias comunicações. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/12/1862, p. 1)

Os processos de jubilação, bem como os de aposentadoria, os de admissão e os de licença de professores, além dos requisitos previstos em lei, provocavam discussões sobre os custos de garantia dos direitos do professor e da promoção da instrução pública para a população. A seguir, serão apresentados registros sobre os recursos destinados à instrução pública na província do Paraná entre 1854 e 1870.

3.3 Financiamentos e recursos para a instrução pública.

Pensar na profissão docente requer olhar os recursos financeiros e materiais destinados à instrução. Assim, apresentando os financiamentos da instrução pública, pode-se conhecer a remuneração percebida pelos professores em seus ordenados e gratificações, as verbas e recursos materiais para uso nas escolas.

Quando se trata dos problemas financeiros relacionados com a instrução pública, Lemos (2014) ressalta que grande parte da verba destinada instrução ficava comprometida com o pagamento de aluguéis e salários dos professores, tornando-se limitado o uso para os recursos pedagógicos. Dessa forma, convém buscar conhecer qual era a remuneração salarial dos professores da província.

3.3.1 Remuneração salarial: ordenados e gratificações.

No jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870), assuntos relacionados à remuneração de professores aparecem em várias publicações. Especificamente sobre pagamento, totalizou um grupo de 212 notícias catalogadas. Embora todas as notícias desse grupo visassem ao mesmo assunto – o pagamento de professor -, elas têm vários sentidos: pagamentos de ordenados, gratificações, solicitações de pagamentos atrasados, pedidos de pagamento de aluguel, autorizações do governo provincial ou do inspetor da instrução pública para o pagamento de um professor. A discussão a seguir está estruturada em dois momentos, o primeiro trata sobre a remuneração salarial dos professores e o segundo trata sobre os demais pagamentos envolvendo aluguel de casa e restituição financeira.

Reitera-se que esta dissertação é sobre a profissão docente na província do Paraná, enquanto uma ação de ensino primário e secundário, e, assim, tem-se, como principal mantenedor, o governo provincial. Os pagamentos, sejam para diferentes finalidades, geralmente vinham provenientes da tesouraria provincial. As notícias publicadas no jornal eram destinadas à tesouraria. Buscar sobre o salário dos professores leva questionar: quanto eles recebiam? Quando recebiam? Como recebiam seus salários?

Por meio das notícias do jornal não se pode dizer que todos os professores e demais profissionais da instrução recebiam seus salários em dia, notam-se, frequentemente, solicitações de pagamento de salários atrasados.

- Na 25.^a sessão foi lido e remetido á comissão respectiva, um requerimento da professora da 2.^a cadeira de 1.^a letras da cidade de Paranaguá, pedindo o pagamento do trimestre vencido de 9 de outubro a 31 de dezembro último da 4.^a parte de seu ordenado. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/03/1855, p. 3)

- A ex professora de Vutuverava, D. Maria do Carmo Borges, pedindo pagamento de seus ordenados vencidos desde o 1.^o de julho ao 1.^o de novembro de 1858. – Informe a tesouraria.

- José Borges de Macedo, ex-professor de Vutuverava, pedindo pagamento de seus ordenados vencidos desde o 1.^o de julho ao 1.^o de novembro de 1858. – Informe a tesouraria. (DEZENOVE DE DEZEMBRO 26/11/1859, p. 2)

Os registros revelam atrasos de até cinco meses de salários. Outros casos semelhantes são publicados no jornal, como o caso da professora Bibiana Barriel de Bittencourt, que, em 1858, solicitava parte dos seus vencimentos enquanto esteve em exercício nos anos de 1856-1857. O fato é que os salários de professores não eram pagos de forma regular e eles deveriam provar que estavam em efetivo serviço para receber seus vencimentos. Logo após a publicação das solicitações e dos requerimentos de pagamentos de salários, era comum também, em edições seguintes, o jornal publicar informes da tesouraria provincial aprovando ou não os respectivos débitos.

Em alguns casos, órgãos do governo provincial informavam que, para o recebimento, o professor deveria entregar os comprovantes de exercício da função.

Pela secretaria do governo se comunica á illma. Sra. Emilia de Faria Erichsen, professora de Castro, que o requerimento em que pediu pagamento da gratificação correspondente a cadeira que occupa, teve seguinte despacho: “Será atendida logo que mostre que se acha na aula o piano que diz já ter comprado”. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/08/1858, p. 2)

Como eram pagos esses vencimentos aos professores? Qual o órgão responsável? A tesouraria provincial era responsável pelos pagamentos das despesas públicas da província, mas nem todos os pagamentos estão relacionados diretamente à tesouraria.

A' D Maria Joaquina Soares, professora publica de 1.^a letras da cidade de Antonina, communicando que seu requerimento pedindo pagamento de seus vencimentos por aquella cidade, teve o seguinte despacho: - Não podendo a supplicante avista da informação da thesouraria, ser paga pela collectoria de Antonina, trate de haver seus vencimentos na thesouraria (DEZENOVE DE DEZEMBRO 03/12/1862, p. 2)

Salários também eram pagos pela coletoria da cidade, vila ou freguesia onde o professor atuava. No caso anterior, a coletoria local não pôde efetuar o pagamento, por isso, foi solicitado à tesouraria provincial realizar o pagamento do ordenado.

A remuneração salarial dos professores na província do Paraná envolvia ordenados e gratificações.

Ao inspector interino da thesouraria de fazenda- Tendo, por despacho de professor da 1ª cadeira de 1ª letras da cidade Paranaguá, vendendo o ordenado de quinhentos mil reis annuaes, assim o comunico a v.s. para a sua intelligência e devida execução. Communicou-se ao inspector da instrucção publica do districto (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/05/1854, p. 3)

Tendo, por despacho de 1º do corrente, concedido ao professor público João Baptista de Proença, como gratificação a terça parte do ordenado, que actualmente percebe de trezentos e sessenta mil réis. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27/05/1854, p. 1)

O valor do ordenado dos dois professores apresentados são distintos, um recebendo o valor de quinhentos mil réis e outro, trezentos e sessenta mil réis. O segundo professor tem um salário menor, mas tem uma gratificação de um terço do respectivo salário. Ainda, nos registros anteriores, percebe-se que as leis que regulamentavam a profissão docente na província do Paraná eram aquelas vindas do período em que o território era a 5ª Comarca da província de São Paulo. Especificamente a partir das leis paranaense, de acordo com a Lei nº 17 de 14 de setembro de 1854, publicada no Dezenove de Dezembro, no dia 25 de novembro de 1854, deveriam ser os valores pagos para os professores de Latim, Inglês e Francês: 800 mil réis e gratificação de 200 mil réis anuais. Caso o professor ministrasse duas línguas, como Francês e Inglês, receberia o mesmo ordenado e passaria a ter uma gratificação de 600 mil réis anuais. Os professores particulares que se dispusessem a ensinar os meninos pobres receberiam 120\$000 anuais. Já o inspetor geral da instrução pública receberia 1.200\$000 réis de gratificação por ano pela prestação de seus serviços.

No dia nove de dezembro de 1854, publicou-se que o salário do professor de primeiras letras era de 200\$000 réis anuais. Posteriormente, no dia 30 de maio de 1855, a lei nº 19 aprovava que o professor receberia 4\$000 anuais para cada aluno que excedesse o número máximo²⁷ de alunos permitido. Contudo, no decorrer das

²⁷ De acordo com a Lei nº 19, eram permitidos 25 alunos por turma, excedendo essa quantidade o professor teria direito à gratificação.

publicações do jornal, há diferentes valores registrados como ordenados de professores de primeiras letras. “Ao inspector geral da instrucção publica, respondendo officio de 12 do corrente dizendo-lhe que pode contractar para ensinar 1.^a lettras da villa da Ponta Grossa Jose da Costa Rodrigues Guimarães mediante a gratificação de 300\$000 annuaes” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/03/1859, p. 1). Embora regulamentados por lei, havia alterações nos valores dos ordenados dos professores, que poderiam ser influenciadas pela localidade em que atuavam e pelo número de alunos atendidos.

Uma situação em que os salários são abordados é visualizada nos debates na Assembleia Provincial: “Entrou em discussão o projecto de resolução que augmenta os ordenados dos professores de ambos os sexos da capital” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/03/1855, p. 3). Infere-se que os professores não tinham os mesmos salários, o fato dependeria de seu contrato, alguns recebiam ordenados e gratificações, outros recebiam somente ordenados e outros só uma gratificação. Também havia outros requisitos que influenciavam a remuneração, como revela a realidade da província de Minas Gerais:

[...] diferentes remunerações variando de acordo com o sexo do professor, situação funcional – se efetivo, substituto, vitalício ou interino –; a localização da escola – rural, urbana, distrito, freguesia e vila –, o grau em que atuava o professor ou professora, o número de alunos(as), o tempo de atuação e outros. (DURÃES, 2007, p. 147)

Um dos requisitos apresentados era a comprovação de exercer a função docente em específicas condições, para que, assim, o professor pudesse receber o salário. Em caso de não atingir o número mínimo de alunos estabelecidos pelo governo, o professor receberia seu salário de forma parcial.

Por sua vez, as gratificações recebidas pelos professores eram de diferentes valores, podendo ser um valor extra ao salário por atender uma quantidade maior de alunos, devido a benefícios concedidos ou, em alguns casos, a única remuneração recebida por uma função.

No jornal, as gratificações são noticiadas principalmente quando havia contratado professor particular para ensinar crianças pobres. Esse professor estava regulamentado pelo Lei nº 12 de 30 de abril de 1856, o que permitia a sua contratação pelo governo provincial.

Art. 31 Nas povoações cujas cadeiras estiverem vagas em virtude da anterior disposição, o governo poderá subsidiar com a gratificação de

100U a 300U rs, os professores particulares, que mais habilitações possuírem, com obrigação de ensinar gratuitamente aos meninos pobres. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/07/1856, p. 1)

Os valores das gratificações variavam, conforme a disposto em Lei, entre 100 e 300\$000 réis anuais.

Ao inspector geral da instrução publica – Para que a professora particular de 1.^a letras da freguesia da Palmeira continue a ensinar as meninas pobres, resolvi nesta data arbitrar-lhe a gratificação de 120\$000. O que comunico a vm. para sua intelligência. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04/07/1855, p. 2)

O presidente da província, sob proposta do inspector geral da instrucção publica, contracta a Saturino Olinto da Silva para ensinar vinte meninos da freguezia de Vutuverava, mediante a gratificação de 225\$ annuaes. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/12/1858, p. 2)

Nos registros de contratações para ensinar crianças pobres, além de dados sobre o valor da gratificação, encontram-se informações sobre o nome do professor contratado, a localidade de atuação e a quantidade de alunos atendidos.

– Ao inspector geral da instrucção publica, respondendo ao officio de 12 do corrente dizendo-lhe que pode contractar para ensinar 1.^a letras da villa da Ponta Grossa Jose da Costa Rodrigues Guimarães mediante a gratificação de 300\$000 annuaes (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/03/1859, p. 1).

As gratificações estavam presentes de diversas formas compondo o salário de professores, como um benefício e acréscimo ao seu ordenado e, em outros casos, como de professores contratados, sendo a única remuneração percebida para ensinar. Contudo, nem todos os professores recebiam gratificações, elas dependiam das especificidades da relação contratual entre o professor e o governo provincial.

Além dos pedidos de pagamentos dos ordenados atrasados, tem-se as solicitações de professores referentes ao aluguel das casas onde lecionavam. Ora as solicitações foram referentes somente ao aluguel, ora elas eram referentes ao aluguel e ordenado.

Ao inspector geral interino da instrucção publica- Nesta data ordenei á tesouraria provincial o pagamento do ordenado e aluguel de casa a que tem direito o professor interino do Porto de Cima Manoel da Cunha Vianna. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 06/03/1858, p. 2)

A' mesma para que mande pagar a professora de 1.^a letras da villa de Morretes, maria Josephina Mangin, os vencimentos á que tiver direito, e o aluguel da casa em que lecciona; determinando á collectoria daquela villa que efetue o pagamento das quantias que por venturam não possam. (DEZENOVE DE DEZEMBRO 07/01/1863. p. 1)

Muitos professores trabalhavam e pagavam pelo local onde atuavam, para, posteriormente, serem reembolsados pelo governo provincial. O mesmo ocorria com a compra de materiais e utensílios para uso nas escolas.

Considerando as dificuldades de recebimento, a profissão docente na província do Paraná não se apresentava como uma das mais atrativas. Os professores precisavam comprovar o exercício da profissão e a necessidade de locação de um local para, depois disso, receberem ordenados, gratificações e o reembolso do aluguel. Surge uma inquietação, as condições de trabalho do professor na província levavam a constantes abandonos ou demissões?

A demissão de professores é um assunto noticiado no jornal *Dezenove de Dezembro* (1854-1870), tendo sido catalogados 133 registros. Muitos pedidos de demissão partiam dos professores que solicitavam desligamento do cargo. Quais os motivos teriam os professores para deixar de exercer a profissão?

As razões que levavam os professores a pedirem demissão do cargo não estão explicitados no jornal, apenas constam as informações que o pedido partia de interesse do professor e era formalizado por meio de um ofício, constando o nome do professor e a localidade da cadeira onde lecionava.

No comunicado de exoneração pedido pela professora Claudiana Cecilia de Azevedo, a vaga da professora ficou em aberto para outra pessoa assumir a função.

Ao dr. Inspector geral da instrução publica. – Tendo concedido, á vista do que informára em seu officio de hontem, a exoneração que pedira a professora publica de instrução primária da freguezia de Campo-Largo D. Claudiana Cecilia de Azevedo Borba, assim lhe communico para sua intelligência e para providenciar sobre a vaga que deixa a exonerada professora, como indica na parte final daquele, p.seu officio. Communicou-se á thesouraria provincial. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/11/1857, p. 2)

Não se tem evidências suficientes para afirmar que as constantes demissões do cargo resultavam dos baixos salários percebidos, mas se pode compreender que a sua remuneração e demais condições financeiras (pagamento de aluguel, proventos atrasados, comprovação de número de alunos, ida à capital para receber) e materiais deixavam a desejar, o que poderia motivar o abandono da função.

Para dimensionar o salário percebido no magistério, buscou-se estabelecer um comparativo com outras profissões. Os dados, que seguem, foram identificados em um relatório do governo provincial publicado em maio de 1866 no jornal *Dezenove de*

Dezembro. No documento, consta um extrato de gastos do governo com pessoal e valor de referência, representa o recebimento anual para pessoa ocupando um cargo específico.

Tabela 3: Quadro comparativo de salários na província do Paraná- 1866

Cargo	Ordenado	Gratificação	Total
Oficial-maior (secretária)	600U000	120U000	720U000
Oficial (secretaria)	450U000	-	450U000
Amanuense	700U000	200U000	900U000
Porteiro	500U000	100U000	600U000
Arquivista	900U000	180U000	1:080U000
Secretário	-	600U000	600U000
Inspetor da tesouraria	1:800U000	360U000	2:160U000
Procurador fiscal	1:000U000	260U000	1:260U000
Tesoureiro	1:000U000	440U000	1:440U000
Chefe da seção-Contador	1:000U000	600U000	1:600U000
1º escriturário	800U000	280U000	1:080U000
Porteiro do liceu	600U000	-	600U000
Inspetor geral da instrução pública	800U000	400U000	1:200U000
Secretário da instrução	350U000	100U000	450U000
Professor adjunto	400U000	-	400U000
Professoras contratadas	300U000	-	300U000
Professor de cadeira definitiva	600U000	300U000	900U000
Professor de latim	800U000	200U000	1:000U000
Professor de francês e inglês	1:000U000	200U000	1:200U000
Engenheiro da província	1:800U000	-	1:800U000

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/05/1866, p. 1-2.

Entre os professores, a remuneração de menor valor, somando ordenado e gratificação, era a de professora contratada (300U000/ano) e a de maior valor era o de professor de Francês/Inglês (1:200U000/ano). Os valores de remuneração dos professores (contratado, adjunto, cadeira definitiva, Latim ou Inglês/Francês) sofriam variações mediante o tipo de vínculo, função, número de alunos e local de ensino. Os professores efetivos atuantes no Liceu, ensino secundário, eram os melhores remunerados.

No comparativo com as demais remunerações/cargos, o valor pago por ano para uma professora contratada era o menor de todos. O de professor de cadeira definitiva, concursado, é ranqueado como o 10º menor salário entre os 20 cargos. Já os professores de Francês/Inglês receberiam o 6º maior salário.

No conjunto, em termos de remuneração, a profissão docente pode ser considerada desvalorizada na província do Paraná. Tal realidade também se fazia presente na província de Minas Gerais (DURÃES, 2007), no município da Corte e na província de Santa Catarina (LEMOS, 2014).

A remuneração docente em relação aos demais funcionários da instrução pública era comparativamente uma das piores. [...] comparando se a remuneração dos professores e das professoras em relação a de outros trabalhadores, o seu valor sinaliza a possibilidade de não se ter garantia de condições mínimas de sobrevivência. (DURÃES, 2007, p. 172)

Conforme Damasceno (2017), as críticas e problemas quanto ao salário e condições de trabalho dos professores na província do Pará no século XIX ficam bem próximas à realidade encontrada na província paranaense. Era exigido boa conduta e conhecimentos específicos dos professores, mas com baixo poder pecuniário, o que acarretava no desinteresse pela profissão docente.

Por outro lado, as próprias autoridades admitiam que a profissão era 'pouco lucrativa', razão pela qual atraía nenhuma ou poucas pessoas habilitadas. Reconhecendo que os ordenados eram baixos e desmotivadores e confirmavam a difícil condição de ser professor na província. (DAMASCENO, 2017, p. 369)

A baixa remuneração dos professores de primeiras letras foi se instituído na cena pública brasileira desde o início do século XIX.

[...] pois os professores, em 1823, estavam ainda recebendo 40\$000 anuais, salario insuficiente para sustentar-se, mantendo-se como mestres-escola apenas aqueles que se viam na contingencia de ensinar por falta de habilitação para profissões mais rendosas. (ACCACIO, 2005, p. 84)

Segundo Damasceno (2017), mesmo com a primeira lei de instrução pública de 1827, o salário de professores era próximo ou inferior ao de um trabalhador que pouco ou nada precisou preparar-se para o desempenho de uma função. O que, por outro lado, para o ofício do magistério, a pessoa precisaria preparar-se para executar sua função e esse preparo era feito em geral com meios próprios.

Na província do Paraná, entre as críticas impressas à profissão docente encontrava-se a narrativa da qualidade de ensino. Em um discurso na Assembleia

Legislativa se menciona que os meninos antes de chegarem a puberdade já se esqueceram de tudo ensinado, isso porque o professorado deixava a desejar em sua carreira profissional.

O professorado, entre nós, não está, nem estará tao cedo elevado a altura de uma carreira, que estimule as ambições legítimas de quem quer que seja, e muito menos abra a porta a aspirantes distintos. Por via de regra só quer ser professor, quem não pode ser outra cousa. (DEZENOVE DE DEZEMBRO 27/04/1867, p.2)

Os parlamentares queriam um bom resultado com a instrução pública, mas as políticas não ofereciam condições adequadas de trabalho aos professores.

A legislação não estabelecia direito aos professores e sim deveres. [...] Numa palavra, muitas exigências, direitos escassos, salário baixo, trazendo como consequência o desestímulo a profissão docente, pois os que podiam estudar preferiam carreiras mais prestigiadas como as de direito, medicina, engenharia, militares entre outras. (GUARNIERI; CASTANHA, 2006, p. 64)

O reconhecimento do trabalho do professorado esbarrava num conjunto de acontecimentos, entre eles, os poucos salários e poucos indivíduos que se habilitavam e dedicavam-se exclusivamente ao magistério. Além dos salários não serem atrativos, eles podem ser considerados um fator gerador de pedidos de demissões protocolados pelos professores. Contudo, as dificuldades não se resumiam aos ordenados, também havia a questão de pagamento de aluguéis e de compra de materiais e utensílios para o ensino.

3.3.2 Verbas e recursos materiais para o trabalho docente.

Além de pagar salários aos professores, inspetores e demais agentes de instrução pública, o governo provincial deveria financiar as demandas dos estabelecimentos de ensino para o professor ter condições de exercer a sua profissão. Para tanto, na pesquisa realizada no jornal Dezenove de Dezembro, foram identificadas 81 notícias referentes ao financiamento e recursos materiais destinados ao ensino, sendo 40 sobre gastos com estabelecimentos de ensino, 20 solicitações e requerimentos e 21 ofícios. Dentre as solicitações e requerimentos, tem-se pedidos de professores para continuarem lecionando em uma localidade, há solicitações de recursos para o ensino e ofícios solicitando contratação de funcionários.

Ao da provincial, mandando pôr á disposição do Dr. Inspector geral da instrucção publica, a verba consignada para este ramo do serviço

público, no 6.º do orçamento provincial, para o corrente exercício. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 23/07/1859, p. 2)

O financiamento da instrução pública estava incluso no orçamento provincial. Os relatórios do governo provincial registravam os gastos com cada setor. No caso da instrução, os gastos eram com ordenados e gratificações de professores e inspetores, com aluguéis de espaços para ensino, compra de materiais, contratação de pessoal, construção do Liceu, entre outros.

Entre os dias sete, 11 e 14 de abril de 1860, tomando de quatro a cinco das seis páginas do jornal, o Dezenove de Dezembro publicou um debate sobre os gastos provinciais referentes à instrução pública. Nos discursos, os deputados da Assembleia Legislativa empreendiam esforços para mostrar a relevância da instrução, bem como prestar contas junto aos leitores. A seção, realizada no dia 21 de março de 1860, levou várias edições para ser publicada.

No debate, dados de financiamentos da instrução pública foram mobilizados para argumentar que, desde 1854, havia ações e preocupações governamentais para com o progresso do povo na província do Paraná. Há falas do Sr. Presidente da província, Dr. Silveira da Mota, e de deputados, cada um colocando seus posicionamentos e manifestações a respeito dos investimentos. Nota-se um esforço do presidente em mostrar a relevância do ensino secundário para a província e de convencer que os valores gastos com a educação eram investimentos para o crescimento e progresso da província:

Applaudo porque entendo que a civilização é que hade crear a riqueza, e que a educação do povo é uma necessidade de palpitante que deve andar com os meios /de provel-a na vanguarda de todas as outras. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/04/1860, p.2)

Nesse paiz em que o espirito publico está formado, e as idéas de ordem e obediência são naturaes, as condições de moraes e politicas determinam nuanças das classes. É por isso que a instrução secundária é tudo; ella se destina a uma aristocracia inteligente e poderosa. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14/04/1860, p.2)

No decorrer dos registros, foi abordado sobre a quantidade de inspetores na província, sobre o que eles deviam fazer e como estavam sendo realizadas suas atividades de inspetorias. Há menção às leis aprovadas relacionadas à instrução. Sobre os investimentos no Liceu da capital, há um certo detalhamento e um questionamento sobre a relação entre custeio das obras e número de alunos

aprovados nos exames de aptidão. Sobre o Liceu, também debateram a respeito dos salários de professores, a quantidade de professores, assim como as disciplinas ofertadas. Ademais, os parlamentares compararam, em vários momentos, como acontecia a instrução no Paraná em relação a outras províncias.

Uma das comparações foi entre o financiamento do Liceu do Paraná e o Liceu da Bahia. Mas já que historiei aos factos para melhor habilitar a uma verificação logica acerca da oportunidade, chamei em meu socorro a individualidade da província e suas funções, para demostrar a conveniência de crear uma instrução publica geral, uniforme e perpetua, na razão da ação que tem a desempenhar, invoquei o exame comparativo com províncias que podem dár lições na matéria, para achar a confirmação da conveniência pelos resultados; notei vantagens praticas que já tem tirado o lyceo; seja-me permittido apreciar os princípios e doutrinas que o Exm. Presidente da província invocou na sua argumentação [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14/04/1860, p. 2)

Havia a intenção de convencer que as verbas destinadas à instrução eram investimentos e que, embora ainda tivessem poucos alunos usufruindo desses benefícios, a finalidade era instruir a população amplamente, de forma padronizada.

Outra maneira de observar os investimentos relacionados na instrução eram os relatórios publicados no Dezenove de Dezembro. Ao abordar sobre recursos e financiamentos, os gastos previstos com instrução pública eram apresentados no jornal, juntamente com os demais gastos do governo provincial e a estimativa de arrecadação para o ano financeiro. Conforme apresentado na tabela, a seguir, o governo provincial fazia uma estimativa dos gastos e despesas para o ano financeiro, sendo detalhado cada repartição e as destinações com valores para cada finalidade.

Tabela 4: Previsão de despesas para a província paranaense e relação com a instrução pública 1855-1869

Ano	Legislação	Despesa total da província	Despesa com a instrução pública	Data de publicação no jornal	Porcentagem gasto com a instrução
1855	Lei Nº 37 de 07/04/1855	165:624\$232 rs.	17:920\$000 rs.	15/08/1855	10,81%
1856	Lei Nº 12 de 30/04/1856	254:252\$000 rs.	26:082\$000 rs.	11/06/1856	10,25%

1857	Lei Nº 30 de 12/03/1857	400:253\$500 rs.	43:930\$000 rs.	06/06/1857	10,97%
1858	Lei Nº 42 de 17/03/1858	415:158\$490 rs.	54:235\$329 rs.	17/04/1858	13,06%
1859	Lei Nº 58 de 09/03/1859	269:489\$000 rs.	53:897\$665 rs.	04/06/1859	19,99%
1860	Lei Nº 64 de 30/03/1860	262:763\$000 rs.	48:778\$332 rs.	30/05/1860	18,56%
1863	Lei Nº 97 de 11/04/1863	260:593\$083 rs.	30:900\$000 rs.	02/05/1863	11,85%
1864	Lei Nº 107 de 24/04/1864	307:952\$868 rs.	42:588\$734 rs.	21/05/1864	13,82%
1865	Lei Nº 115 de 06/06/1865	247:929\$747 rs.	48:432\$774 rs.	21/06/1865	19,53%
1866	Lei Nº 143 de 20/04/1866	243:060\$564 rs.	48:358\$000 rs.	09/05/1866	19,99%
1867	----	211:255\$000 rs.	42:528\$000 rs.	22/05/1867	20,13%
1868	Lei Nº 176 de 16/04/1868	278:127\$339 rs.	52:745\$895 rs.	02/05/1868	18,96%
1869	Lei Nº 196 de 31/05/1869	497:653\$579 rs.	54:394\$000 rs.	09/06/1869	10,93%

Elaborado pela autora

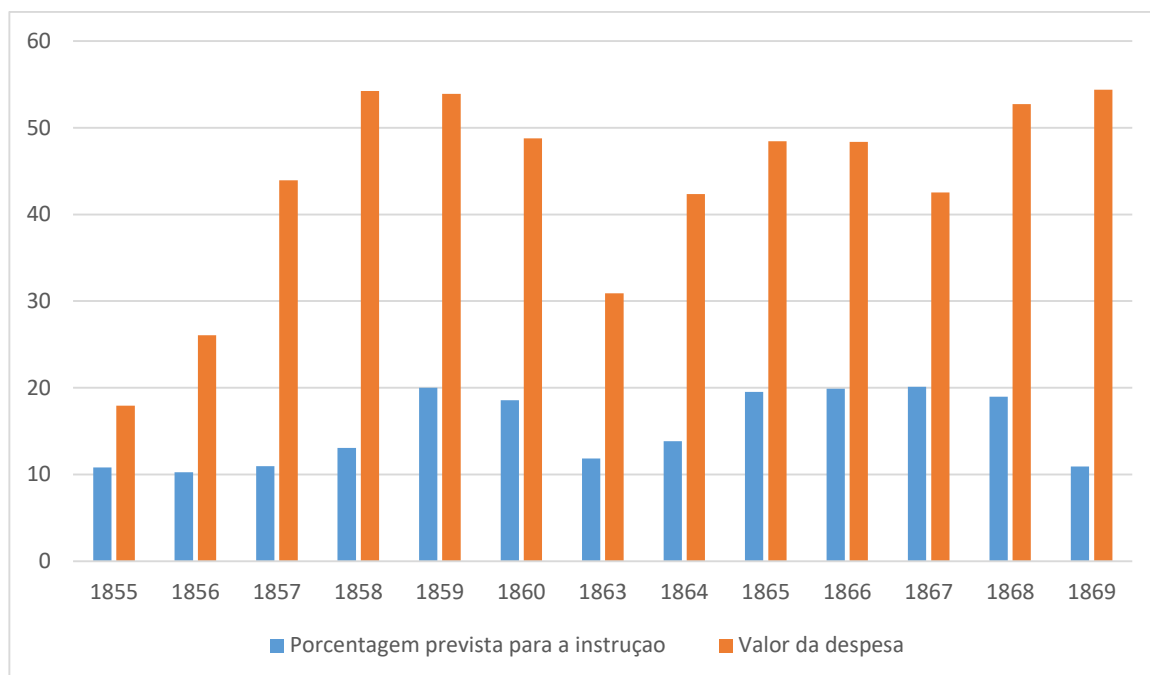
A tabela 4 (quatro), que trata a respeito das despesas da província paranaense, inclusive, trazendo dados sobre as propostas de verbas para a instrução pública, foi elaborada com base nas publicações realizadas no jornal Dezenove de Dezembro, em grande parte, as informações estavam presentes nas primeiras páginas do jornal. A previsão de despesas era realizada sempre anteriormente ao ano de vigência e previa as despesas para o próximo ano financeiro na província, o ano financeiro era compreendido em um período de primeiro de julho do ano em vigência até dia 31 de junho do ano seguinte. A aprovação da legislação com a previsão dos gastos era feita sempre em um período anterior ao mês de junho e sua publicação no jornal acontecia entre os meses de abril e agosto. Ressalta-se que a tabela ficou delimitada com um período de 13 anos, iniciando em 1855 até o ano de 1869, sendo que não se encontraram dados de despesas para o primeiro ano de publicação do

jornal, 1854, ainda nos anos de 1861-1862, devido à interrupção de publicações por um período, também não constam informações sobre despesas do governo ou relatórios de gastos para efeito do presente levantamento.

Conforme a tabela, o governo provincial apresentava um relatório com os valores que seriam investidos na província no decorrer do ano financeiro, trazendo detalhados os gastos com cada repartição. Na tabela, mostram-se os valores destinados à instrução pública em cada ano em vigência. Porém, para uma análise comparativa dos valores gastos com a instrução pública em relação ao valor total gasto na província paranaense, foi feito um levantamento contendo a despesa total da província, a despesa com a instrução e a porcentagem destinada à instrução pública em relação ao montante total.

Os anos que tiveram um maior valor de verba para a instrução pública foram 1869 com um valor de 54:394\$000, seguido de 1858 com um total de 54:235\$329. Porém, ao comparar com as despesas totais e investimentos na província, os anos mencionados tiveram uma porcentagem de investimento de 10,93% e 13,08%, respectivamente, destinados à instrução pública, sendo que o ano que obteve uma maior porcentagem com a instrução pública foi 1867, com 20,13% com um valor de 42:528\$00, seguido de 1866, com 19,99% e um total de 48:358\$000. Já se tratando dos anos com um menor valor de investimento em instrução, tem-se 1856, com um percentual de 10,25% e um montante de 26:082\$000, na sequência, tem-se 1855, com o valor de 17:920\$232 equivalente a segunda menor porcentagem (10,81%).

Observando os dados da tabela e o gráfico a seguir, verifica-se que os valores gastos com a instrução pública tiveram uma variação entre os anos analisados, mas as baixas e os aumentos na destinação de verbas não ocorreram somente com a instrução pública, percebendo-se com o total de despesas da província.

Gráfico 2: Investimentos com a instrução pública 1855-1869

Elaborado pela autora

Os dados apresentados, retirados do jornal, resultam de relatórios e legislações que estabelecem a previsão de gastos com a instrução pública, não foi possível fazer um mapeamento dos valores reais gastos com a instrução pública. Os dados apresentam um panorama sobre as destinações de verbas para a instrução pública e as oscilações nos valores.

O valor destinado à instrução pública ficou entre 10% e 20% do valor total das despesas do governo. Dentre esses investimentos, incluía-se o pagamento de salários dos professores, inspetores, secretários, aluguéis de casas, materiais e utensílios para as escolas. A variação do montante financeiro de recursos afetaria de forma significativa a promoção da instrução pública.

Nas imagens 3 (três) e 4 (quatro), a seguir, há um exemplo de relatório com a previsão de gastos com a instrução pública para o período entre 1865-1866.

Imagem 3: Relatório sobre investimentos com a instrução pública 1865-1866.

§ 6.º — Instrucção publica:		
Inspector geral	Ordenado .	800\$000
	Gratificação	400\$000
Secretario	Ordenado .	350\$000
	Gratificação	100\$000
Ordenado a 29 cadeiras definitivas de instrucção primaria		26:200\$000
Onze ditas contractadas.		3:300\$000
Seis ditas novamente creadas		1:800\$000
Dous professores adjuntos		800\$000
Aluguel de casas para as escolas		2:100\$000
Moveis, utensis e eventuaes		500\$000
Ao professor de francez e inglez de Paranaguá	Ordenado .	1:000\$000
	Gratificação	80\$000
Ao professor de latim da mesma cidade, ord.	Ordenado .	1:000\$000
	Gratificação	200\$000
Ao dito de latim e francez em Antonina, ord.	Ordenado .	1:000\$000
	Gratificação	200\$000
		<hr/>
		39:830\$000

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/06/1865, p.1

Imagem 4: Relatório sobre investimentos com a instrução pública 1865-1866-continuação

Ao professor de latim e francez da villa do Principe	Ordenado	1:000\$000	
	Gratificação	200\$000	
A 1ª cadeira de instrucção primaria da capital elevada a categoria de 2ª ordem		400\$000	
Professores jubilados e aposentados		2:722\$774	
A dois professores de sciencias do lyceu, ord.	Ordenado	2:400\$000	
	Gratificação	480\$000	
A um professor de lingua	Ordenado	1:000\$000	
	Gratificação	200\$000	
Accio do lyceu		100\$000	
Expediente		100\$000	48:432\$774
		<hr/>	
Fica o governo autorizado a reformar o regulamento da instrucção publica como julgar conveniente, tendo em vista a disposiçao da lei promulgada este anno sobre professores.			

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/06/1865, p.2

A proposta de orçamento geral é para o período de julho de 1865 a junho de 1866, com a quantia estimada em 247:929\$747, isso incluindo diversas repartições e ações do governo. Para instrução pública, a quantia prevista foi 48:432\$774, incluindo pagamentos de professores de escola primária e do Liceu, remuneração salarial do inspetor geral e do secretário da instrução, aluguel de casas para escolas, móveis e utensílios e com higiene do liceu. Ainda consta, na publicação, que, caso fosse necessário, os valores poderiam ser alterados.

Além disso, conforme apresentado no jornal, o governo provincial fazia previsão dos gastos para o seu ano financeiro e da arrecadação para atender o orçamento do mesmo período.

Imagem 5: Finanças da província paranaense 1860-1866

<i>Receita</i>		
Exercícios	Orçada	Arrecadada
1860 — 1861	233:871U000	304:315U076
1861 — 1862	303:688U832	230:409U834
1862 — 1863	307:723U000	177:249U083
	845:282U832	711:973U993
1863 — 1864	210:593U083	222:625U236
1864 — 1865	274:873U000	188:900U129
1865 — 1866	218:220U000	193:752U525
	703:686U083	605:277U890
<i>Despeza</i>		
Exercícios	Fixada	Paga
1860 — 1861	257:238U911	241:124U931
1861 — 1862	324:478U500	283:130U452
1862 — 1863	329:382U547	212:348U718
	911:099U958	736:604U101
1863 — 1864	260:593U083	178:866U788
1864 — 1865	307:942U868	214:030U946
1865 — 1866	247:929U747	273:158U664
	816:465U698	666:056U398

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/05/1867, p. 2.

Exceto o período entre 1860 e 1861, o governo provincial relatava que, entre 1861 e 1866, a arrecadação foi menor que o orçamento previsto, assim como o pagamento das despesas fixadas também havia sido insuficiente. Por outro ângulo, no caso da instrução pública, eram frequentes atrasos de pagamentos de ordenados dos professores e de aluguéis dos espaços utilizados para ensino, bem como fechamento de cadeiras de primeiras letras.

Imagem 6: Quadros comparativos de receitas e despesas entre 1865-1869

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPEZA DOS EXERCÍCIOS DE 1867 A 1868 E 1868 A 1869.				
EXERCÍCIOS	RECEITA		DESPEZA	
	Orçada	Arrecadada	Fixada	Paga
1867 a 68 . . .	275:211\$560	408:473\$678	275:211\$560	285:886\$967
1868 a 69 . . .	333:497\$399	530:008\$822	333:497\$399	395:858\$391
Diferenças . . .	58:285\$839	121:535\$144	58:285\$839	109:971\$424

QUADRO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA PARA OS EXERCÍCIOS DE 1865 A 1869, COM A ARRECADADA NOS MESMOS EXERCÍCIOS.				
EXERCÍCIOS	RECEITA		DIFERENÇA A FAVOR	
	Orçada	Arrecadada	Da orçada	Da arrecadada
1865 a 66 . . .	247:929\$747	309:308\$593	\$	61:378\$846
1866 a 67 . . .	274:060\$594	311:382\$759	\$	37:322\$165
1867 a 68 . . .	275:211\$560	408:473\$679	\$	133:262\$119
1868 a 69 . . .	333:497\$399	530:008\$822	\$	196:511\$423

QUADRO COMPARATIVO DA DESPEZA FIXADA PARA OS EXERCÍCIOS DE 1865 A 1869, COM QUE FOI PAGA POR CONTA DOS MESMOS EXERCÍCIOS.				
EXERCÍCIOS	RECEITA		DIFERENÇA A FAVOR	
	Fixada	Paga	Da fixada	Da paga
1865 a 66 . . .	247:729\$747	290:118\$137	\$	42:388\$390
1866 a 67 . . .	274:060\$594	269:355\$283	4:705\$511	\$
1867 a 68 . . .	275:211\$560	285:886\$967	\$	10:675\$407
1868 a 69 . . .	333:497\$399	395:858\$391	\$	62:360\$192

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/05/1870, p,1

Nota-se, primeiramente, que há divergências entre os valores relatados e publicados (imagens 5 e 6) referentes ao exercício 1865-1866. Segundo, o governo

provincial (1867-1869) contou com arrecadação maior do que a previsão orçamentária e gerou saldo positivo na relação entre despesas fixadas e pagamentos. Neste sentido, tratava-se de uma questão de gestão financeira e de prioridades administradas pelo governo provincial, pois, como evidencia o gráfico 2 (dois), apresentado em páginas anteriores, o percentual de recursos previstos à instrução pública entre 1859 e 1865 sofreu redução, voltando ao patamar percentual de 1858, somente em 1866 e em 1869 sofreu outra redução. Tal realidade dificulta compreender a instrução pública como uma prioridade crescente em termos de financiamento que deveria custear ordenados, gratificações, aposentadorias, jubilações, estabelecimentos de ensino, expediente administrativo, obras, reformas, materiais para as escalas.

3.3.3 Materiais para as escolas

A partir dos dados identificados no jornal, os materiais utilizados pelos alunos nas atividades de ensino podem ser o que mais aproxima da prática docente. Os materiais utilizados eram enviados pelo governo provincial e outros eram propagandeados comercialmente no jornal.

Escolas, colégios e casas escola eram locais onde aconteciam atividades de ensino de primeiras letras e de Ensino Secundário. Eram locais de trabalhadores da profissão docente e deveriam ser subsidiados com materiais de ensino.

Os materiais de ensino geralmente eram adquiridos pelas famílias que deveriam fazer a compra para que os alunos pudessem utilizar durante as aulas. Porém, em alguns momentos, o governo provincial efetuava a compra de materiais para serem destinados às escolas.

No registro a seguir, é mencionado sobre materiais de ensino destinados às crianças pobres e que foram adquiridos na província do Rio de Janeiro:

De ordem do Il^{tm.} Sr. Dr. Inspector geral da instrução publica se declara, que chegaram a esta repartição os utensis mandados vir do Rio de Janeiro para serem distribuídos pelos alumnos pobres das diversas escolas da província. Secretaria da inspeccoria geral da instrucção publica do Paranã, 5 de maio de 1860. – O secretário interino, Porfirio de Aurelio de Mariz Nogueira. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/05/1860, p. 4)

O registro não descreve quais foram os materiais adquiridos. Em um outro registro, tem-se o material didático de ensino religioso e um de agricultura, que foram adotados para serem utilizados nas escolas paranaenses:

Ao Dr. Inspector geral da instrução publica, remetendo 80 exemplares do Cathecismo, de Agricultura do Dr. Antonio de Castro Lopes, afim de serem distribuídos pelos professores das cadeiras de 1.^a lettras do sexo masculino da província (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/05/1863, p. 3).

A aquisição dos exemplares de catecismo e de agricultura deu indício de que o professor de primeiras letras ensinava para além dos saberes elementares (ler, escrever e contar). Contudo, há poucas notícias informando o envio, por parte do governo, de livros, cartilhas e manuais didáticos aos estabelecimentos de ensino, o que instiga a pensar que muitos dos materiais deveriam ser adquiridos pelas famílias responsáveis pelos alunos.

Sobre os materiais, um assunto que mais foi noticiado no jornal diz respeito aos utensílios e móveis para os locais de ensino, totalizando 69 registros. O assunto aparece de diferentes formas, na maioria, os professores solicitavam o pagamento pela compra de materiais para uso nas escolas, incluindo penas, papéis, móveis, dentre outros.

Nas notícias sobre tais pagamentos, ainda tem-se ordens enviadas pelos inspetores da instrução pública e pela tesouraria provincial.

D. Maria Prudencia da Luz, professora da 1.^a cadeira de 1.^a lettras de Paranaguá, pedindo pagamento da quantia de 139U480, despendida com objectos para a sua aula. – Ao sr. Inspector geral para informar. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/08/1859, p. 1)

A' mesma, remetendo a conta, na importância de 61U500, do custo de moveis comprados para a escola de 1^a lettras de Antonina, afim de mandar realizar o pagamento ao respectivo professor Manoel Libanio de Souza- oficiou se ao Dr. Inspector geral da instrução publica. (DEZENOVE DE DEZEMBRO 30/12/1868, p. 2)

Nos registros, identificam-se o nome do professor, o valor reivindicado junto ao governo pela compra de materiais (móveis, utensílios) e o local de ensino. Contudo, deixam de anotar os descritivos dos objetos, o que, provavelmente, deve ter sido feito no documento emitido pelo professor para solicitação de pagamento.

Além de materiais de ensino adquiridos pelo governo provincial, o jornal propagandeava materiais a serem comercializados. Estes ganharam destaques entre as publicações do jornal, pois eram vendidos na Tipografia do Candido Martins Lopes

– editor e dono do Dezenove de Dezembro. A oferta de venda de materiais estava geralmente grafada na última página do impresso.

A oferta de venda de materiais no Dezenove de Dezembro aparece com uma quantidade expressiva de anúncios, totalizando 352 registros. Entre os produtos ofertados, encontram-se régua, pincéis, canetas, lápis, borracha, penas, estojos matemáticos, manuais didáticos, papéis.

No Dezenove de Dezembro, observa-se que, por vezes, era noticiado o material de ensino recomendado pelo governo provincial e, além disso, o material indicado estava sendo anunciado para venda pela Tipografia do proprietário do jornal, como é o caso de um material de catecismo:

Instrucção publica- o Dr. Inspector geral da instrucção publica acaba de adoptar para o ensino religioso das escolas um catechismo approved pelo Exm. Bispo diocesano (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/09/1860, p. 3).

Encontra-se, nas páginas do jornal, anúncio de materiais à venda com seus respectivos valores, os quais eram vendidos na tipografia de Candido Martins.

Imagem 7: Materiais à venda

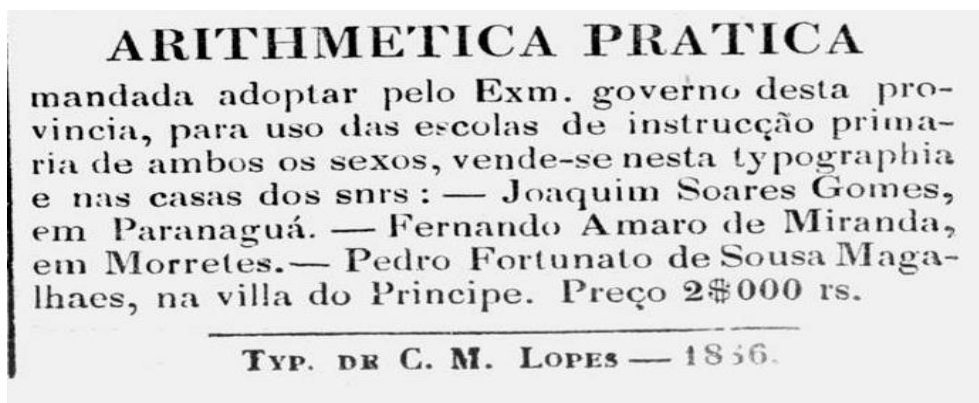
Para principiantes, vende-se nesta typographia :—	
1. ^a Collecção de cartas	100
2. ^a Dita de ditas	166
Noções de Moral	400
Catecismo pequeno	400
Rudimentos de Moral	500
Arithmetica Pratica.	1U000
Grammatica da Lingua Nacional	2U000

Na mesma casa fazem-se livros em branco de todos os formatos, e encontra-se sempre :—Papeis de venda de escravos—Procurações—Creditos—Passaportes—Mappas e certidão de matricula de escravos—Cartas de enterro—Pautas—Taboadas—Pennas de metal e de ave, &c., &c

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12/11/1859, p. 4

Os anúncios raramente apresentavam os valores dos materiais. Com o passar do tempo, romances, outros textos religiosos, utensílios eram anunciados à venda no jornal.

Imagem 8: Anúncio de material a venda- Aritmética prática

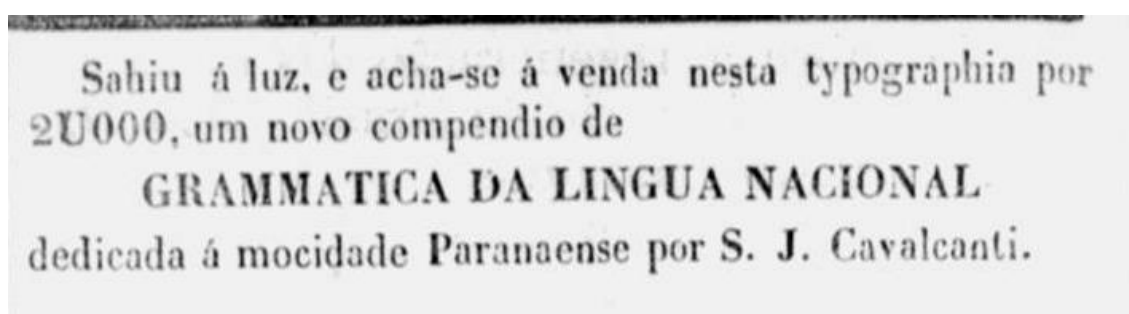


Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/12/1856, p. 4.

O manual de *Arithmética pratica* foi o mais anunciado. Logo que foi publicada a edição do material, ele foi aprovado pelo governo provincial como sendo oficial para uso nas escolas de instrução primária para ambos os sexos, ademais, o governo recomendava a todos a sua aquisição. O produto, contendo mais de 100 páginas, teve seu preço inicial em 2\$000 réis, mas, com a obrigatoriedade de seu uso nas escolas, o seu preço foi reduzido para 1\$000 réis e, para compras acima de 25 exemplares, haveria desconto de 20%. Anúncios desse manual de *Arithmética* estão publicados no jornal entre 1854 e 1859, o que indica produção e circulação do material.

Anúncios de venda do manual *Grammatica da Língua Nacional* também estiveram presentes em várias edições do jornal, no período entre 1857 e 1861.

Imagem 9: Anuncio de material a venda- Grammatica da Língua Nacional



Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/12/1857, p. 4

Nos anúncios do manual de *Grammatica*, não há muitas informações a respeito do que oferecia em seu conteúdo. Observa-se o valor de 2U000 réis por unidade. A produção é denominada de compêndio destinado à mocidade paranaense e tem, como autor, Sebastião José Cavalcanti. Cavalcanti, conforme notícias do jornal, também oferecia aulas particulares e, posteriormente, foi nomeado professor de Geometria do Liceu do Paraná.

Os manuais didáticos anunciados à venda no Jornal, de certa maneira, dão indícios dos saberes a serem disseminados pelos professores no ensino de primeiras letras e secundário. O tempo de anúncio no jornal indica o período de produção, de circulação e de uso, especialmente, recomendado pelo governo provincial.

Assim, os manuais didáticos e os demais objetos da cultura material escolar, embora não explicitem a atuação do docente na profissão, por outro lado, permitem compreender que o processo de ensino liderado pelo professor depende de investimento financeiro, para além do pagamento de ordenados, gratificações e aluguéis de espaço, bem como suas aquisições estão entrecruzadas com processo de profissionalização docente e de institucionalização da escola.

4. PROFESSORES: INSTITUIÇÕES E LOCAIS DE ENSINO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Para o estudo da profissionalização docente, um dos desafios é dimensionar como eram os locais de ensino no século XIX, onde os professores exerciam o seu trabalho. Ao focar as instituições educativas, por meio do jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870), de certa maneira, são reveladas condições da província do Paraná criada em 1853.

Ao tratar de escolas, colégios e de locais de ensino na província, considera-se que essas instituições tinham valor social, cultural e educativo. Ter uma escola como um local específico para a formação das crianças estaria relacionado ao desejo de progresso daqueles que futuramente seriam os adultos da sociedade. As instituições educativas colocavam-se como desenvolvimento civilizatório da sociedade.

O jornal Dezenove de Dezembro registra acontecimentos sobre o Liceu, o colégio subvencionado, no Colégio de Paranaguá, as casas escola, a Biblioteca Pública, o Arquivo Público, a fundação da primeira Escola Normal, entre outras. Desse modo, percorrem-se assuntos envolvendo a profissão docente e a sua relação com as instituições de ensino. Além disso, faz-se possível apresentar a Biblioteca Pública e o Arquivo Público como lugares educativos, culturais e de preservação da memória.

A institucionalização da escola vinha como um avanço para a sociedade paranaense no período provincial, do mesmo modo que o fechamento de um estabelecimento de ensino não era visto com bons olhos. O fato é que tinham fatores influenciadores na criação dos estabelecimentos de ensino, entre eles, os interesses políticos e sociais. De acordo com Anjos e Souza (2015), no século XIX, a realidade das escolas era bem diferente daquela proposta em leis.

O Dezenove de Dezembro noticiou alguns locais de atuação dos professores na província do Paraná, isto não significa que os professores atuavam necessariamente somente nesses locais abordados. Os locais representam uma realidade mais presente na província e marcada pela casa escola, pelo Liceu da capital, pelo Colégio de Paranaguá, pelo colégio subvencionado.

4.1 Casa escola e a cadeira de instrução primária

Um local pensado, planejado e organizado como um ambiente escolar voltado para a formação dos sujeitos e ao ensino de Primeiras Letras, de acordo com o que era desejado pelos professores, não era a realidade da escola na província paranaense. As casas escola não eram necessariamente planejadas para tal finalidade. No século XIX, na província do Paraná, as casas escola foram locais adaptados para o ensino, tais como salas alugadas ou um cômodo de uma casa que pudesse tornar-se uma sala de aula do professor.

As casas escola eram espaços frequentemente utilizados pelos professores para atuarem em sua profissão. Mas, por que esses locais tornaram-se tão comuns na recente província? Quais as finalidades dessas escolas? Os docentes que atuavam nessas escolas visavam quais ensinamentos para seus alunos? Quais os requisitos para um professor ter uma casa escola em funcionamento?

Assim, como apresentado na segunda seção desta dissertação, a instrução pública no século XIX estava ligada à noção de civilização de um povo e de pertencimento social a um local em alvorecer com a província paranaense emancipada em 1853. A instrução pública era colocada como um alicerce para a promoção dos modos civilizados para viver em sociedade. Neste sentido, o docente era compreendido como um agente para civilizar e instruir a população em espaços específicos e em institucionalização.

Logo após a independência do Brasil, surgiu a necessidade de criar um sentimento de pertencimento à nação brasileira. Para essa finalidade, a escola era considerada como um local ideal para promover sentimentos de uma nova nação. Conforme Gondra e Schueler (2008, p. 28), “havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia ainda os brasileiros. Era preciso, então, construir um povo e uma nação”.

As instituições educativas, como o Colégio Pedro II, instalado em 1837, vinham com o intuito de formar um pensamento de povo brasileiro pertencente ao lugar nacional, com uma história em comum e formando o povo para viver em sociedade. A instrução pública, com o ensino elementar, ligaria os habitantes do Império e o governo, promovendo espaços de sociabilização e a formação de um sentimento de homem brasileiro.

A escola no século XIX tinha a incumbência de instruir, civilizar e formar uma nação pertencente ao território nacional. Entretanto, quais as condições que a recente província paranaense tinha para abrir uma casa escola ou colégio? A realidade apresentada no Colégio Pedro II não se fazia presente em todas as províncias, pelo contrário, a realidade das províncias era a de professores lecionando em espaços improvisados e precários.

A atuação docente nas casas escola refere-se à atividade de instrução pública na província do Paraná. Os professores particulares e as escolas particulares aparecem no jornal Dezenove de Dezembro em poucos registros publicados.

As casas escolas eram denominadas como cadeiras de ensino. Pelo jornal, pode-se acompanhar a abertura de criação de cadeiras, a destinação de recursos e a extinção delas. Percebe-se que as cadeiras tornaram-se comum em toda a província do Paraná, o fato se justificaria por poucos recursos para a construção de edifícios escolares, sendo que uma cadeira poderia ser instalada em um cômodo da própria casa do professor ou em um espaço alugado.

Com a criação da nova província em 1853, surgiu a necessidade de instruir essa população e, com isso, a criação de locais para ocorrer esse ensino, assim sendo, naquele contexto, as cadeiras de instrução primária e secundária foram criadas e assumidas pelo governo provincial.

Varias cadeiras de primeiras letras para ambos os sexos se creião em diferentes povoações, não escapando deste beneficio, mesmo alguns bairros populosos, onde o governo pode subvencionar pessoas que ali exerçao as funções de mestres, mediante uma indemnisação proporcional. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/09/1854, p. 3)

A necessidade de criação de cadeiras é um problema que se torna presente nas notícias propagadas pelo Dezenove de Dezembro. Conforme anunciado pelo jornal, foi autorizado criar cadeiras de ensino em todos os lugares, fosse cidade, vila, freguesia ou bairro, onde fosse necessário seria criada uma cadeira de primeiras letras. Já as cadeiras de ensino secundário passaram por outro processo, restringindo-se a locais mais populosos e diante da efetiva necessidade. Diante de tal determinação de abertura de cadeiras, concursos para contratar professores deveriam acontecer ou, ainda, havia a possibilidade de contratação temporária.

As escolas, colégios e outros locais específicos para o ensino eram poucos na província do Paraná. O fato é que os professores enfrentavam a realidade de lecionar em suas casas ou em um pequeno espaço alugado.

No Dezenove de Dezembro, em suas primeiras edições, há notícias relacionadas à abertura de estabelecimentos de ensino e às reformas de locais para tal finalidade. Identifica-se ainda uma notícia que o local da antiga cadeia seria reformado para atender a instrução pública.

A' thesouraria- Communico a v.s. para o devido conhecimento que, por portaria de 31 de outubro ultimo, resolvi mandar construir, pela planta levantada pelo engenheiro Emilio Gengembre, na rua da Assembléa, em o lugar da cadêa velha, uma casa com as accomodações necessárias para as aulas de ensino secundário, já creadas, e que para o futuro se hajão de crear. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 06/01/1855, p. 2)

Entre as edições do jornal, catalogam-se 14 registros mencionando a abertura de escolas e quatro sobre concertos e reformas. O baixo volume de notícias permite aventar a ideia de que o acesso à instrução pública era para poucos, e o acesso ao ensino privado ou particular ainda seria mais restrito.

As escolas geralmente funcionavam na casa dos professores e o governo financiava uma parte do aluguel, desde que o professor comprovasse a finalidade e prática de ensino no local. O auxílio financeiro para os custos com o local não vinha de forma rápida e fácil, dificultando administrativamente o trabalho dos professores. Em edições do Dezenove de Dezembro, há pedidos de professores pelo pagamento de aluguéis atrasados.

Quanto á casa, em que se tem de estabelecer a escola, concordo em que seja o inspector da instrucção daquelle districto autorizado a alugar uma, que sirva para o dito fim, e para a morada da professora, devendo ser paga pela fazenda a metade do respectivo aluguel. O que communico a vm. para o devido conhecimento, e em resposta sobre o dito officio. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/01/1855, p. 3)

O pedido e a solicitação de pagamento do aluguel estavam presentes em várias publicações do jornal.

N. 443- Emilia de Faria Erichsen, professora de 1^a. lettras de Castro, pedindo pagamento da quantia de 28\$000, importância do aluguel da casa onde lecciona. - A' thesouraria para informar." (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04/05/1859, p. 1)

Maria Prudencia da Luz, professora de 1.^a lettras de Paranguá, pedindo para ser paga de seus ordenados e aluguel da casa em que lecciona, vencidos de abril a junho do anno financeiro de 1858 a 1859- Informe a tesouraria. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27/08/1859, p. 3)

O processo de pagamento das despesas não era simples. O professor só receberia a quantia após comprovar estar lecionando no local. Tem-se um caso

publicado no dia 28 de novembro de 1855, no qual o governo provincial negou o pedido da professora pelo pagamento do auxílio de aluguel, alegando que ela morava na casa e poderia ajudar a pagar as despesas.

Os valores do auxílio para o aluguel dependiam de vários fatores, se a professora morasse na casa, o valor seria menor, além disso, havia subsídios destinados a pagamentos mensais para o auxílio com a despesa:

A' mesma- De acordo com a sua informação exarada no requerimento de D. Maria Candida de Oliveira Mascarenhas, professora de 1.^a letras do sexo feminino da villa de Castro, pedindo uma quantia para pagamentos dos alugueres da casa em que tem a dita escola, determino-lhe que mande entregar á dita professora mensalmente, a quantia de 5\$000, para que esse fim lhe marco. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/04/1855, p.3)

O pagamento dos aluguéis dos locais onde funcionavam as casas escola não era uma questão restrita aos professores, ele poderia ser intermediado pelos inspetores da instrução pública.

Ao barão do Tibagy, declarando lhe ter expedido ordem á thesouraria, afim de lhe ser paga a quantia de 120\$ rs., importância do aluguel de uma casa para a escola de 1.^a letras da Palmeira, de que foi encarregado; e outro sem, rogando-lhe queira informar se não será possível reduzir-se mencionado aluguel á 6\$000 mensaes, marcado pela tabella de 3 de novembro de 1857, e no caso negativo, se não haverá uma outra casa pelo aluguel estipulado. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/08/1860, p. 1)

As casas escola enquanto locais de ensino eram uma das denominações recebidas na província do Paraná. Elas também eram chamadas de cadeiras de ensino. Abrir uma cadeira de ensino em um local era como abrir uma escola. As cadeiras de ensino eram abertas de acordo com os pedidos que poderiam vir dos moradores, dos inspetores e de acordo com a demanda de alunos em um determinado local: “Um abaixo-assinado de vários moradores do Porto de Cima, pedindo a criação de uma aula de 1.^a letras do sexo feminino naquela freguezia. – A`informar o sr. Inspector geral interino.” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/04/1860, p. 1).

Quanto à abertura, aprovação e criação de cadeiras, no jornal, identificam-se 97 notícias. As notícias estão presentes em maior quantidade nos três primeiros anos de publicação do jornal 1854-1856, esse fato deve-se à nova província demandar a criação de cadeiras num novo momento político administrativo. Posteriormente, no período de 1865-1869, retornou o movimento de criação de cadeiras de ensino.

As cadeiras eram abertas seguindo a ordem numérica 1ª, 2ª, 3ª cadeira de ensino. Havia cadeiras masculinas e femininas. Dentre as exigências para a criação e manutenção de uma cadeira de ensino, tem-se a questão numérica de 20 alunos como demanda e, posteriormente, com frequência regular registrada pelos mapas mensais.

A criação de cadeiras era emitida pelo inspetor da instrução pública:

DIA 13- Ao inspetor geral da instrução pública- Accuso o recebimento de seu officio datado de hontem, no qual, expondo o estado em que achou as escolas do ensino primário das freguezias de Campo- Largo e Palmeira, propõe a criação de uma cadeira de ensino primário para o sexo feminino, não só para cada uma das referidas fregezias, como para a villa da Ponta Grossa que até agora se acha privada de uma escola para aquelle sexo; e em resposta tenho a dizer-lhe, que nesta data resolvi crear as três cadeiras que propõe, com o máximo de ordenado que marca o art. 15 da lei provincial n. 34 de 16 de março de 1846. O que lhe communico para sua intelligência. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26/09/1855, p. 2)

As cadeiras de ensino eram aprovadas e abertas conforme a demanda de alunos e por questões geográficas. Quanto aos primeiros anos da província, não há dados e estatísticas do número exato de cadeiras e alunos atendidos, mas, em 1866, foi publicado um relatório com dados de cinco anos pelo qual se visualiza a quantidade de cadeiras existentes.

A tabela 5 (cinco) apresenta o número de cadeiras e alunos registrados na instrução pública primária e secundária na província do Paraná:

Tabela 5: Relatório de cadeiras e alunos 1861-1867

Ano	Cadeiras	Alunos
1861	39	1583
1862	37	1454
1863	38	1601
1864	41	1605
1865	46	1532
1866	47	1642
1867	41	1429

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, março de 1866 e fevereiro de 1868.

Há uma crítica, no jornal, relacionada ao crescente número de cadeiras e a diminuição de alunos. Em 1863, havia 38 cadeiras e 1601 alunos, já, em 1865, teve um aumento de oito cadeiras e diminuíram 69 alunos frequentes, o que gerou uma média 33,3 alunos por cadeira. A discussão apresentada mostra a elevação dos gastos com a instrução primária e secundária, sendo que passou de 42:588\$734 para

48:432\$774 e, por conseguinte, houve a sugestão que se deveria fazer a extinção de algumas cadeiras. Assim, os alunos presentes nas cadeiras a serem extintas deveriam passar a frequentar a cadeira de ensino mais próxima e, no caso dos professores, eles ainda poderiam lecionar em outra localidade.

Ainda no que se refere aos dados, dos 1532 alunos que frequentaram as escolas públicas no ano de 1865, 1076 eram do sexo masculino e 456 do sexo feminino. Há uma diferença significativa, sendo que mais de dois terços dos alunos eram do sexo masculino. Essa diferença também pode ser notada, em proporção menor, quanto ao número de cadeiras, das 30 cadeiras vitalícias, 17 eram masculinas e 13, femininas. Já as demais cadeiras ocupadas por contrato temporário, apenas duas eram femininas e 14, masculinas.

Quanto à distribuição de cadeiras de ensino vitalícias e contratadas, tem-se um relatório de suas localidades. Conforme o relatório, Paranaguá era o local com mais cadeiras vitalícias, seguido da capital, Curitiba.

Imagem 10: Relação de cadeiras em funcionamento

Capital	4
S. José	2
Votuverava	1
Campo Largo...	1
Príncipe	2
Rio Negro	1
Castro	3
Palmeira	2
Ponta Grossa....	2
Guarapuava	1
Paranaguá.	5
Antonina.....	2
Morretes	2
Porto de Cima..	1
Ilha do Mel.....	1

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28/03/1866, p.1

Quando uma cadeira tornava-se vitalícia, com professor concursado, era uma garantia de sua existência no local. Caso o professor se aposentasse ou pedisse a jubilação do cargo, a cadeira entrava em concurso para ser ocupada por um novo professor. Já as cadeiras contratadas não tinham a mesma garantia, embora pudesse ocorrer o mesmo procedimento.

Na mesma edição do jornal, há um quadro indicando oito cadeiras vagas por falta de professores, sendo elas: Assunguy, Castro, Tibagy, Conchas, Bairro da Lança, Palmas, Anhaya e Votuverava. Apenas a última exigia docente do sexo feminino. Somando com o número de 46 cadeiras existentes em funcionamento, a província promovia o total de 54 cadeiras de instrução primária.

A divulgação na imprensa do número de cadeiras existentes na província vinha como uma forma do governo justificar o seu desempenho com os investimentos feitos na instrução pública. Por outro lado, as críticas relacionadas à instrução pública percorrem vários assuntos noticiados pelo jornal.

Na tabela a seguir, publicada no Dezenove de Dezembro em 1867, são listados dados de vinte e uma províncias brasileiras, tais como números de população, de escolas, alunos, despesas com a instrução pública.

Imagem 11: Relatório sobre as cadeiras de primeiras letras nas províncias do império

PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO	NÚMERO DAS ESCOLAS	NÚMERO DOS ALUNOS	IMPORTANCIA TOTAL DA DESPEZA COM A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	TERMO MÉDIO DA DESPEZA COM CADA ALUMNO	TERMO MÉDIO DOS ALUNOS PARA CADA ESCOLA	NÚMERO DE HABITANTES CORRESPONDENTE A CADA CADEIRA	RELAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR PARA A DA PROVÍNCIA
Amazonas	69:000	25	396	17:700\$000	44\$722	15	2,760	174
Pará	290:000	78	4.066	80:100\$000	19\$699	52	3,717	71
Maranhão.	330:000	80	3.254	58:382\$000	17\$941	40	4,125	101
Piauhý	180:000	40	1.014	25:520\$000	25\$167	25	4,500	177
Ceará	504:000	112	4.971	78:720\$000	15\$834	43	4,500	101
Rio Grande do Norte	202:000	48	1.087	31:000\$000	28\$518	22	4,208	185
Parahyba	250:000	71	1.800	64:750\$000	35\$972	25	3,521	138
Pernambuco.	620:000	141	5.324	167:270\$000	31\$418	37	4,397	116
Alagoas	250:000	85	3.885	89:000\$000	22\$908	45	2,911	64
Sergipe	170:000	78	3.074	43:020\$000	13\$994	39	2,179	55
Bahia	1.100:000	208	8.177			39	5,288	134
Espirito Santo	50:000	53	1.017	24:950\$000	23\$829	19	943	47
Rio de Janeiro	700:000	164	6.532	236:907\$200	36\$268	39	4,268	107
Município neutro	400:000	48	3.482	119:896\$121	34\$433	72	8,333	114
S. Paulo	700:000	152	7.021			46	4,605	99
Paraná	110:000	48	1.642	38:142\$000	23\$228	34	2,291	66
Santa Catharina	205:000	61	1.935	34:235\$000	17\$692	31	3,360	105
Rio Grande do Sul	380:000	168	7.046			41	2,261	53
Minas	1.200:000	321	18.067	231:400\$000	12\$807	56	3,738	66
Goyaz	121:000	66	1.540	30:180\$000	19\$636	24	1,833	78
Matto-Grosso	60:000	20	838	11:940\$000	14\$248	41	3,000	71

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/04/1867, p. 3.

A publicação desses dados comparando o número de cadeiras e os gastos com a instrução pública visava mostrar que a província do Paraná gastava mais com instrução que outras províncias como Pará, Maranhão, Ceará, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Ainda servia para argumentar que havia um maior número de escolas e um maior número de alunos por cadeira comparando com

algumas outras localidades. Essas comparações almejavam argumentar a proposta sobre como reduzir os custos com a instrução pública na província do Paraná.

Embora a província do Paraná gastasse mais que algumas províncias em relação ao investimento por aluno, havia outras províncias com gastos relativamente maiores, como é o caso do Rio de Janeiro, Paraíba, Amazonas e Espírito Santo. Porém, essa ponderação não está registrada na notícia publicada no jornal.

Muitas críticas estavam relacionadas ao excessivo número de cadeiras, assim dito pelas autoridades da província. Em uma observação quanto ao número de cadeiras por habitante, conforme os dados anteriores, a proporção da província paranaense é de 1 (um) para 2.291, perdendo apenas para as províncias de Sergipe com 1 (um) para 2.179, Goiás com 1 (um) para 1.833 e a menor proporção sendo a província do Espírito Santo de 1 (um) para 943. O Paraná estava entre as quatro províncias com maior número de cadeiras proporcionalmente ao seu número de habitantes.

Destaca-se que, em 1866, a Assembleia aprovou o regulamento que autorizava o fechamento de escolas primárias considerando o número de alunos frequentes, conforme segue:

Entra em 1.^a discussão o projecto n. 13 autorisando o governo a supprimir as escolas primarias que forem frequentadas nas cidades por menos de 25 alumnos, nas villas de 18; nas freguezias de 15 e nos bairros de 12. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 19/05/1866, p.2)

Com o fechamento de escolas, os professores deveriam ser transferidos para outra localidade, isso apenas para os professores definitivos. No jornal, identificam-se 12 casos de transferências. Os professores contratados deveriam ser dispensados pelo governo, nesse caso, identificando-se 15 notícias no jornal. O fechamento de escolas/cadeiras não seria algo favorável à imagem da província, pois, no século XIX, a abertura de escola representava sinal de progresso da população a instruir-se e civilizar-se.

A situação de efetivo exercício da profissão docente nas escolas da província do Paraná não eram as melhores possíveis. Havia instabilidade do local de trabalho, isso porque governantes operavam com o princípio de que a instrução onerava os cofres públicos.

De acordo com Lemos (2014), vários fatores dificultavam as condições das escolas e locais educativos na segunda metade do século XIX em todo Império. Entre eles, a falta de locais apropriados era o principal problema, visto que as aulas ocorriam

em salas e casas alugadas. “Trabalho ímprobo e fatigador, assim era retratado, pelos próprios professores, o trabalho de um professor primário da Corte Imperial, na segunda metade do século XIX” (LEMOS, p, 2014, p.6).

Essa realidade apresentada está relacionada à instrução pública, a seguir serão apresentados locais de ensino que recebiam subsídios do governo da província, mas que tinham cobrança de mensalidades.

4.2 Colégios particulares com formação específica.

Apresentam-se dois modelos de colégios que foram publicados no jornal Dezenove de Dezembro, embora com poucas notícias. O Colégio Paranaense, que era destinado à formação de meninas, e o Colégio União, para meninos.

Buscar a instrução, a educação e a formação dos sujeitos como uma forma de promover a organização da sociedade parecia ser uma questão em comum na província paranaense. A promoção de locais específicos para a formação de meninos e meninas era uma oferta aos pais como um investimento que estariam fazendo para seus filhos, colocando em colégios particulares, que ofereciam uma boa educação, ensinamentos morais e cristãos e ainda conhecimento para a formação intelectual de seus filhos.

Parte das notícias sobre esses estabelecimentos de ensino tem características comuns, são propagandas sobre o local, prometendo aos pais que matriculassem seus filhos no colégio para promover uma boa educação e formação. Os colégios ofereciam opções de alunos internos e externos. A opção de colégio internato era divulgada como uma alternativa para auxiliar os pais de localidades mais distantes no sentido de terem a oportunidade de matricular seus filhos em bons colégios. Os internatos ofereciam, além das aulas de instrução, o ensino de práticas de lavar e engomar as roupas e de promover os demais cuidados necessários diários.

Os colégios tinham vários regimes, como para alunos internos, semi-internos e externos:

Era designado aluno interno aquele que estava dentro, habitando na mesma casa, nas dependências do colégio, recebendo cama e comida (pensionato) e a instrução. Os alunos meio-pensionistas recebiam a instrução e uma ou duas refeições (meia-pensão), conforme o contrato; e os externos, que somente recebiam a instrução. (CONCEIÇÃO, 2019, p. 8)

Cada tipo aluno tinha um valor diferente. Para as famílias que moravam longe dos colégios, no caso paranaense, um localizava-se em Paranaguá e outro, em Curitiba, os pais deveriam deixar seus filhos em regime de internato. Ter esses colégios na província paranaense era considerado um avanço para os moradores financiarem uma educação de qualidade para seus filhos, pois antes os interessados tinham de matricular seus filhos em colégios localizados nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo maiores os custos, a distância e as dificuldades com o transporte.

Conceição (2016), ao tratar dos internatos na província do Sergipe, relata que as condições dentro dos colégios internos não eram as mais adequadas, havia superlotações, muitos castigos, descaso com a higiene, má formação para viver no mundo público, dentre outros problemas. Porém, para muitas famílias, o internato era a possibilidade de enviar seus filhos para cursar um ensino mais avançado.

4.2.1 O Colégio para meninas: Colégio Paranaguense.

Na província do Paraná, o Colégio Paranaguense destinava-se à educação de meninas. Ele foi uma proposta vinda do governo provincial e executada pela Madame Taulois e suas filhas. Promover uma boa educação para as meninas era uma forma de dar aos pais um local seguro e adequado para formar a mulher como boa mãe e esposa.

Na sociedade paranaense da segunda metade do século XIX, as mulheres estavam destinadas às tarefas materna, doméstica e artesanais (bordado e costura). Consideradas como sexo belo, elas deveriam ser doces, amáveis, com bom coração e espírito nobre.

As notícias publicadas no Dezenove de Dezembro sobre o Colégio para meninas foram 13, dão uma noção dos ensinamentos exigidos para uma dita boa formação no Colégio dirigido pela senhora Taulois.

Em um primeiro momento, a iniciativa de promover um colégio para formação de meninas partiu do governo provincial. O governo ofereceu uma quantia de 600\$000 réis anuais a uma pessoa que ficasse responsável por estabelecer na província um colégio com tal finalidade. Logo em seguida, a Assembleia Provincial registrou que uma pessoa ficou responsável por tal tarefa.

Ficou sobre a mesa da assembléa provincial, para ser lido amanhã, um projeto de lei concedendo a D. Carolina Taulois um auxilio de

600\$000 para abrir nesta capital um collegio para meninas (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/03/1856, p. 4)

Em discussão da Assembleia, datada em 15 de março de 1856, foi aprovado um aditivo financeiro, dobrando o valor de custeio do Colégio para 1:200\$000 réis anuais. A suplementação foi justificada para oferecer melhores condições às alunas. O novo valor continuou a ser desembolsado nos anos subsequentes.

Concedeste um subsidio de 1:200U000 réis a pessoa habilitada, que nesta capital estabelecesse um collegio para educaçao de meninas. (DEZENOVE DE DEZEMBRO 07/05/1856, p. 5)

Subvenção ao collegio de meninas da capital 1:200\$000 (DEZENOVE DE DEZEMBRO 17/04/1858, p. 1)

Para receber o subsídio do governo, como consta em uma publicação de janeiro de 1857, a diretora do colégio deveria comprovar que cumpria com os acordos e obrigações previstos pela lei.

O colégio, inicialmente, localizar-se-ia na capital, em Curitiba, porém por motivos de locomoção dos pianos na Serra do Mar, o estabelecimento instalou-se na cidade de Paranaguá. As aulas de piano tornavam-se essenciais para a formação de uma mulher culta para a sociedade do período.

O Colégio foi aberto em abril de 1856 na cidade de Paranaguá. Meses depois, a pedido de alguns pais, foi aberta outra unidade na Capital.

Collegio Paranaguense

Não existindo ainda na província do Paranã um estabelecimento que proporcione aos paes de família os meios de darem á suas filhas uma educaçao que esteja ao par de preencher seus desejos, e dos deveres que ellas serão chamadas a preencher como mães de família, madame Taulois e seus filhas, madame Gabrielle Jeanne e madame Eugenie V. Cadeac, se propõe a remover esse diffivuldade, fundando na cidade de Paranaguá um collegio de meninas que se abrirá no 1.º de abril deste anno de 1856. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02/04/1856, p. 3)

MADAME Taulois desejava retirar-se, porem tendo recebido peditórios de diferentes paes de famílias para ficar no collegio de Curityba com sua filha D. Gabriella, declara que está prompta a satisfazer os desejos dos illms. Snrs., com tanto que no prazo de três mezes da abertura do collegio, que vem a ser em setembro, possam reunir-se, pelo menos, as vinte meninas promettidas. Neste caso se julgará muito feliz por poder provar os illmes, snrs, que merece a confiança que se dignão mostrar-lhe. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/07/1856, p. 4)

O Colégio Paranaguense seguia, assim, as exigências do governo com as aulas de piano e ficaria sob a responsabilidade da Madame Taulois. Já a segunda

unidade em Curitiba, sendo inaugurada alguns meses depois, ficaria sob o comando de sua filha, Dona Gabriella.

No colégio para meninas, o trabalho docente deveria ensinar:

O ensino abrangerá:– leitura, escripta, grammatica nacional, língua franceza e ingleza, elementos da arithmetica, princípios geraes da historia e geografia universal com desenvolvimento especial concernente á historia sagrada, e historia e geografia do Brazil, musica, canto, piano, dansa, desenho, pintura e prendas domesticas, compreendendo todos os trabalhos de agulha, tapeçaria, bordados e crochet. Para que todas as meninas aprendão facilmente a fallar a língua franceza, no collegio não se fallará em outro idioma. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02/04/1856, p. 3)

Sobre o funcionamento do Colégio, as alunas externas teriam atividades das 9h às 15h30, seguindo o mesmo cronograma das demais alunas. Já para as alunas internas, as atividades iniciariam às 6h e encerrariam às 20h, contendo programas diferentes, sendo uma para as segundas, quartas e sextas e outra para terças, quintas e sábados, com horários para aulas, refeições e dois momentos para rezar durante o dia, sendo um ao acordar e outro antes de deitar. Havia também previsão de momentos para descanso ou passeio e as aulas de piano eram ensinadas constantemente.

Imagem 12: Regulamento do Colégio para as meninas

REGULAMENTO DO COLLEGIO.

PENSIONISTAS.

As segundas, quartas e sextas.

- A's 6 horas, levantar-se, vestir-se e rezar.
 7 " estudar as lições do dia.
 8 " almoço de garfo.
 9 " ler, escrever, contar, grammatica portugueza.
 11 " desenhar e pintar.
 12 " segundo almoço ligeiro, dança.
 1 " trabalho de agulha, crochet.
 3 1/2 " jantar.
 repouso ou passeio.
 6 " estudar as lições do dia seguinte.
 7 " cear.
 8 " rezar e deitar-se.

As terças, quintas e sabbados.

- A's 6 horas, levantar-se, vestir-se e rezar.
 7 " estudar as lições do dia.
 8 " almoço de garfo.
 9 " ler o francez, escrever, contar.
 11 " geographia e historia.
 12 " segundo almoço ligeiro, dança.
 1 " trabalhos de agulha e bordados.
 3 1/2 " jantar.
 repouso ou passeio.
 6 " estudar as lições do dia seguinte.
 7 " cear.
 8 " rezar e deitar-se.

O piano é constantemente leccionado.

EXTERNAS.

Estas seguirão o mesmo regulamento, unicamente virão para o collegio ás 9 horas e sairão ás 3 e meia.

Cada materia ensinada separadamente no collegio se pagará:— por doze lições 6\$000, sendo só occupada a hora que se convencionar.

As pessoas que desejarem tomar lições particulares em suas casas pagarão 1\$500 por hora.

As meninas que dormirem no collegio devem trazer:— sua roupa e um vestido preto para ir á missa, roupa de cama, colchão e travesseiro, um espelho, pente fino, dito de alizar, escova de dentes, dita de unhas, banha para o cabello, e sabonete.

Paranaguá, 20 de março de 1856.— *Zoé F. Taulois, Gabrielle Jeanne, Eugenie V. Cadeac.*

Como consta no regulamento, as alunas internas deveriam levar seus objetos de uso pessoal, roupas, colchão, travesseiro, pente, espelho, sabonetes e demais objetos de higiene. Subentende-se então que valores referentes às mensalidades e subsídios ficariam para pagamento das professoras, cuidadoras, alimentação e demais despesas com o estabelecimento.

Em uma publicação, na seção *Aviso* do jornal *Dezenove* de Dezembro, há um registro de contratação de uma pessoa para acompanhar as meninas durante suas tarefas diárias:

PRECISA-se no collegio da capital, de uma senhora, viúva ou solteira, de bom comportamento, que saiba cozer e engomar. É para o serviço exclusivo das meninas, jantando na mesma meza e dormindo na mesma sala [...]” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 13/08/1856, p. 4).

A candidata não precisaria de uma habilitação ou formação como professora, deveria apresentar boa conduta, saber lidar com os afazeres domésticos e ter disponibilidade pessoal, isenta de cônjuge. Como o Colégio era particular, as contratações poderiam ser feitas diretamente entre as proprietárias e as candidatas ao posto.

Ressalta-se que a experiência do Colégio para meninas não era a realidade e condição de todas as famílias da província paranaense. Embora o governo provincial subsidiasse anualmente com a quantia de 1:200\$000 réis, a instituição cobrava mensalidades no valor de 25\$000 para alunas pensionistas sem aula de piano, com as lições do instrumento passava a ser 30\$000 mensalmente, para as alunas externas o valor da mensalidade era 10\$000 e, para incluir as lições de instrumentos, havia um acréscimo de 5\$000 mensais. Havia também despesas com livros e papéis que também ficavam sob a responsabilidade dos pais. Além desses valores, as alunas que desejassem ter lições separadamente pagariam 6\$000 por doze lições ou 1\$500 por hora para aulas particulares em casa.

As famílias residentes em Paranaguá e na Capital, locais onde estavam os colégios, ainda poderiam matricular suas filhas como alunas externas com um valor mais acessível, as demais famílias morando em outras localidades teriam de optar, geralmente, pelo regime de pensionato, elevando os custos com mensalidade.

De fato, o Colégio não era realidade econômica para a maioria das famílias e suas filhas. Por isso, o regulamento do colégio previa a possibilidade de gratuidade

para aulas na opção internato, para isso, contava-se com o financiamento do governo provincial Para as beneficiárias da gratuidade, a única condição imposta era que, depois de formadas, deveriam obrigatoriamente atuar no magistério público como uma forma de retribuir aos cofres públicos.

No Art.1º fala que será obrigatório receber alunas internas gratuitamente, estas que ficaram sobre cargo do governo suas responsabilidade. [...]

Art 4.º Os pais ou tutores das alumnas, que houverem de ser admitidas no collegio como pensionistas da província, se obrigarão, por contracto passado perante o inspector geral, com todas as solemnidades legais, a destina-las ao magisterio publico, quando, depois de concluída a educação das mesmas, se acharem habilitadas para isso, sob pena de restituírem elles aos cofres da província, com o juro de 6 por % as mensalidades despendidas durante todo o tempo de educação das mesmas (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/01/1857, p. 2)

O colégio não tinha disciplinas específicas para a formação de professoras e nem a província tinha ainda escola normal para com essa finalidade. No entanto, o governo provincial encontrou uma maneira para formar professoras que, uma vez em exercício na profissão docente, também disseminariam os valores da boa educação exigida socialmente.

É preciso considerar a hipótese de que para as meninas e mulheres das camadas mais desfavorecidas, a escola primária, ao pretender promover a aprendizagem dos trabalhos de agulha, pode ter representado um meio de preparo para o exercício dos ofícios remunerados, o que era fundamental para a sobrevivência daquelas mulheres e suas famílias. Para muitas meninas, a escolarização também abriu as portas do magistério público. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 205)

No Dezenove de Dezembro, identifica-se também um anúncio de outro colégio para meninas, localizado na Capital em Curitiba, oferecendo aulas de artesanatos e francês. A professora não se restringe a ensinar meninas, mas a qualquer mulher interessada em aprender.

COLLEGIO DE MENINAS

NO SOBRADO DO SR. ANTONIO FRANCO NO ENGENHO VELHO
Madame Mariette, ex- professora de bordados, costuras e trabalhos a crochet em um dos mais afamados collegios da Europa, oferece-se a dar lições de todas as classes de bordados em ouro, seda e lã; assim como de todas as classes de costuras, e quaisquer outras habilidades de agulhas. Outrosim, leccionar em seu collegio o idioma francez a qualquer senhora que queira aprender.

Conhecendo a professora que se tornará difícil aos pais de família de fora que enviarem diariamente suas filhas ao collegio, declara que receberá pensionista.

No mesmo collegio se aprontam com a maior perfeição quaesquer modas para senhoras, para quem sempre haverá figurinos das ultimas modas de Pariz e do Rio de Janeiro. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/09/1858, p. 4)

O Colégio seria dirigido por Madame Mariette, que é anunciada como ex-professora vinda da Europa e como uma pessoa atenta à moda parisiense e fluminense. O Colégio também receberia alunas internas.

Mais um estabelecimento que propunha a educação para meninas ancorada na economia doméstica e no embelezamento feminino previsto nos códigos de etiquetas europeus. “Para as moças da elite, era obrigatório saber piano, inglês e francês, canto e tudo o que permitisse ‘brilhar’ nas reuniões” (PRIORE, 2016, p. 286). A realidade provoca a pensar que quanto menos a mulher estudasse, melhor seria para o avanço da sociedade patriarcal.

4.2.2 Colégios para meninos

No jornal Dezenove de Dezembro, identificam-se notícias sobre o Colégio de Joinville, o Colégio União e uma menção feita ao Colégio Militar. Foram estabelecimentos onde os professores ensinariam para meninos.

Em 1866, o jornal noticiou que se encontrava em funcionamento o Colégio de Joinville há um ano e meio, com a temporalidade anunciada desejava-se demonstrar a garantia de qualidade para as famílias que pretendessem matricular seus filhos. O “Collegio de Meninos em Joinville, Colonia D. Francisca”, era o mais propagandeado no jornal, atingindo 20 registros até 1870. Suas propagandas informavam, geralmente, o local, regulamento, normas, lista de materiais e preços do estabelecimento de ensino, bem como as suas condições para receber os alunos no que diz respeito à alimentação, higiene e asseios pessoais. O Colégio definia-se como um lugar de moral cristã e de bons ensinamentos de “[...] primeiras letras, grammatica portuguesa, arithmetica, geometria, historia sagrada, geral e pátria, geographia allemão, latim, francez, inglez, historia natural, physica e gymnastica” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28/11/1866, p. 4). Os valores para alunos pensionistas previam para o ensino de primeiras letras 250\$000rs por ano, e para aqueles que quisessem aprender línguas 300\$000rs anuais. O pagamento deveria ocorrer no primeiro

trimestre, isto é, adiantado. Havia um pagamento extra de 20\$000 réis anuais para que cada aluno tivesse suas roupas lavadas e engomadas. Os matriculados deveriam levar: “camas, escovas, pentes, bacias, roupa, que deve ser marcada, calçado que seus pais julgarem necessário para os filhos andarem decentes dentro e fora do collegio”.

O Colégio anunciava disponibilizar aos meninos comida em abundância, em um local em perfeitas condições de higiene e que, em caso de doenças, os pais seriam avisados para pagarem o médico e os remédios (botica). Contudo, o Colégio ficava localizado na província de Santa Catarina, na cidade de Joinville, e ele tentava receber meninos da província paranaense.

Também localizado em outra província, encontrava-se o Colégio União, situado na cidade de São Paulo. Como estratégia de negócio, o Colégio utilizava o jornal Dezenove de Dezembro para ampliar o seu número de matrículas de meninos e moços de diferentes idades.

COLLEGIO UNIÃO

Para a educação de moços e meninos de todas as idades. O abaixo-assinado em uma grande chácara da imperial cidade de S. Paulo, e auxiliado por escolhidos mestres, convida os Srs. Pais de família desta província para mandar seus filhos para o collegio, onde ensina primeiras letras, latim, francez, inglez, arithmetica, e geometria, rhetoriaca e pratica, philosophia, historia e geographia recebendo uma pequena quantia de 100\$000 por trimestre e 10\$000 de entrada.

[...]

Ficando sob a direção de Julio Mariano Galvão de Moura Lacerda (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26/06/1867, p. 4)

Para os ensinamentos dos meninos, segundo a propaganda do Colégio União, o estabelecimento contaria com escolhidos mestres, o que garantiria o ensino tanto das primeiras letras como de saberes mais específicos em línguas, ciências naturais e humanidades.

O Colégio União e o de Joinville estrategicamente utilizavam o jornal para ampliar negócios voltados à educação de meninos em nível primário e secundário. Porém, no limite temporal desta pesquisa (1854-1870), não se encontrou notícias do mesmo teor sobre colégios localizados na província paranaense. A ausência não permite afirmar a inexistência. Na realidade paranaense, o ensino secundário, particularmente ofertado no Liceu, ganhará notoriedade.

4.3 O Liceu e o colégio subvencionado da Capital: locais para o ensino secundário paranaense.

Ter uma proposta de ensino secundário estava vinculado à ideia de progresso para a recente província do Paraná, que deveria garantir a formação da mocidade para ingresso em carreiras superiores. A Assembleia Legislativa debatia acerca do assunto desde quando ocorreu a emancipação política do Paraná, em 1853.

Constata-se que já existia um Liceu em Curitiba, anteriormente ao desmembramento da província paulista, porém ele não se encontrava em funcionamento de suas atividades, conforme noticiou, em 1854, o Dezenove de Dezembro.

Tem ella um lycêo creado pela lei n.33, de 13 de março de 1843, de 16 de março de 1847, o qual porem inda não foi levado a effeito, existindo apenas duas escolas de 1^a. letras para meninos, e uma para meninas. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/11/1854, p.3)

O Liceu foi criado por lei, porém não foi instalado no período que a 5^a Comarca de Curitiba pertencia à província de São Paulo. No local, onde funcionaria o Liceu, passou a operar um internato que ensinaria saberes elementares e saberes para ingresso nas academias do Império, conforme nota-se no discurso feito pelo Presidente da Assembleia Legislativa, o senhor Vigário Damaso José Corrêa, e aprovado com a Lei nº 12 de 30 de abril de 1856.

A converter o lycêo em um internato, em que ensinem-se, além de outras matérias, os preparatórios, exigidos para as academias do Império [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/05/1856, p. 5)

Art. 33. O governo fica autorizado a converter lycêo creado pela lei n. 33 de 1846, em um internato, no qual além das matérias declaradas no art. 21 daquela lei, haverá uma cadeira de instrução primária elementar, e outra superior, devendo também completar o ensino dos preparatórios exigidos para as academia do Império, e adicionar-se de princípios geraes de physica e chimica. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/07/1856, p. 1)

Na Assembleia, havia a defesa de criação e efetivação de um Liceu na capital Curitiba:

Também nos consta que se tracta de prover cadeiras de philosophia, rhetórica, francez e inglez, e latim, do lyceu. Não sabemos porque alegrámos tanto com essa notícia! Parece-nos que esta capital, logo que tiver um estabelecimento scientifico em regra, avultará de modo, a torna-se bem digna filha de Athenas brasileira, encantadôra Paulicéa. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14/05/1856, p. 1)

Na realidade paranaense, o Liceu de ensino secundário/científico seria a possibilidade de sequência de escolarização para os alunos formados nas escolas de primeiras letras e, por sua vez, novas possibilidades de atuação docente. Os parlamentares provinciais discursavam, que, no Brasil imperial, eram poucos estabelecimentos educativos de tal modalidade de ensino, sendo então uma árdua tarefa que, uma vez realizada, destacaria o valor da província na defesa da instrução da mocidade e no progresso da sociedade.

Especificamente sobre o Liceu do Paraná, no Dezenove de Dezembro, identificam-se 28 notícias contendo exaltações sobre o progresso da província, os valores gastos com a obra, chamada para pagamento de fornecedores da obra, contratação de professores e com concessão de espaço para a biblioteca e arquivo público. Também encontram-se 21 notícias sobre mapa de frequência dos alunos do Liceu, chamadas de matrícula, contratação de professores, organização do ensino e, posteriormente, sobre o fechamento do local para o início de 1869.

Sobre a construção do prédio do Liceu, o jornal publica, em diversos momentos, notificações de pagamentos pelas obras e verbas destinadas à obra.

Obras provinciais: Casa do lycêo12:000\$000 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/08/1855, p. 1)

O presidente da província fica autorizaço para despender, desse já, até a quantia de 6:000\$000 com a edificação da casa do lycêo (DEZENOVE DE DEZEMBRO 29/08/1855, p. 1)

Com pagamento da dívida da obra para o lycêo 4U000 (DEZENOVE DE DEZEMBRO 18/06/1856 p. 1)

As obras do Liceu não aconteceram de forma rápida e tranquila. Em outubro de 1856, as obras encontravam-se paradas, então o Sr. Manoel José da Cunha Bittencourt foi nomeado como encarregado para cuidar das obras. Em notícia do ano de 1857, há informações sobre o possível mês de entrega da obra: “Apesar da falta de alguns materiaes, tem os trabalhos marchado com regularidade, e pensa aquelle cidadão que poderão estar concluídos no mez de fevereiro próximo futuro” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/03/1857, p. 3). Mas, o estabelecimento foi inaugurado com aulas no ano seguinte, em julho de 1858, conforme noticiado: “Conta-nos que foram abertas as aulas do lyceu desta capital no dia 5 do corrente, e que

assistiu a esse acto o Ex. Sr. Presidente da província” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/07/1858, p. 2). O Período de obras do Liceu estendeu-se mais do que o esperado.

Além dos investimentos iniciais com as obras e reformas para a inauguração do Liceu, o governo provincial destinava um valor mensal de 8U000 réis para o pagamento do asseio do Liceu, destinado a manter a higiene e ordem do local. Em alguns meses, os valores eram enviados com atraso, chegando a serem pagos até três meses de uma vez. Parte do valor do asseio era para custear o trabalho do porteiro, um dos responsáveis pelos cuidados com o local.

Em três de julho de 1858, na seção *Editais*, o Dezenove de Dezembro divulgou informações sobre o funcionamento e ingresso de alunos no Liceu. As matrículas poderiam ser feitas até o final do mês de julho. Para ingresso, seria preciso obter aprovação no exame de instrução pública, comumente aplicado pelos professores que avaliavam estar ou não um aluno apto para frequentar o ensino secundário. Os dias, horários e locais do exame eram divulgados no Dezenove de Dezembro, assim como, posteriormente, o nome dos professores avaliadores e os alunos aprovados. Os alunos ingressantes teriam de pagar uma taxa fiscal de 5\$000 réis²⁸. O Liceu era custeado pelo governo da província no que diz respeito ao pagamento de professores, de obras para a execução e manutenção do local. Subentende-se que o aluno e seus responsáveis não teriam custos com mensalidades para frequentar o local, porém teriam custos com materiais como livros, papéis, tintas, penas.

No Liceu, as aulas aconteciam nos dias úteis iniciando às 8h e encerrando às 15h, com dois períodos de intervalo entre às 12h e 13h e entre às 14h e 16h. Não havia aulas as quintas-feiras, dias santos, festivos ou feriados. O ensino era organizado com saberes de Latim, Francês, Aritmética, Religião e Gramática, exigindo do professor uma certa especialidade.

Quatro professores, no ato de inauguração do Liceu, foram incumbidos dos ensinamentos e, para isso, cada um receberia um ordenado de 1:200\$000 e uma gratificação de 400\$000. A instituição ainda contava com um porteiro subordinado ao secretário, ambos tinham, como previsão de horário de trabalho, das 7h às 13h e das 15 às 17h.

²⁸ Os valores arrecadados com as taxas de matrículas do liceu estavam presentes nos relatórios de arrecadação provincial. “15. Matriculas de alumnos do lyceo 73\$000” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/05/1864, p. 3). Na pesquisa, não se identificou o pagamento de mensalidades.

No ano de 1860, houve aumento do número de professores, de turmas e disciplinas no Liceu. Em uma publicação, na seção de *Editais* do jornal, datada do dia 21 de janeiro de 1860, consta o horário diário e semanal de cada disciplina. Existiam, a partir dali, mais três classes de ensino 3ª, 4ª e 5ª, com aulas de Gramática, Filosófica, Religião do Velho e Novo Testamento, Latim, Francês, Aritmética, Geometria, Geografia, História, Filosofia e Inglês. As aulas aconteciam duas ou três vezes por semana.

Destaca-se que o Liceu do Paraná não foi uma realidade para todos os jovens em idade escolar, visto que, segundo os mapas de frequências e os exames publicados no jornal, era um pequeno número de alunos que frequentava o local e não há registro da opção regime de internato. O mapa de frequência de 1865 registra 21 alunos matriculados.

Imagem 13: Relatório de faltas dos alunos do liceu

NOMES	FRANCEZ	LATIM		ARITMET	TOTAL
		<i>De m.</i>	<i>De t.</i>		
Adolpho d'Olv. R. Franco (por doente)	..	1	1	..	2
Julio d'Oliveira Ribas Franco.
Celso Cesar da Cunha.
Iphigenio Benicio de Jesus	2	2	..	4
Julio Ribeiro de Campos	6	5	6	17
Francisco de Paula Ribeiro Vianna...
João Lustosa de Andrade.	4	4	1	3	12
João Baptista Ricardo Ribas.....	1	3	1	6	11
João Eneas de Paula.	4	4	4	12	24
João Baptista Bello.	18	4	9	21	55
Francisco de Almeida Torres.	6	14	29	21	70
Gabriel da Silva P. Ribas (por doente)	24	34	37	46	141
Constante Afonso Coelho	6	10	17	31	64
Luiz Ferreira França	46	10	13	91	160
João Antonio da Silva Braga Junior..					
	109	92	119	240	560

Em outros mapas, observam-se números semelhantes de alunos matriculados, com baixa variação. A frequência dos alunos no Liceu, assim como a sua aprovação nos exames, eram mecanismos para demonstrar rendimentos pessoais dos alunos, os trabalhos realizados no estabelecimento como uma espécie de prestação de contas ao governo e também para ampliar visibilidade de filhos de grupos condutores da sociedade local.

Em um relatório publicado no Noticiário do jornal, são relatados oito alunos do Liceu aprovados nos respectivos exames e cinco deles receberam uma menção honrosa. Após o extrato com as aprovações, tem-se uma mensagem de um professor:

As provas que depozestes perante a comissão examinador dão assaz um verdadeiro testemunho dos esforços que fizestes para vencer as dificuldades, que desenvolvimento da inteligência encontra na primeira idade. Achei-vos, pois, nessa senda de gloria, por onde a luz do entendimento, desenvolvido com a doutrina suave do Evangelho, vos guiara ao grandioso edifício da civilização christã. [...] Meus filhos, bem como a pedra preciosa para mostrar seu brilho natural, necessita de ser lapidada, assim vossa tenra idade, vosso espirito ainda pouco desenvolvido, necessita d'uma cultura mais elevada (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02/12/1868, p. 2)

O professor compara a necessidade da instrução na vida dos alunos com joias preciosas e com potencial para o sucesso. Contudo, a preciosidade precisaria ser desenvolvida por meio dos ensinamentos e da cultura promovidos pelos professores de referência.

No Liceu da Capital, lugar de representação da força do governo provincial, aconteciam várias outras ações. No seu edifício, foram realizados exames para contratação de novos professores da instrução primária, bem como um dos espaços do Liceu foi destinado para abrigar a Biblioteca Pública geminada com a experiência do Arquivo Público do Paraná. Embora não estivessem ligados diretamente à profissão docente, são lugares que envolvem a educação do cidadão e instrução pública.

4.3.1 Arquivo Público

Com a emancipação da província, emergiu a preocupação em guardar e preservar documentos sobre os acontecimentos que serviriam de base para que, no futuro, os cidadãos pudessem compreender e aprender com as experiências do passado.

O Arquivo Público foi uma ação do governo provincial e o Dezenove de Dezembro felicitou as autoridades locais pela promissora iniciativa:

Devemos felicitar a província do Paraná por ter sido aquella que tomou a iniciativa neste empenho de tanta gloria para o paiz, a criação do archivo público, que é por assim dizer, o embrião de um tombo, de uma bibliotheca publica, e de um gabinete de história natural, torna-se ainda mais recomendável pela instituição do Livro de Memorias, onde se devem consignar os factos mais notáveis da administração e outros que podem servir de materiaes á história (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/07/1855, p. 2)

O Arquivo Público do Paraná foi criado com a lei nº 33 de sete de abril de 1855. A lei conta com sete artigos tratando sobre o funcionamento e como os materiais ficariam guardados no órgão. O arquivo era colocado como responsabilidade do governo da província, que nomearia uma pessoa para a guarda e a escrituração do acervo, por isso, ela receberia uma gratificação anual de 600\$000.

A proposta do Arquivo Público vinculava-se à ideia de reunir os fatos mais notáveis da administração e outros para a construção da história do Paraná. Olhando para o século XIX, compreende-se que já havia uma preocupação em guardar e preservar os documentos para erigir um sentido da história da província do Paraná. Para tanto, demandaria cuidados com os documentos marcados pelos acontecimentos administrativos do governo provincial.

Art. 1 Fica creado um archivo publico, annexo á secretaria do governo, onde se colligirá todas as memorias impressas ou manuscriptas á historia e geographia da província, cartas geográficas, copia de projectos de obras publicas, mappas statisticos e mais trabalhos deste gênero; relatórios do presidente da província, do ministério, e sendo possível, de outras províncias, colleções de leis provinciaes e geraes, amostras de quaesquer produtos naturaes ou artísticos, que forem offerecidos ao governo e cuja conservação for possível (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 23/05/1855, p. 1)

Pouco tempo após a aprovação da Lei nº 33, acerca do Arquivo Público do Paraná, foi aprovado, no dia 11 de julho de 1855, um regulamento sobre o funcionamento do Arquivo. Esse documento foi publicado na íntegra no Dezenove de Dezembro, no dia 25 do mesmo mês, contendo 26 artigos, estabelecendo o local e os horários de funcionamento do espaço.

O Arquivo Público ficaria localizado de forma anexa à secretaria de governo. Ele deveria guardar os diferentes documentos do fazer administrativo da Província, inclusive, dos dados referentes às escolas e aos professores vinculados à instrução

pública. Os documentos seriam selecionados pelos funcionários do governo, dando assim um sentido ao que deveria ser lembrado sobre o passado da política administrativa. Havia um certo controle sobre a memória e os sentidos da história político-administrativa da província.

Ter um local para preservação da memória do Paraná significou preservar seus dados e arquivos originais. O arquivo público tornou-se, naquele momento, um local apenas para guardar documentos, e considerado pelos administradores locais como uma ação embrionária para criação de uma biblioteca pública.

4.3.2 A Biblioteca Pública no Liceu

Dentre os locais onde ocorriam atividades de ensino, de forma direta ou indireta, tem-se o gabinete de leitura e a Biblioteca Pública do Paraná. Sobre esse assunto, no Dezenove de Dezembro, identificam-se 36 notícias, abordando a criação do local, destinação de verbas, doações, os regulamentos e as normas de funcionamento.

No jornal, em um primeiro momento, é mencionado sobre o gabinete de leitura, o que ocorre em abril de 1856, quando o senhor Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira projetou a criação de um gabinete de leitura na capital. Ao fazer a proposta, ele argumentou sobre a relevância de um espaço como este, onde se proporcionaria para muitas pessoas o acesso aos livros.

Amigo das letras, como é, teve uma feliz lembrança: no gabinete de leitura, mediante um fundo creado pelas entradas dos contribuintes, e suas mensalidades, poderão encontrar as diversas classes da sociedade de livros próprios de sua profissão, ou adaptados a todas as intelligencias, com quem se instrução ou divertão, livros que d'outro modo se não podem alcançar, porque nem todos pódem dispôr de meios para compra-los. Poder-se-hão estabelecer certas condições de segurança para o gabinete, e de vantagens para os contribuintes, como por exemplo, a faculdade de se levar o livro para casa por um certo espaço de tempo, uma multa para o caso de excesso desse tempo, &c, &c [...] (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 23/04/1856, p. 2)

O Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira defendia que o gabinete de leitura fosse um local onde várias pessoas pudessem ter acesso a livros de diferentes assuntos e finalidades. Os leitores pegariam os livros emprestados para levar para casa e, depois, devolveriam ao finalizar a leitura. Menciona-se, na notícia anterior, um processo de regulamentação de tempo, estabelecendo multa para quem atrasasse o

prazo de devolução. Além disso, aventava-se a possibilidade de ter uma biblioteca pública.

No jornal, há três menções acerca do gabinete de leitura, mas não foi possível encontrar maiores informações se ele existiu ou foi apenas uma idealização. Posteriormente, entraram em pauta as discussões acerca da biblioteca pública.

A Biblioteca Pública do Paraná foi criada pela lei nº 27 de sete de março de 1857. Ela foi matéria de debates publicados no Dezenove de Dezembro. O Regulamento nº 2 de 23 de abril de 1858 contém as normas da Biblioteca, ele é composto por quatro capítulos: I - Da biblioteca; II - Dos empregados; III - Do regime interno; e, IV - Disposições diversas. Esse documento permite dimensionar como seria o funcionamento da Biblioteca Pública.

Art. 1.º A Bibliotheca Publica desta cidade é o deposito de obras scientificas e litterarias, adquiridas por doação e compradas á custa do cofre provincial

Art. 2.º Prestando gratuitamente aos amigos das letras meios de estudos profícuos e variados, tem a bibliotheca por fim a propagação dos conhecimentos humanos

Art. 3.º A bibliotheca será colocada em uma das salas do lyceu (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/05/1858, p. 1)

O estabelecimento seria subvencionado por meio de doações e repasses do governo provincial. No Dezenove de Dezembro, constam informações de repasses financeiros por parte do governo, que foram publicadas em: 21 de abril de 1858 – valor de 2:000\$000; 29 de abril de 1857 – valor de 1:200\$000 para as obras da Biblioteca; 4 de junho de 1859 – valor de 500\$000 para gastos com a Biblioteca; 25 de junho de 1859 – valor de 800\$000 para pagar a compra de móveis. Esses valores compuseram os relatórios do governo provincial.

A Biblioteca Pública também recebia doações, tanto de livros e de dinheiro. A lista de doadores era publicada no Dezenove de Dezembro, contendo o nome do doador e o valor destinado. Ao final da lista consta a soma total dos valores arrecadados por semana/mês e o valor já arrecado anteriormente na sua integralidade.

Imagem 14: Doações para a Biblioteca Pública

PUBLICAÇÃO PEDIDA.	
<i>Continuação da lista dos snrs. subscriptores para a criação da bibliotheca publica.</i>	
Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Mota	16U
Tetente-coronel Ricardo José da Costa Guimarães (Morretes)	20U
Major Francisco Pinto de Azevedo Portugal pg. (Campo-Largo)	10U
Capitão Antonio Pinto de Azevedo Portugal pg. (Campo-Largo)	10U
Major Luiz da Silva Gomes (Guarapuava).	40U
Vigario Antonio Braga de Araujo (idem)	30U
Joaquim Fidencio de Carvalho Lima (idem)	30U
Pedro de Siqueira Côrtes (idem)	30U
Antonio Alves Guimarães (idem)	20U
Francisco Pereira de Oliveira (S. José) pg.	10U
Joaquim José Teixeira Machado (idem) pg.	5U
Padre Francisco de Paula Prestes	4U
	Somma Rs. 219U
	Já publicado 1:330U
	Somma 1:549U

Continúa no n.º 9-

vide a seguinte no n.º 117

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/04/1858, p. 4.

As listas com os nomes dos doadores eram publicadas constantemente durante o ano de 1858. No dia 11 de agosto de 1858, o jornal publicou que a arrecadação semanal havia sido de 353\$000, integrando ao valor de 3:569\$640 e obtendo, assim, uma soma total de 3:922\$640. Ter o nome publicado no jornal como doador de fundos para um equipamento educativo e cultural era posicionar-se entre os membros da boa sociedade da província do Paraná.

O regulamento da Biblioteca também estabelecia a organização dos materiais, que receberiam carimbos, ficariam dispostos em prateleiras e nos livros doados constaria o nome do doador. “Felippe Sarty, offerecendo vários livros para a bibliotheca publica da capital, mediante o pagamento da importância delles. Informa o sr. Inspector da tesouraria.” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/01/1860, p. 2). Havia livros, mapas e outros materiais de empréstimos proibidos, apenas de consulta interna. O local era constituído com mesas, cadeiras, papéis, penas e tintas para que os usuários pudessem estudar e fazer suas anotações.

A Biblioteca Pública ficava localizada em um sala do Liceu da capital, com funcionamento de segunda a sábado, exceto em dias festivos e feriados, das 8h às

15h. Para além dos escolares do Liceu, as pessoas que se apresentassem vestidas decentemente teriam direito de entrada na Biblioteca, podendo utilizar os materiais e fazer leitura dos livros no local. Para empréstimos dos livros, havia necessidade de autorização por parte de autoridades governamentais:

Art. 20. Só o presidente da província com informação do bibliothecario poderá autorizar o empréstimo de algum livro por tempo marcado, dentro do qual quem o tomar será obrigado a restituí-lo da mesma forma em que o receber, sob pena de pagar o valor, que se estabelecer no termo que assignará antes de se fazer effectivo o empréstimo. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/05/1858, p. 2)

Os materiais da Biblioteca estavam registrados em cinco livros, sendo um inventário da mobília, um catálogo geral do acervo, um livro das doações, um livro de correspondências do bibliotecário e um livro dos termos do regulamento. Neste último, consta que haveria sobre uma mesa um livro com todos os regulamentos da Biblioteca para que os usuários tomassem conhecimento das normas. As normas do funcionário ou bibliotecário também constam presentes no regulamento, ficando a ele o cargo de cuidar dos materiais e do funcionamento da instituição.

Ao tratar sobre a Biblioteca Pública como um local de pesquisas e estudos, na província do Paraná, ainda em seus primeiros anos após a emancipação política, tem-se os valores destinados à manutenção da Biblioteca. Em 1858, tem-se uma destinação de 2:000\$000 réis e, em 1859, de 500\$000 réis.

Ao da provincial, mandando pagar ao Dr. José Lourenço de Sá Ribas a quantia de 800\$000, despendida com a compra de moveis para a bibliotheca publica, a seu cargo. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/06/1859, p. 2)

Não havia um orçamento fixo para a destinação e manutenção da Biblioteca Pública, somente, posteriormente, observou-se uma destinação mensal de 8U000 para os cuidados de higiene do local. Quanto ao responsável pelo local, quem faria a escolha do zelador e sua nomeação era o inspetor geral da instrução pública:

Idem, idem a Felinto Elisio de Paula para zelador da bibliotheca publica, percebendo a gratificação de 300U annuaes. – Communicou-se (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/08/1867, p. 1)

O funcionamento da Biblioteca Pública nas dependências do prédio do Liceu, de certa maneira, interagiu com o cenário do ensino secundário, pois a Biblioteca e o Liceu figuravam como lugares de referência de educação e instrução e isso impactaria no imaginário dos locais, particularmente na formação dos alunos conduzida pelos

professores. Estes, para aprimorar seus conhecimentos, bem como para ensinar aos alunos, poderiam contar com o acervo de livros e materiais da Biblioteca.

Contudo, não só de lugares de referência, elogios e admiração se passava o Liceu do Paraná. Como publicado no Dezenove de Dezembro, em 21 de março de 1860, a casa parlamentar discutia os investimentos relacionados ao Liceu e deputados opositoristas ao governo criticavam o alto valor gasto para pequenos rendimentos referentes ao número de alunos atendidos. De outro lado, o senhor presidente da província defendia o Liceu, ressaltando que seus administradores cuidavam de uma difícil tarefa.

Sr. Presidente- Não posso concordar com as idéas do relatório acerca da inconveniência e inoportunidade da criação do lyceo. Nem pela face social, nem pela financeira posso deparar com erro ou precipitação dos ilustres administradores que se preocuparam e realizaram essa grande necessidade da província (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/04/1860, p. 3)

No debate, para fundamentar as críticas, deputados comparavam os gastos por aluno do Liceu do Paraná com os de outras realidades como o Liceu da província da Bahia e de Pernambuco. Foi registrado que, em Pernambuco, a média ficou em 551\$724 por aluno, na província do Paraná eram apresentados os dados de 1857-1860, sendo, no primeiro ano, de 244\$444; no segundo, 649\$058; no terceiro 416\$636 e, no último, 138\$088. Uma crítica consistia que, além de 1858, o governo provincial ter gasto por aluno maiores quantias, nos anos subsequentes, houve redução de custo e, pior ainda, o número de alunos atendidos também foi pequeno. Logo, entendia-se que o Liceu deveria ensinar maior número de alunos.

Sr. presidente- Um instituto desta ordem que ainda não tem dous annos de vida real, e que conta 22 alumnos, dos quaes muitos tem aproveitado, como se vê dos exames, por certo não póde no nosso paiz ser considerado em estado desanimador, tanto mais que na renovação da matricula tem havido sempre aumento da população. E nem creio que podessemos contar com muito maior numero, visto que o estado em que se achava a nossa instrução primaria, da qual ainda se ressentem as nossas escolas, que já exprimindo um grande progresso, deram apenas, neste anno que findou, 37 alumnos aprovados em toda a província. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/04/1860, p. 5)

Os 37 alunos aprovados e os 22 atendidos pelo Liceu, em uma província com pouco mais de oitenta e quatro mil habitantes, representavam, segundo deputados, números muito baixos. De outro lado, o presidente da província concluiu seus

argumentos dizendo acreditar que o Paraná caminhava para o lugar certo, pois ter um Liceu não seria um gasto desnecessário, mas um investimento na formação secundária em que os professores preparariam os alunos para carreiras superiores.

Segundo Savoie (2007), os liceus foram criados para a formação das elites. O primeiro Liceu foi criado na França em 1802, com o liceu pretendia-se, devido à sua fama e à sua influência, transformar toda a oferta educacional e a condução da sociedade. Ter um liceu era sinônimo de progresso e desenvolvimento, um local específico para a formação dos membros dos grupos de poder.

Na realidade paranaense, o Liceu da Capital caminhava rumo à formação de poucos membros da sociedade e isso alimentou o tom do debate, entre governo provincial e deputados opositores. Destaca-se que o debate sobre a relação de altos custos e de número de alunos contemplados também marcou a tônica de outras realidades como a francesa (SAVOIE, 2007), brasileira na província do Pará e Maranhão (CONCEIÇÃO, 2016), entre outras. E, assim, em muitos lugares, com o passar do tempo, os governantes subsidiaram parcialmente o ensino secundário e foram implantando o pagamento de mensalidades, o que viria a acontecer na província do Paraná com o fechamento do Liceu e a criação do Colégio subvencionado.

4.4 O Colégio Subvencionado

No provimento e organização do ensino secundário no Paraná, mudanças aconteceriam a partir de 1868. O fechamento do Liceu do Paraná foi noticiado no Dezenove de Dezembro. Paralelamente, o jornal também noticiou a abertura de um colégio subvencionado pelo governo provincial.

A proposta do governo era ter, na capital, Curitiba, um colégio particular para ofertar o ensino secundário e ela surgiu com a Lei n. 167 de sete de abril de 1868:

Art. 1.º Fica o governo da província autorizado a subvencionar a quantia de 6:000U000 anualmente o indivíduo que fundar nesta capital um collegio particular destinado ao ensino das materias especificas do art. 5º desta lei. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/04/1868, p. 2)

O texto dessa publicação circulou via muitas outras edições do jornal. Posteriormente, a imprensa noticiou que três senhores prontificaram-se a fundar o colégio.

COLLEGIO SUBVENCIONADO- Apresentaram proposta para a fundação de um collegio particular nesta capital subvencionado pela província, na forma da lei n. 167 de 7 de abril de 1868, os seguintes Srs.: - bacharel Euclides Francisco de Moura, Julio Mariano Galvão de Moura Lacerda e bacharel Antonio Casimiro da Motta Pacheco. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/02/1869, p. 3)

Um Colégio subvencionado na capital seria então aberto e estaria sob a direção do senhor Jacob. O diretor seria o responsável por conduzir o projeto do Colégio e dar a sua organização de cadeiras e matérias de ensino.

Imagem 15: Relação das cadeiras do colégio subvencionado da capital

	<i>1.^a Cadeira</i>
Lingua nacional, leitura, calligraphia e religião ;	
	<i>2.^a Cadeira</i>
Grammatica philosophica ;	
	<i>3.^a Cadeira</i>
Latim ;	
	<i>4.^a Cadeira</i>
Francez ;	
	<i>5.^a Cadeira</i>
Inglez ;	
	<i>6.^a Cadeira</i>
Historia universal e geographia ;	
	<i>7.^a Cadeira</i>
Arithmetica e geometria plana ;	
	<i>8.^a Cadeira</i>
Philosophia racional e moral.	

Fonte: DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/09/1869, p. 2.

O regulamento do Colégio, publicado na íntegra no jornal, contava com cinco capítulos e 33 artigos que traziam orientações sobre o funcionamento do estabelecimento de ensino. No primeiro capítulo, tratavam-se sobre os fins e deveres do diretor, sendo ele o responsável pela organização das disciplinas ministradas, contratação dos professores e sobre a aplicação da metodologia eleita—o método de

ensino simultâneo. No segundo capítulo, tratavam-se sobre os feriados e as férias. O terceiro abordava sobre disciplina e exercícios escolares, trazendo um detalhamento das atividades a serem ensinadas pelos professores aos alunos. O quarto capítulo era sobre os exames a serem realizados no próprio colégio, mas o diretor deveria apresentar as estâncias governamentais, no final de cada ano letivo, os resultados dos exames realizados pelos alunos. O capítulo seguinte tratava da inspeção especial no colégio que seria realizada pelo inspetor geral da instrução da província. E, no último capítulo, constam as disposições gerais, estabelecendo que os alunos deveriam ser bem tratados, receber alimentação mesmo em regime de meio pensionistas ou externos, serem levados à missa aos domingos, no caso dos católicos, e outros cuidados pessoais.

O Colégio subvencionado foi uma estratégia do governo da província do Paraná para oferecer um ensino secundário no lugar do Liceu. O Colégio era apenas para meninos e, diferentemente do Liceu, além de matriculas para alunos externos, tinha a opção de internos e meio pensionistas, o que poderia atrair alunos moradores de regiões mais distantes.

Sendo este collegio subvencionado pelos cofres provinciaes, paga-se 320\$ anuaes para o alunos internos, 10\$ mensais para os meio pensionistas e 4\$ mensaes para os externos, seja qual for o número de aulas que frequentarem. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/10/1869, p. 4)

Ter a oferta de internato ampliaria as condições para registrar um maior número de alunos do que o Liceu, pois, para os interessados que morassem em lugares distantes da capital, seria difícil frequentar as aulas do antigo Liceu pela distância e locomoção.

Como um Colégio particular, ele passou a ter mensalidade e maior liberdade para seleção/contratação de professores e organização dos programas de ensino. Por outro lado, o governo assumiu o custo da subvenção parcial e a fiscalização do funcionamento do estabelecimento, intentando monitorar desempenhos dos alunos, principalmente pela prática e resultados dos exames.

O Colégio subvencionado e o Liceu representaram a institucionalização do ensino secundário fomentada pelo governo provincial do Paraná. Nesses estabelecimentos, a profissão docente foi também alargando experiências com outras atividades de ensino, faixa etária escolar, exames, remuneração, fiscalização de inspetoria e condições de trabalho.

No que diz respeito à remuneração dos professores, no Liceu, ela era diferente em relação aos valores praticados na realidade do ensino de primeiras letras, pois, no ensino secundário, ela era maior, como visto na seção 3 (três) desta dissertação. Contudo, havia problemas compartilhados. Os professores não recebiam seus salários e vencimentos de forma pontual. Os salários provinham de recursos do governo provincial.

Americo Romão de Freitas Mussurunga, professor do lyceu, pedindo por certidão a informação dada pela thesouraria sobre um requerimento em que representou contra a mesma repartição não lhe quere fazer pagamento de seus vencimentos correspondente ao mez passado—Passe. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/08/1859, p. 2)

Com o fechamento do Liceu, os professores que atuavam na instituição não ficariam desempregados, eles poderiam lecionar no Colégio subvencionado, isso caso atendessem a nova organização empreendida pelo diretor ou seriam removidos para outra instituição.

Art. 9.º Logo que for estabelecido o collegio os professores que então existirem no lyceu passarão a leccionar naquele as matérias de suas cadeiras, se assim prouver ao diretor; no caso contratio, ou quando o collegio dele parar de funcionar, continuarão os mesmo professores a leccionar no edificio que for designado pelo governo.

Art. 10.º Todos os mais professores serão nomeados e demitidos pelo director do collegio e por elle estipendiados. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/04/1868, p.2)

Os professores do Liceu tinham a garantia de continuidade porque haviam obtido aprovação em concurso. Já para os novos professores que atuariam no Colégio subvencionado, as regras mudaram, conforme apresentado no Art. 10º, as contratações e demissões seriam realizadas diretamente com o diretor do Colégio, e não ligadas ao inspetor da instrução pública como acontecia na realidade do Liceu.

Os professores caminhavam para uma relação de trabalho demarcada pelos interesses de uma instituição privada, subvencionada parcialmente pelo governo provincial. Os interesses públicos e privados constituíam relações que impactariam na realidade da profissão docente não apenas em termos salariais. Ser docente do ensino secundário era prestígio na hierarquia da profissão docente e o acesso ao lugar de prestígio era dirigido pelo setor privado.

O fato é que o processo de estruturação da profissão docente na realidade do Paraná provincial vinha sendo alterado com as iniciativas em torno do ensino

secundário. Esse processo seria potencializado com diferentes referenciais com a criação e instalação da Escola Normal do Paraná para formar professores.

4.5 A Escola Normal

A criação e instalação da primeira Escola Normal do Paraná foi marco na formação de professores na província. Com essa nova realidade, a presente pesquisa avança a ideia de que o processo de estruturação da profissão docente na província paranaense sofreria diferentes impactos que extrapolariam, em termos de análise, os limites para realização desta pesquisa de mestrado. Por isso, optou-se em delimitar a pesquisa empírica com as publicações até 1870 do jornal Dezenove de Dezembro, data de instalação da Escola Normal, o que permite apresentar alguns registros sobre o processo para instituir tal escola e não um desenvolvimento mais aprofundado sobre o seu funcionamento.

Estabelecer um local específico para a formação de professores visava contribuir para uma instrução de maior qualidade, o que poderia reduzir muitas críticas atribuídas aos professores quanto ao ensino oferecido aos alunos. As críticas, como apresentadas ao longo desta dissertação, estavam ligadas ao baixo desempenho dos alunos nos exames, aos poucos recursos disponíveis, improvisado de lugares apropriados para lecionar e, principalmente, à falta de formação adequada do professor.

A falta de preparo dos professores e os baixos salários foram colocados, várias vezes, nas discussões na Assembleia Legislativa. Como uma forma de preparar os professores para o ofício do magistério, ganhou expressão a proposta de criação de uma escola normal.

A primeira menção, no Dezenove de Dezembro, sobre a necessidade de ter uma instituição específica para preparação dos professores na província do Paraná, foi em 1866. “O meio único de o conseguir é formar bons professores, é estabelecendo uma escola normal” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/03/1866, p. 4).

O percurso entre a idealização de um local para a formação de professores e a instalação da primeira Escola Normal percorreu alguns anos (1866-1870). Juntamente com a proposta da escola de professores, os debates trouxeram sugestões sobre quais ensinamentos poderiam ser transmitidos aos alunos em formação de professores, quanto tempo deveria durar o curso, quem teria acesso ao curso em um primeiro momento, entre outras.

Em um curso de dous annos poderão estudar na escola normal Caligraphia, Grammatica Portugueza, theorica e Pratica de Arithmetica até proporções inclusive, Systema métrico de pesos e medida, Noções elementares de Geographia, Agrimensura e nivelamento; princípios de doutrina da religião do Estado e História do Brasil. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/03/1866, p. 4)

No dia 31 de março de 1866, o jornal noticiou a apresentação de uma lei para a criação da primeira Escola Normal, com indicações, pareceres e requerimentos sobre como seria o funcionamento do local. A proposta trazia 28 artigos que regulamentariam o local. Naquele momento, a proposta da escola normal já continha como seria sua organização, quais os ensinamentos receberiam os professores, quem seriam os professores. Mas não chegou a ser instalada a escola na província.

Na primeira proposta (Cf. anexos 3 e 4), foram colocadas onze disciplinas para serem ofertadas pela escola normal e duração de dois anos para o curso, contando com três professores que receberiam um ordenado de 1:200U000 e uma gratificação de 400U000 réis anuais. Vários fatores foram alterados até a instalação da Escola Normal em 1870, como os ordenados dos professores e as disciplinas ofertadas. Outra diferença verifica-se em relação à taxa de matrícula de vinte mil réis que seria cobrada para frequentar o local, sendo isentos apenas os professores de primeiras letras que já estivessem em exercício.

Embora identificada uma proposta detalhada, não se encontrou notícia no Dezenove de Dezembro sobre o processo de instalação da escola normal na província paranaense. As discussões sobre a escola normal voltaram a aparecer no jornal em 1867, quando foram retomados pelos parlamentares os problemas decorrentes com a instrução pública. A necessidade da escola de professores comumente vinha relacionada aos problemas com os resultados de aprendizagem na instrução pública.

Não lhes falta pois nem coragem nem dedicação, mas uma boa direcção pedagógica. Ora, esta direcção aprendam-n`a elles na escola normal; é da escola anormal, portanto, que se deve expelir essa escolástica gramatical que se compraz em teorias subtis e diverte-se em curiosidades proprias para ocupar os ócios dos literatos. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02/02/1867, p. 4)

Os discursos consideravam os professores dedicados ao magistério, mas defendiam que, para obter bons resultados com a aprendizagem dos alunos, faltava um direcionamento pedagógico no trabalho docente. O fato é que, enquanto em outras províncias do Império, escolas normais vinham sendo instaladas (Niterói-1835; Salvador-1836; Cuiabá 1842; São Paulo-1846, Teresina-1864; Porto Alegre-1869) e

funcionando com dificuldades (Cf. ARAUJO; FREITAS & LOPES, 2008), no Paraná, continuavam apenas os debates sobre como era preciso um lugar específico para preparação de professores.

Os debates tratando sobre a importância desse estabelecimento seguiam no jornal, como em 27 de abril do mesmo ano:

Uma escola normal, digna deste nome, ainda mesmo reduzida ás suas proporções mais simples, não pode deixar de constar de um curso de 2 annos pelo menos, de uma aula experimental anexa, de 1 director e 3 ou 4 mestres, &c, e tudo isso não se faz sem despesa sensível. Se não é assim que se quer a escola normal, se o intento é facultar-se aos adultos as liceos de certas matérias que não se aprendem nas aulas primarias propriamente ditas, torna-se desnecessárias a sua criação, porque temos já as cadeiras de 2º grau cuja inutilidade, seja dito de passagem, conhecemos assas. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27/04/1867, p. 2)

Sobre a pauta, durante os anos de 1866 e 1867, discussões foram publicadas no jornal Dezenove de Dezembro, depois disso, pouco foi publicado. Em 1870, o debate, porém, foi expandido:

O remédio único e efficaz é o da criação de uma escola normal, que na minha opinião é necessária para o desenvolvimento da instrução e na qual se habilitem as pessoas, que se destinarem ao magistério da instrução pública. Não será grande a despeza- poucas são as cadeiras. É necessário atacar o mal pela sua causa, extinguil-o pelas raízes. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12/03/1870, p. 3)

Então, a primeira Escola Normal na província do Paraná foi criada com a Lei nº 288 de 19 de abril de 1870. A Escola foi instalada na Capital Curitiba, atendendo ambos os sexos, com duração de dois anos, compreendendo as disciplinas de: caligrafia, gramatica filosófica, doutrina da religião cristã, aritmética, sistema métrico, desenho linear, noções de geografia do Brasil e noções de história do Brasil. O ensino seria ministrado por três professores. Para as mulheres, também seriam ensinados trabalhos com agulhas que seriam ministrados por uma professora.

No art. 6º da Lei nº 288 trata sobre a contratação dos professores para atuar na Escola Normal, constando que seriam admitidos candidatos aprovados pelos exames necessários, comprovando habilidade para o exercício de sua função ou com um título de magistério de outro estabelecimento de Escola Normal. Quanto à remuneração deles, os professores receberiam um ordenado de 1:400U000 réis anuais e a professora de trabalhos com agulhas, 800U000 réis. O estabelecimento também contaria com um porteiro com salário de 500U000 réis anuais.

Para admissão dos alunos, os candidatos deveriam ter, no mínimo, 16 anos, terem sido aprovados nos exames primários e terem um bom comportamento. Na lei de criação, não se identificou se valores de mensalidade seriam cobrados. As matrículas seriam gratuitas.

A partir da instalação da Escola Normal, estabeleceu-se que: “O provimento definitivo das escolas de instrução primária só poderá ser obtido, d’ora em diante, por normalistas” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/05/1870, p. 3), bem como ficou definido por lei que os concursos só seriam necessários em caso de dois ou mais normalistas requeressem a mesma cadeira, e, neste caso, seria nomeado aquele que comprovasse estar exercendo o magistério por um maior período.

Com a Escola Normal na província, a organização e o funcionamento da profissão docente no Paraná começou a sofrer mudanças. As mudanças estão atreladas aos mecanismos de credencialismo profissional. Na ausência de normalista diplomado, seriam admitidos professores “leigos”, essa orientação era para todas as ofertas de cadeiras de ensino e passou a vigorar após dois anos de abertura da Escola Normal.

Segundo França e Souza (2018), no período anterior à Escola Normal, os professores aprendiam na prática com o “ver fazer e ouvir fazer”, ou seja, observando a prática docente e participando, como no caso dos alunos mestres. O aprender fazendo tornava-se realidade para aqueles professores contratados na província que ainda não tinham tanta experiência com o magistério.

A criação e instalação da Escola Normal do Paraná veio como uma resposta, mesmo que paliativa, aos problemas apresentados e justificados pela falta de preparação específica dos professores para atuação no ensino. Ter um local próprio para a formação dos professores seria um investimento do governo, um avanço para a instrução pública paranaense e um caminho promissor para o progresso da sociedade. Assim foram as expectativas propagandeadas no Dezenove de Dezembro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desta pesquisa de mestrado, volta-se a olhar o caminho que foi percorrido e se os objetivos estabelecidos foram alcançados no decorrer da caminhada. A princípio, a inquietação que resultou nesta pesquisa buscava o que a imprensa paranaense do século XIX publicou a respeito da instrução pública, para isso, foi eleito, como fonte histórica, o jornal Dezenove de Dezembro (publicado entre 1854 e 1890), por ser o primeiro jornal publicado na província do Paraná, oficialmente fundada em 1853, e ser referente a todo período provincial. Lendo as notícias e acontecimentos de seus primeiros anos de publicação, logo não se tinha a delimitação temporal e também um objeto de análise pré-estabelecido. Então, realizou-se a leitura na íntegra do jornal para uma identificação e catalogação dos dados que permitiram, posteriormente, estabelecer o refinamento do que seria estudado.

Com uma análise inicial, percebeu-se que estudar a instrução pública na província paranaense poderia ser focando na caracterização e estruturação da profissão docente, isso porque as notícias do jornal estavam relacionadas, em grande parte, com as questões inerentes ao ser professor. Neste sentido, a instrução pública no século XIX estruturava-se com a figura do professor nas casas-escolas, cadeiras de ensino e na incipiente institucionalização da escola. O professor era a figura central das notícias encontradas no Dezenove de Dezembro. Há outros agentes que aparecem, no jornal, relacionados à instrução pública, como os inspetores, secretários, diretores, zeladores, porteiros e, evidentemente, os alunos. Contudo, os alunos ocupam um pequeno número de notícias do jornal relacionadas à instrução, até mesmo porque o veículo de comunicação cumpria, entre outros, uma papel de noticiar, informar, divulgar, anunciar, propagandear e publicar assuntos ligados ao governo provincial – executivo e legislativo.

Assim, a profissão docente na província paranaense foi eleita como objeto de pesquisa da dissertação de mestrado. O recorte temporal foi de leituras dos quinze primeiros anos de publicação do jornal, iniciando em abril de 1854, com a publicação de sua primeira edição, e encerrando em maio de 1870, com a notícia sobre a instalação da primeira Escola Normal na província do Paraná. Então, buscou-se apresentar e analisar elementos da caracterização e estruturação da profissão docente com o intuito de observar as condições do professor antes da instalação da Escola Normal. Com a instalação da Escola Normal, aventa-se a ideia de que novos

acontecimentos, dispositivos legais, agentes, saberes/práticas, condições de trabalho, dentre outros elementos da estruturação da profissão docente poderiam ter sido impactados. E por limites desta pesquisa de mestrado, optou-se por não avançar a coleta para a década de 1870 em diante.

Estudar a profissão docente utilizando o jornal Dezenove de Dezembro (1854-1870) possibilitou um olhar externo ao cotidiano das salas de aula e das práticas pedagógicas, pois o jornal pouco noticiou sobre métodos de ensino, materiais didático-pedagógicos e realidade dentro das instituições escolares. Os dados coletados no jornal a respeito da profissão docente revelam muitos atos do governo provincial. Com as 1.393 edições lidas do jornal, resultaram em 2.404 notícias catalogadas sobre instrução pública. Embora a pesquisa fosse de natureza qualitativa, os dados quantitativos também potencializaram a produção de análises. E a exposição da pesquisa foi a partir de quatro seções que se propuseram apresentar uma caracterização e estruturação da profissão docente na província do Paraná.

A primeira seção desta dissertação fez um balanço sobre as pesquisas realizadas no tocante à instrução pública na província paranaense, focando naquelas que utilizaram, de forma direta, o jornal Dezenove de Dezembro. Conhecer as pesquisas possibilitou dimensionar o que ainda pouco havia sido estudado a respeito do assunto eleito. No geral, nenhuma pesquisa havia desenvolvido uma análise da profissão docente tendo como base empírica o jornal. Mas, porque realizar esta pesquisa, certamente, foi um questionamento que seguiu ao longo do trabalho de mestrado. Desse modo, entendendo a imprensa periódica, o jornal como um dos principais meios de comunicação do século XIX, estudar o que o Dezenove de Dezembro publicou a respeito da profissão docente permitiria também compreender dimensões da instrução pública, da própria província paranaense em constituição oficialmente desde 1853 e, de certo forma, do Brasil Império.

Na segunda seção, a proposta foi conhecer acontecimentos da realidade do período, indo da província do Paraná ao Império brasileiro, conhecendo o que se publicava a respeito, quais eram os objetivos e as finalidades da instrução pública, tanto para a província como para a sociedade em geral. As províncias brasileiras promoviam formas de instruir e civilizar a população oitocentista, e o professor e a sua profissão estruturavam-se nesse movimento como uma alternativa política e social para promover a organização da sociedade recém-independente de Portugal,

escravocrata, de economia rural e que buscava estabelecer ideais de pertencimento local, regional e nacional.

Conhecendo o intuito de organizar e moralizar a sociedade por meio da instrução pública, foi discutido e apresentado sobre a moralidade exigida para atuar no magistério público. Ter uma boa conduta e perfil exemplar era uma exigência basilar para ser professor no século XIX. O candidato a ser professor deveria comprovar a sua moralidade. Para as mulheres, a comprovação ainda deveria ser via atestado de um de seus responsáveis, geralmente o marido.

Na terceira seção, abordaram-se questões referentes à admissão de professores, que era praticada por meio de contratações precárias, nos casos de professores temporários e adjuntos, e de concursos de professores para o provimento de cadeiras efetivas. Para admissão, eram exigidos a comprovação de uma boa conduta, ter maioria e passar nos exames de aptidão. Também estiveram em discussão as notícias sobre exames aplicados aos alunos do ensino primário e do Liceu da Capital, bem como sobre os anúncios de posse de professores ao cargo destinado.

Além disso, foram abordadas questões referentes às garantias e conquistas dos professores. Entre elas, analisaram-se as licenças de saúde ou por motivos particulares, os processos de jubilação de professores em casos de doença/invalidade para continuar a lecionar e o direito de aposentadoria para aqueles que conseguiram atingir um período estabelecido de vinte e cinco anos de exercício do magistério. São três tipos de afastamentos que os professores poderiam ter e estavam regulamentadas por leis.

Ao abordar sobre os financiamentos, destacaram-se os recursos e verbas destinados à instrução pública pelo governo provincial. Os valores eram para a compra de materiais, objetos ou móveis para as escolas, também para o pagamento de alugueis de casas e de salários e gratificações de professores.

Os ordenados dos professores eram baixos e os valores percebidos sofriam variações de acordo com vínculo de trabalho (contratado, adjunto, cadeira definitiva), especificidade (professor de primeiras letras, Liceu, Latim ou Inglês/Francês), número de alunos e local de ensino. Os professores efetivos atuantes no Liceu, ensino secundário, eram os melhores remunerados. Entre os 20 cargos e salários custeados pelo governo, listados em um relatório de 1866, o valor pago por ano para uma professora contratada era o menor de todos, o de professor de cadeira

definitiva/concursado era 10º menor salário e os professores de Francês/Inglês receberiam o 6º maior salário.

O professor ter salário provido pelo poder público, por um lado, era um nível de reconhecimento público de sua profissão, de outro, nem sempre significava receber em dia. A liberação dos recursos e pagamentos frequentemente ocorria com atrasos, o que dificultava a realidade da condição de ser professor, trabalhador e cidadão para viver socialmente. Tal realidade, em diálogo com os poucos recursos orçados para a instrução, indica que, no plano da narrativa, a formação escolarizada dos populares era valorizada, contudo o governo provincial pouco executava em percentuais financeiros, indicando, como baixa prioridade de gestão, a instrução do povo. Por outro lado, o jornal também anuncia muitos produtos escolares a serem adquiridos (livros, manuais, papel, tinta, pena, catecismos).

Na última seção, foi discutido e apresentado sobre os locais de atuação dos professores. Para a maioria dos professores do magistério público no período provincial, as cadeiras de ensino praticadas nas casas-escolas foram lugares onde mais se lecionava. Elas, geralmente, eram a própria casa do professor ou um local alugado para que ele pudesse lecionar. Esses locais eram improvisados como escola e, mesmo assim, o governo atrasava ou ainda gerava dificuldades para o reembolsar as cotas de aluguel.

A província também contou com colégios para as meninas, um em Paranaguá e a unidade de sua extensão em Curitiba. Esses colégios foram lugares para fornecer uma educação específica para a formação das mulheres que, futuramente, seriam boas esposas e mães. Para algumas alunas que não pudessem custear despesas com o colégio, o governo subvencionava e, depois, exigia que, quando as alunas estivessem formadas, trabalhassem na instrução pública por um período. Isso indica uma realidade que demandava um maior número de docentes, bem como a formação específica de professores. Outra instituição, a escola particular para meninas, que recebia subsídios anuais do governo para o seu funcionamento, também preparava mulheres para o exercício da docência.

O Liceu do Paraná, localizado na capital, foi bastante noticiado no Dezenove de Dezembro. Pelo jornal, acompanham-se os acontecimentos envolvendo o Liceu, entre eles, a idealização do local, recursos, investimentos, inauguração, exames realizados pelos alunos, críticas frequentes com os gastos por aluno, abertura da Biblioteca Pública em suas dependências e também o seu fechamento em 1868. No

Paraná, com o fechamento do Liceu, o ensino secundário prosseguiu com apoio oficial, ocorrendo a abertura de um Colégio subvencionado na capital, que era particular, porém com investimentos do governo provincial. Registra-se que o ensino secundário estava circunscrito à formação daqueles que almejavam frequentar o ensino superior nas academias do Império e, provavelmente, seriam as lideranças políticas, sociais, econômicas e culturais.

Também foram apresentados alguns registros presentes na imprensa sobre a Escola Normal inaugurada em 1870, em Curitiba, capital da província do Paraná. Com a chegada da Escola Normal do Paraná, encerrou-se o processo desta pesquisa, isso considerando a hipótese, a ser verificada em pesquisas futuras, que a caracterização e a estruturação da profissão docente na província do Paraná passariam a ser mais complexas, o que exigiria mais tempo de estudos e pesquisas.

Para finalizar, a análise desenvolvida na dissertação, considerando os 15 primeiros anos da província do Paraná, após a sua emancipação de São Paulo em 1853, permite revelar a emergência de elementos da caracterização e estruturação da profissão docente. A profissão docente acontecia em interdependência com a institucionalização das escolas primária e secundária, demandada pela realidade social que deveria ser atendida pelas ações de instrução pública promovidas pelo governo provincial. Ela era caracterizada como possibilidade de regeneração social e disseminação de valores sociais, políticos e civilizatórios de um território provincial recém-emancipado, que, na prática, deixava a desejar - e muito - em matéria de instrução pública.

No Paraná, a profissão docente foi se estruturando no início da segunda metade do século XIX por meio de recrutamentos (contratação, concursos), direitos (salário, licença, aposentadoria, jubilação), aquisição de materiais de ensino, espaços/instituições de ensino, conjuntos de práticas de exames, programas de ensino oficiais, regulamentos. Ao passo que, mesmo de forma não ordenada e repleta de dificuldades e precariedades vividas pelo professor na realidade de ensino e de vida, a profissão docente estruturava-se ampliando responsabilidades sobre o papel de instruir, educar e civilizar as crianças e a mocidade, inclusive essa missão compunha narrativas governamentais. Para isso, segundo Nóvoa (1991), a profissão docente ao estruturar-se foi marcando a sua especialidade, relativa autonomia, formas de credenciamento e organização social do trabalho.

Desse modo, espera-se com esta dissertação possa ampliar conhecimentos sobre a história da profissão docente no Paraná e no Brasil, estimular a realização de outras pesquisas com as lacunas aqui existentes e provocar reflexões sobre a realidade docente vivida no tempo presente. Registra-se que, atualmente, os docentes sofrem desestruturação da profissão com a retirada de diretos trabalhistas, ampliação de jornadas, violência nas escolas, precarização das instituições formadoras de professores.

6. REFERENCIAS

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Preocupação com a profissão docente: antiga, mas insatisfatória. **Revista educação e questão**, v.23, n.9, p.79-101, maio/ago. 2005.

ALENCASTRO, Luiz Felipe, et al. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1997. 560p.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**: História e Legislação. São Paulo: EDUC, 2000. 334 p.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889)**: a classe política. A parentela no governo. 2014. 496f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de Andrade. CARVALHO, Carlos Henrique. A educação no Brasil Império: análise da organização da Instrução na província de Minas Gérias (1850-1889). **História da Educação**, v.13, n.28, p. 105-133, maio/ago. 2009.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A instrução pública na província do Paraná no século XIX: uma interpretação a partir do testemunho de três alunos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n.01, p. 45-68, jan/mar, 2015.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; SOUZA, Gizele de. A criação e supressão de escolas no Paraná Oitocentista: o “barulho por baixo da história”. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 225-245, 2015.

ANJOS, Juarez José Tuchinski; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. A instrução pública primária na província do Paraná: uma interpretação a partir da atuação do inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota (1856-1857). **Revista de História Regional**, v. 17, 2013.

ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Ana Maria G. Bueno; LOPEZ, Antonio P. Carvalho (Orgs). **As escolas normais no Brasil**: do império à república. Campinas. SP: Alínea. 2008.

BALHANA, Altiva Pilatti. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Editora Paraná Cultural LTDA, 1969. 280p.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Por terra, por água, pela leitura**: as conexões dos responsáveis pela inspeção e instrução pública no Paraná (1854-1890). 2016. 480f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1854-1883)**. 2012. 302 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação do Brasil? **Linguagem em (Dis) curso**, v.4, n.1, p. 205-231, 2003.

BOTO, Carlota. António Nóvoa: uma vida para a educação. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. O valor do exemplo. In: _____(Org.) **História da Profissão Docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. p. 55-78.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e Imprensa: As influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães**, Uberabinha, MG 1905-1922. 2.ed. Uberlândia: Edufu, 2007. 158p.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 6, n. 1 [11], p. 169-195, 2006.

CASTANHA, André Paulo. Os Professores do Brasil Imperial. **Educere et Educare**, v. 1, n. 1, p. 47-52. 2005.

CASTANHA, André Paulo; BITTAR, Marisa. Os professores e seu papel na sociedade imperial. **Revista HISTEDBR Online**, v. 34, p. 37-61, 2009.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Defesa do internato na instrução pública secundária provincial (Sergipe/ Brasil, século 19). **Hist, educ.** (Online). Porto Alegre, v.20, n 49, p.143-162, maio/ago, 2016.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Pensões e enxovais: investimentos familiares com a instrução em internatos na Corte Imperial do Rio de Janeiro (século XIX). **Revista História da Educação**, v. 23, p.3-35, 2019.

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

COSTA, Áurea de Carvalho; MARAFON, Adriana Maria Mattos. A constituição do professor como trabalhador. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 36, p. 145-166, 2009.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. Norbert Elias e a teoria dos processos civilizadores. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 53, p. 238-262, 2013.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 2, 2007 p.253-270.

DAMASCENO, Alberto. Moralidade, vocação, prudência e desvelo: a difícil arte de ser professor primário no Pará imperial (1838-1851), **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v.39, n.4, p. 359-370, out/dez, 2017,

DURÃES, Sarah Jane Alves. Acerca do Valor de ser professor (a): remuneração do trabalho docente em Minas Gerais (1859-1900). **Revista Brasileiro de História da Educação**. n. 14, p. 145-176 maio/ago. 2007.

FELL, Elizângela Treméa. **Da sanção do tempo e dos costumes**: uma análise da institucionalização da obrigatoriedade da instrução pública no Paraná provincial. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

FRANÇA, Franciele Ferreira. **A arte de ensinar**: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na província do Paraná (1857-1884). 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2014.

FRANÇA, Franciele Ferreira. SOUZA, Gisele de. “Quem ensina também aprende”: a formação pela prática de professores primários na província do Paraná. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v.44. 2018.

GONDRA, José Goncalves. SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez Editora, 2008, 320p.

GOUVEIA, Maria Cristina. Mestre: profissão professor (a): processo de profissionalização docente na Província Mineira no Período Imperial. **Revista Brasileiro de História da Educação**. n.2, p. 39-57, jul/dez, 2001.

GUARNIERI, Marta Camilo da Silva; CASTANHA, André Paulo. A organização da educação no Paraná provincial 1853-1889. **Educere et Educare**, v.1, n.2, p. 57-71, 2006

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Os castigos corporais nas escolas do século XIX. **Educ. Real**, Porto Alegre. V. 37, n.2, p.6.27-646, maio/ago, 2012.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Trabalho ímprobo e fatigador. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v.24, n.47, p.05-22, 2014.

LOPES, Sonia de Castro. Obreiros do progresso ou párias da sociedade? Professores primários no imprensa pedagógica do Rio de Janeiro e Lisboa em fins do século XIX. In: CARDOSO, Tereza Fachada Levy (Org.) **História da Profissão Docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. p. 79-100.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**, São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial, 1808-1889**: panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999, 192p.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, 304p.

MELLO, Graciele Dellalibera de. **As representações de gênero e a educação feminina no Paraná Oitocentista**. 2018, 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; KLENK, Henrique. A instrução pública na Província do Paraná: reflexões a partir dos relatórios do período de 1854 a 1874. **Educere et Educare**, v. 4, n. 7, p. 133-145, 2009.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea. **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004, 445p.

MIZUTA, Celina Midori Murasse. Imprensa e educação no Paraná durante o Governo de Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1853-1855. **IX Seminário de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil**, V.3, N.8, 2012, p. 4715 – 4722.

MIZUTA, Celina Midori Murasse. Informar, polemizar e denunciar: o papel educativo do jornal "O Dezenove de Dezembro"(1854-1857). **Simpósio Nacional de História. Natal, Brasil**, v. 27, 2013. p. 1-10.

MORAIS, Alexandre José Melo. **A independência e o Império do Brasil**. 2014.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. **Experiência docente no século XIX**: trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NÓVOA, António et al. O passado e o presente dos professores. In: _____(Org.) **Profissão professor**. v.2, Portugal: Porto Editora LTDA, 1995, p. 13-34.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, v. 4, p. 109-139, 1991.

NÓVOA, António. Profissão: Professor. Reflexões históricas e sociológicas. **Análise Psicológica**, v. 7, p. 435-456, 1989.

OLIVEIRA, Maria Cecilia Marins de. **O ensino primário na Província do Paraná**. 1986. 389 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1982.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Os imigrantes e o ensino na província do Paraná. **Educar em Revista**, n. 5, 1986. p.51-79

OSINSKI, Dulce Regina Baggio; VEZZANI, Iriana Nunes. Lei balbino: o debate na imprensa em defesa da instrução pública no paraná (1888-1889). **Educ. ver Educ. rev**, v. 33, s.p., 2017.

PASTRE, Marcelo. **Clube Curitibano**: representações de lazer na formação da sociedade curitibana. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba: São Paulo, 2009. 114p.

PEZZOLE, Dino Ricardo. **Jornal “Dezenove de Dezembro”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Desing). 152 f. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006.

PINTO, Adriana Aparecida. **Imprensa e ensino: catálogo de fontes para o estudo da história da educação mato-grossense**. Dourados: EdUFGD, 2017. 134p.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira: Império**. Rio de Janeiro: Leya, 2016. V.2. 520p.

PRIORI, Ângelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: EDUEM, 2012. 235p.

ROSA, Walquíria Miranda. Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852). **Série- estudos- periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, Campo Grande – MS, N.14, P.139-150, jul/dez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. 2009. V.14, n. 40. p. 143-155

SAVOIE, Philippe. Criação e reinvenção dos liceus: 1802-1902. **História da Educação**, Pelotas, n.22, p.9-30, maio/ago, 2007.

SLOTUK, Cebilla Moletta. **A educação e os escravos nas páginas do Jornal “Dezenove de Dezembro” (1871-1888)**. 2015. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: EdUEL, 2002. 206p.

VEIGA, Cynthia Greive. A Institucionalização das Cadeiras de Instrução Elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da Profissão Docente. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**. 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Cuestiones teóricas y conceptuales para la investigación de la psicogénesis y sociogénesis de los procesos escolarizadores por Cynthia Greive Veiga. **Universitas humanística**, v. 71, n. 71, 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007, 328p

Fontes históricas

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Jornal publicado entre: 1854-1870. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.